UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CARLA ISADORA BARBOSA CANTO

A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS LGBTI+ NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

FORTALEZA- CEARÁ
2023

CARLA ISADORA BARBOSA CANTO

A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS LGBTI+ NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas- MPPPP do Centro de Estudos Sociais Aplicados-CESA da Universidade Estadual do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.
Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas
Linha de Pesquisa: Estado, Democracia e Participação Social.

Orientador: Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Júnior.

FORTALEZA- CEARÁ
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Canto, Carla Isadora Barbosa.
A participação dos movimentos sociais na implementação de políticas públicas para pessoas LGBTI+ no município de macapá [recurso eletrônico] / Carla Isadora Barbosa Canto. – 2023.
101 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Políticas Públicas – Profissional, Macapá, 2023.
Orientação: Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Júnior.
1. : políticas públicas LGBTI+. 2. movimento social. 3. implementação. 4. Macapá.. I. Título.

CARLA ISADORA BARBOSA CANTO

A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS LGBTI+ NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 24/02/2023

BANCA EXAMINADORA

José Raulino Chaves Pessoa Junior
Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Júnior (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Maria Helena de Paula Frota
Prof.ª Dr.ª Maria Helena de Paula Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Olívia Cristina Perez
Prof.ª Dr.ª Olivia Cristina Perez
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Cleyton Feitosa Pereira
Prof. Dr. Cleyton Feitosa Pereira
Prefeitura Senador Canedo - Secretaria de Assistência Social e Cidadania

Jeito Tucuju

Joãozinho Gomes e Val Milhomem

Quem nunca viu o Amazonas
Nunca irá entender a vida de um povo
De alma e cor brasileiras
Suas conquistas ribeiras
Seu ritmo novo
Não contará nossa história por não saber e por não fazer juz
Não curtirá nossas festas tucujus
Quem avistar o Amazonas, nesse momento, e souber transbordar de tanto amor
Este terá entendido o jeito de ser do povo daqui
Quem nunca viu o Amazonas
Jamais irá compreender a crença de um povo
Sua ciência caseira, a reza das benzedeiras, o dom milagroso
Não contará nossa história por não saber e por não fazer juz
Não curtirá nossas festas tucujus
Quem avistar o Amazonas, nesse momento, e souber transbordar de tanto amor
Este terá entendido o jeito de ser do povo daqui

Dedico à minha mãe Benedita da Silva Barbosa (*in memoriam),* por todo amor, compreensão, incentivo à minha educação, pela liberdade de poder ser a mulher que eu puder ser.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste processo inclui vários desafios que não poderiam ser transpostos sozinha. Inúmeras pessoas contribuíram para que esta dissertação fosse estruturada e finalizada e para que as dificuldades no percurso fossem superadas.

Agradeço a minha esposa Naira Queiroz, pelo apoio incondicional às minhas batalhas, por sempre estar ao meu lado, me orientar, aconselhar, revisar o meu trabalho e por não ter soltado a minha mão. Agradeço ao meu pai José Eduardo Pimentel Canto, minha madrasta Carin e meus irmãos Eduardo, Icaro e Iago, que solidariamente me incentivaram e torceram para a realização de mais um sonho, a minha sobrinha Alice Canto por me fortalecer todos os dias para lutar por uma sociedade livre e equânime.

Agradeço a todos meus familiares que de forma direta e indireta me fizeram chegar até aqui, as amigas e amigos que me apoiaram nessa caminhada. Agradeço às pessoas do ativismo LGBTI+ de Macapá que participaram direta e indiretamente da construção desse trabalho e por toda a trajetória de lutas, conquistas, avanços e ativismo. Agradeço ao meu orientador, professor José Raulino, que me apoiou, instruiu e incentivou na escolha e construção do tema, à banca examinadora pelo aceite e por contribuir com a minha trajetória educacional e política. Agradeço à Psicologia tucuju, a qual tenho a honra de fazer parte.

Agradeço aos 60,3 milhões de votos em Luiz Inácio Lula da Silva, que acreditam na democracia e em uma sociedade com compromisso social.

“Temos que falar sobre libertar mentes tanto quanto sobre libertar uma sociedade”

(Angela Davis)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a participação dos movimentos sociais na implementação de políticas públicas para pessoas LGBTI+ no município de Macapá, levantando os questionamentos: Quais políticas públicas voltadas para essa população foram implementadas no município de Macapá? Qual a história e representatividade do movimento organizado? Classifica-se como pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa. O universo da pesquisa foi composto por pessoas LGBTI+ integrantes do movimento social organizado, diretoras e diretores de departamentos ou coordenadorias, integrantes dos conselhos municipais e estaduais dos direitos das pessoas LGBTI+. Como resultados obtivemos um resgate histórico do movimento social e da Parada do Orgulho, identificamos os desafios para a implementação das políticas públicas e mapeamos as políticas públicas dividindo-as em quatro eixos: políticas públicas de participação social, políticas públicas de visibilidade e orgulho, políticas públicas e o Poder Judiciário e políticas públicas no combate às violências LGBTfóbicas, evidenciando a invisibilidade dessa população perante o Estado.

Palavras-chave: políticas públicas LGBTI+; movimento social; implementação; Macapá.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the participation of social movements in the implementation of public policies for LGBTI+ people in the city of Macapá, with the following questions: Which public policies aimed at this population were implemented in the city of Macapá? and what is the history and representativeness of the organized movement? It is classified as applied research, with a qualitative approach. The research universe was composed of LGBTI+ people, members of the organized social movement, directors and directors of departments or coordinators, members of municipal and state councils for the rights of LGBTI+ people. As a result we obtained a historical rescue of the social movement and the pride parade, we identified the challenges for the implementation of public policies and we mapped the public policies where it was divided into four axes Public policies of social participation, Public policies of visibility and pride, Policies and the Judiciary and Public Policies in the fight against LGBTphobic violence, highlighting the invisibility of this population before the State.

Keywords: LGBTI+ public policies; social movement; implementation; Macapá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo de políticas públicas..... 32
Figura 2 - Ciclo de políticas públicas Secchi (2013)..... 32
Figura 3 - Logomarca GHATA..... 51
Figura 4- Logomarca FALGBT..... 53
Figura 5 ALBA, fonte facebook oficial..... 54
Figura 6 Ong pró - vida, fonte facebook da ong..... 54
Figura 7 Parada LGBTI+ 2011, orla do rio Amazonas..... 57
Figura 8 Trio oficial Parada LGBTI+ 2022, fonte: Facebook parada do orgulho LGBT Macapá..... 60
Figura 9 - III Marcha LBT (2019)..... 61
Figura 10 Arquivo pessoal..... 72
Figura 11- I casamento comunitário LGBTI+..... 78
Figura 12- Núcelo AMA LBTI..... 82
Figura 13 Parada LGBTI+ 2011, fonte facebook GHATA..... 97
Figura 14 Parada LGBTI+ 2011, fonte, facebook UNALGBT..... 97
Figura 15 Parada LGBTI+ 2012, fonte, facebook GHATA..... 97
Figura 16 Parada LGBTI+ 2013, fonte facebook UNALGBT..... 97
Figura 17 Parada LGBTI+ 2014, fonte facebook oficial da parada..... 98
Figura 18 Parada LGBTI+ 2015, fonte facebook UNALGBT..... 98
Figura 19 Parada LGBTI+ 2016, fonte UNALGBT..... 98
Figura 20 Parada LGBTI+ 2017, fonte facebook UNALGBT..... 98
Figura 21 Parada LGBTI+ 2018, fonte facebook UNALGBT..... 99
Figura 22 Parada LGBTI+ 2019, fonte facebook UNALGBT..... 99
Figura 23 Parada LGBTI+ 2020, fonte facebook oficial da parada..... 99
Figura 24 Parada LGBTI+ 2021, fonte facebook oficial da parada..... 99
Figura 25 Parada LGBTI+ 2022, fonte facebook oficial da parada LGBTI+..... 100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
AGLTS	Associação de Gays, Lésbicas e Travestis de Santana
AGTEAP	Associação de Gays e Travestis do Estado do Amapá
ALBA	Articulação de mulheres Lésbicas e Bissexuais do Amapá
AMA LBTI	Núcleo de Acolhimento às Mulheres Amapaenses Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo
ANTRA	Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros
BSH	Brasil Sem Homofobia
CELGBT/AP	Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do Estado do Amapá
CMLGBT	Conselho Municipal de Direitos da População LGBT
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT
CRDHCH	Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual
DEPPIR	Departamento da Promoção da Igualdade e Orientação da Diversidade Sexual
DST	Doença Sexualmente transmissível
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FALGBT	Federação Amapaense de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GGB	Grupo Gay da Bahia
GHATA	Grupo de Homossexuais Thildes do Amapá
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LBT	Lésbica, Bissexual e Trans
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo
LGBTTIQ	Transexuais, Travestis, Intersexo, Queer
MGL	Movimento de Gays e Lésbicas
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MOGAP	Movimento Gay do Amapá
ONG	Organização não governamental
PNDCDH-LGBT	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNSILGBT	Política nacional de saúde integral da população LGBT
PPA	Plano Plurianual
SEJUSP	Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Publica
SEPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TFA	Território Federal do Amapá
TRANS	Transgênero/ Transexual
UEAP	Universidade Estadual do Amapá
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	14
2	**QUEM SÃO AS PESSOAS LGBTI+: VISIBILIDADE, CIDADANIA E HISTÓRIA**	20
2.1	**A questão de gênero: orientação sexual e identidade de gênero**	20
2.2	**A história do movimento LGBTI+**	22
2.3	**O protagonismo da história LGBTI+ brasileira**	24
3	**MOVIMENTOS SOCIAIS E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**	29
3.1	**Políticas Públicas**	29
3.2	**Ciclo das políticas públicas: o foco na implementação**	31
3.3	**Políticas públicas para pessoas LGBTI+ no BRASIL**	36
4	**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+**	42
4.1	**Cidadania e a invisibilidade de pessoas LGBTI+**	42
5	**RESULTADOS**	47
5.1	**Onde está Macapá?**	47
5.2	**A resistência do movimento LGBTI+ em Macapá**	49
5.3	**Parada do orgulho LGBTI+ de Macapá**	55
5.4	**Movimento social LGBTI+ em Macapá: os desafios da construção das políticas públicas LGBTI+**	62
5.5	**Mapeamento das políticas públicas LGBTI+ em Macapá**	69
5.5.1	Políticas Públicas de participação social ordenamento administrativo	70
5.5.2	Políticas Pública de visibilidade e orgulho	76
5.5.3	Políticas Públicas com poder Judiciário	78
5.5.4	Políticas Públicas no combate as violências LGBTfóbica	79
6	**CONCLUSÃO**	83
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	93
	APÊNDICE B - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA COM ATIVISTAS LGBTI+	95
	APÊNDICE C - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA COM GESTOR	96
	ANEXO A – DIVULGAÇÃO DAS PARADAS DO ORGULHO LGBTI+	97

1 INTRODUÇÃO

O estado do Amapá está localizado no extremo norte do Brasil e possui dezesseis municípios, sendo Macapá a capital. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado possui um índice populacional de aproximadamente 877.613 pessoas, mostrando que, no Amapá, em 2019, havia 557 mil pessoas acima dos 18 anos, das quais 94,1% se declararam heterossexuais, 2,8% homossexuais ou bissexuais e 3,1% não sabiam sua orientação sexual ou não quiseram responder.

Pesquisas em dossiês[1] do Grupo Gay da Bahia (GGB) sobre violência contra a população LGBTI+ no Brasil no período de 2011 até 2019 apontam índices muito baixos no Amapá. De acordo com esses levantamentos, em 2011 tivemos um caso, em 2012, 2013, 2014 e 2015 nenhum crime, em 2017 quatro casos e em 2018 e 2019, apenas um. Esses dados estão em desencontro com a maioria dos números que retratam a violência sofrida por essa população. A pesquisa realizada por Isabela Pinto *et al.* (2020) retrata que a cada uma hora uma pessoa Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual e Intersexo (LGBTI+) é agredida no Brasil. A pesquisa foi realizada através das notificações feitas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que faz parte do Sistema Único de Saúde (SUS), com dados de 2015 a 2017, que enumeram 24.564 notificações de violências contra essa população. Amanda Silva *et al.* (2020) relata que barreiras como discriminação, preconceito institucional e desigualdades são encontradas no acesso da população LGBTI+ aos serviços.

Ao sofrerem violência LGBTIfóbica, muitas pessoas não registram a ocorrência, não procuram o sistema de saúde ou, em triagem, não preenchem sua orientação sexual por medo ou vergonha, sendo esses fatores que aumentam os casos de subnotificação da violência. Assim, evidencia-se a possibilidade desses dados serem ainda maiores e até mesmo a invisibilidade dessa população pelo Estado do Amapá. Os principais dados disponíveis para análise são de grandes Organizações Não Governamentais (ONGs) LGBTI+, que mostram o crescimento da violência contra esses grupos a cada ano, alertando para a real necessidade de políticas públicas eficazes por meio do Estado (Elton Rozario, 2011)[2]. Assim, é possível enxergar o movimento social LGBTI+ como um grande protagonista para a garantia e a conquista de direitos e de políticas públicas, além de estarem na linha de frente na proteção dessas pautas.

[1] RELATÓRIOS do Grupo Gay da Bahia (GGB). 20 maio 2020. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/todos-dossies/grupo-gay-da-bahia/. Acesso em: 12 jan. 2021.
[2] Optamos por mencionar sempre nome e sobrenome dos autores citados, como forma de dar visibilidade às pesquisadoras que darão base a este trabalho.

Com o aumento dos estudos sobre gênero, diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero, a necessidade de abranger as mais diversas identidades na sigla que se refere à comunidade ficou cada vez mais latente. Dessa forma, seguindo orientações de representações nacionais como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Aliança Nacional LGBTI+, Conselho Federal de Psicologia, União Nacional LGBT (UNALGBT), Conselho Nacional LGBT, dentre outros, será utilizada a nomenclatura LGBTI+ ao longo desta dissertação, sendo L - lésbicas, G - gays, B- bissexuais, T- travestis e transexuais, I- intersexo e + representando todas as outas expressões e identidades.

Dessa forma, esta pesquisa aborda a temática sobre a participação dos movimentos sociais na implementação de políticas públicas para pessoas LGBTI+ no município de Macapá. O texto apresenta um levantamento das políticas públicas existentes no município de Macapá, fazendo um resgate histórico dos movimentos sociais LGBTI+ em Macapá com foco na participação desses para a implementação das políticas públicas.

O principal objetivo deste estudo é analisar a participação dos movimentos sociais na implementação de políticas públicas para pessoas LGBTI+ no município de Macapá, visto que a história de conquistas dessas políticas para essa população – seja dentro ou fora do Brasil – foi com grande articulação do movimento social. Os objetivos específicos são (i) mapear movimentos sociais e organizações da sociedade civil relevantes para a implementação de políticas, (ii) identificar quais políticas públicas resultaram de processos de interação socioestatal, (iii) analisar quais repertórios, rotinas ou estratégias foram mobilizados por ativistas para avançar valores e interesses do movimento no estado.

Tendo em vista que toda escrita é uma fonte de representação e de poder, sendo necessário compreender que as palavras utilizadas cotidianamente transportam ideias e auxiliam na construção de modos de ser e de pensar e que em nossa gramática, ainda se utiliza do masculino das palavras para se referir tanto a homens como a mulheres, trazendo como consequência a invisibilidade do feminino. Assim, elucida-se que, neste trabalho, será usada a escrita gendrada, utilizando os artigos “o, a, os, as” como forma de contemplar os dois gêneros gramaticais. Mesmo sendo ainda uma escrita binária, é uma forma de evidenciar a importância de reconhecimento de lugares e símbolos.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O interesse pela pesquisa surgiu por um envolvimento pessoal com a temática, sendo a autora também protagonista nessa construção e no enfrentamento da LGBTIfobia enquanto

mulher lésbica e ativista dos Direitos Humanos. Além disso, existe uma urgência de mapear as políticas públicas implementadas para pessoas LGBTI+ no Amapá, podendo trazer informações acerca dessas para os cidadãos amapaenses. A necessidade da disseminação de informação sobre as políticas públicas fica evidente no processo de produção desta pesquisa, visto que houve diversas dificuldades de encontrar estudos específicos da região sobre estas políticas públicas.

O estudo proposto, quanto à natureza, classifica-se como pesquisa aplicada, que de acordo com Cassandra Silva (2004) objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos – ou seja, envolve verdades e interesses locais. Quanto à forma de abordagem, se posiciona como pesquisa qualitativa. Para Maria Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os dados foram coletados através de documentos públicos do período de 2000 a 2022, como o Plano Plurianual - PPA, Diário Oficial da Prefeitura de Macapá e do Estado do Amapá, site do Conselho Estadual LGBTI+ (CELGBT), redes sociais dos movimentos LGBTI+, site da Assembleia Legislativa do Amapá (ALAP). No site da ALAP foi realizada uma busca no diário eletrônico na aba pesquisar com os descritores: *LGBT* e *homossexualidade*, identificando-se quatorze resultados – duas indicações, quatro requerimentos, três projetos de lei, uma moção e quatro leis. Para este trabalho, focamos apenas nas leis que já estão finalizadas, o que resultou em quatro documentos. No site do CELGBT, na aba *publicações*, constam vinte de dois documentos relacionados a legislações no âmbito Federal e Estadual, recomendações do Supremo Tribunal Federal e dissertações. Dentre eles, cinco são leis voltadas para pessoas LGBTI+ do Estado do Amapá. Obter informações dos Planos Plurianuais (PPA) do município de Macapá foi a etapa mais difícil, pois as informações não constavam no site da prefeitura nem no portal transparência. Assim, foi feita uma solicitação para uma servidora, contato que resultou no acesso ao PPA de 2014 a 2017 e de 2018 a 2021. Com os PPAs em mãos, realizou-se uma busca com os descritores *LGBT* e *homossexualidade*. A análise de dados foi realizada através de uma perspectiva da análise de conteúdo de Laurence Bardin, organizada em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Além disso, realizamos entrevistas com nove participantes, com idade entre 25 e 53 anos, ocorridas após assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Entre as/os participantes estão integrantes do movimento social organizado, ex-diretoras e diretores do Departamento da Promoção da Igualdade e Orientação da Diversidade Sexual (DEPPIR), integrantes do Conselho Municipal e Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTI+. As entrevistas foram realizadas de forma *online*, síncrona, com agendamento prévio no mês de outubro de 2022. Os encontros foram gravados, conforme autorização no TCLE, e todas as entrevistas foram transcritas para melhor organização. Essas entrevistas permitiram a percepção das participantes sobre a trajetória do movimento social, o discernimento a respeito da implementação das políticas públicas e o papel do movimento social. O perfil das entrevistadas e entrevistados foi realizado através das perguntas iniciais do roteiro como: nome, idade, orientação sexual, identidade de gênero, cor e o percurso dentro do movimento LGBTI+, como pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 – perfil das/os entrevistadas/os.

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	COR	IDENTIDADE DE GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	ATUAÇÃO NO MOVIMENTO LGBTI+
Alexander Oliveira	25	Negro	Homem Trans	Bissexual	Ex integrante da UNA LGBT; Primeira gestão do Conselho Municipal LGBTI+
André da Silva Lopes	36	Negro	Homem Cis	Bissexual	Integrante da AGETAP; Presidente da FALGBT); Presidente UNA LGBT; Presidente do Conselho Estadual LGBT.
Antonio Carlos Sardinha	37	Branco	Homem Cis	Gay	Colaborou da construção do Plano de Educação em direitos Humanos
Dandara Souza	25	Branca	Mulher Cis	Bissexual,	Presidenta da primeira gestão do Conselho Municipal LGBTI+;

					Presidenta da UNA LGBT (2019 a 2021);
Ivon Cardoso	52	Branco	Homem Cis	Gay	Coordenador do DEPIR (2014- 2021); Integrante UNA LGBT; Coordenador da Parada do Orgulho LGBTI+
Ivo Pantoja Medeiros	27	Branco	Homem Trans	Bissexual	Coletivo de Homens Trans do Amapá
Joane Costa Gomes,	40	Negra	Mulher Cis	Lésbica	Presidenta do Conselho Municipal de Direitos da população LGBTI+ (2021- 2023); Vice-presidenta da GHATA
Renan Almeida	30	Negro	Homem Cis	Gay	membro da UNALGBT; Ex integrante da FALGBT
Simone Alves de Jesus	53	Negra	Mulher Cis	Lésbica	Presidente do GHATA; Presidenta do Conselho Municipal de Direitos da população LGBTI+; Sócia no Bar da Rosa

Fonte: elaboração própria.

Assim, para devida estruturação deste estudo, dividimo-lo em quatro capítulos – para além de introdução e conclusão – sendo esses *Quem são as pessoas LGBTI+: visibilidade, cidadania e história*, *Movimentos sociais e implementação de políticas públicas*, *A participação social nas políticas públicas LGBTI+* e *Resultados*. No capítulo um, abordamos conceitos básicos sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual por meio de um

entendimento de construção social. Além disso, resgatamos uma linha do tempo a respeito da história do movimento LGBTI+ dentro e fora do Brasil. No capítulo dois, conversamos sobre conceitos de políticas públicas, além de pautar sua relevância para a sociedade. Também descreveremos o conceito de ciclo de políticas públicas, dando ênfase na implementação, e aprofundaremos na construção das políticas públicas LGBTI+ com retrocessos e avanços e por onde elas estão. No capítulo três abordamos a invisibilidade das pessoas LGBTI+ diante da construção da cidadania, assim como a importância da resistência do movimento social para a garantia das políticas públicas. No capítulo quatro, temos os resultados obtidos através das entrevistas e da análise do material, dividindo-as em cinco tópicos. O capítulo é iniciado com uma breve descrição das pessoas entrevistadas, para no primeiro tópico percorrermos o tema apresentando o estado do Amapá. No segundo tópico, passamos para a resistência do movimento social de Macapá fazendo um resgate histórico dos movimentos sociais LGBTI+. No terceiro tópico, abordamos a Parada do Orgulho LGBTI+ e seus mais de dez anos de visibilidade. No quarto tópico, discutimos acerca do movimento social e dos desafios das políticas públicas. Além disso, neste tópico também mapeamos as políticas públicas para a população LGBTI+ existentes em Macapá, encontradas através do levantamento realizado. Para isso, foram divididas em quatro eixos: o primeiro eixo fala sobre políticas públicas de participação social, o eixo dois de políticas públicas de visibilidade e orgulho, o três de políticas públicas com o Poder Judiciário e o eixo quatro de políticas públicas no combate às violências LGBTfóbicas.

.

2 QUEM SÃO AS PESSOAS LGBTI+: VISIBILIDADE, CIDADANIA E HISTÓRIA

Neste capítulo, abordaremos conceitos básicos sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual através de um entendimento de construção social. Além disso, resgataremos uma linha do tempo a respeito da história do movimento LGBTI+ dentro e fora do Brasil.

2.1 A questão de gênero: orientação sexual e identidade de gênero

O conceito de gênero surge em meados dos anos 70, com intuito de distinguir sexo de gênero, definindo o sexo como algo mais biológico e o gênero como mais social. Assim, a partir desse momento a definição de gênero ganha um empoderamento histórico, político e social. Esse conceito traz a reflexão para além do binarismo entre feminino e masculino, heterossexualidade e homossexualidade, cisgeneridade e transexualidade, evidenciando que as normas impostas socialmente influenciam nas ações sociais e culturais e nos comportamentos das pessoas. Os Princípios de Yogyakarta definem que orientação sexual e identidade de gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso, conforme vemos abaixo:

> A orientação sexual é a capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. E identidade de gênero como a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (Princípios de Yogyakarta, 2007, p. 6).

Partindo dos princípios de Yogyakarta, Beatriz Bagagli (2017) sublinha que existem sexualidades que envolvem a atração por indivíduos de gêneros iguais, diferentes ou por mais de um gênero – sendo designadas, respectivamente, como homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade – e identidades de gênero que podem corresponder ou não com as expectativas sociais sobre o sexo atribuído ao nascimento – sendo designadas, respectivamente, como cisgênero ou transgênero.

Para Jaqueline de Jesus (2012), “sexo é biológico e o gênero é social, construído pelas diferentes culturas, sendo que o gênero vai além do sexo”. Em outras palavras, o que importa na definição do que é ser homem ou mulher, não são apenas os cromossomos ou a conformação genital, mas também sobre a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. A respeito do gênero como construção social e cultural, Jaqueline de Jesus discorre que

> Mulheres de países nórdicos têm características que, para nossa cultura, são tidas como masculinas. Ser masculino no Brasil é diferente do que é ser masculino no Japão

> ou mesmo na Argentina. Há culturas para as quais não é o órgão genital que define o sexo. Ser masculino ou feminino, homem ou mulher, é uma questão de gênero. Logo, o conceito básico para entendermos homens e mulheres é o de gênero. Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressam socialmente. (JAQUELINE DE JESUS, 2012, p. 8).

Mesmo com amplas pesquisas sobre gênero e o acesso nas mídias sociais ainda se tem muita resistência para o respeito e aceitação, pois como já vimos o conceito de gênero está ligado a comportamentos, cultura e sociedade. É possível refletir sobre o assunto colocando experiências vivenciadas no cotidiano, como a própria gravidez. Ao engravidar, a mãe cria expectativas sobre o bebê, escolhe o nome, organiza o enxoval que, dependendo do sexo, será azul ou rosa (cores construídas socialmente como pertencente a meninos e meninas) e hoje com as grandes festas de revelação do sexo da criança, percebe-se que a reprodução de estereótipos já surge no processo da criança no ventre. Para Alexandre Bortolini

> entre um bebê do sexo masculino e um homem, há uma grande distância, não há nada na genética do cabelo da mulher que diga que ele é propenso a ficar mais comprido do que do homem. Essas convenções são construídas socialmente. (ALEXANDRE BORTOLINI, 2008, p. 15).

Sendo assim, as pessoas são produtos da realidade social e não decorrência direta da anatomia de seus corpos. Enquanto o gênero está ligado à percepção de atitudes e comportamentos de cada indivíduo, a identidade de gênero tem a ver com como esse indivíduo se coloca diante da sociedade, com quais grupos e imagens se identifica. Referindo-se a algo pessoal e intrínseco do indivíduo, identidade de gênero inclui a consciência pessoal do corpo – modificações estéticas ou anatômicas podem ser realizadas por livre escolha, por meio de médicos, cirurgias ou outros. Já a orientação sexual se refere à atração afetivo sexual por alguém de algum/ns gênero/s. Uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem ou mulher é naturalmente heterossexual.

Renan Quinalha (2022) aborda conceitos de essencialismo e construcionismo, em que o essencialismo postula que as identidades e comportamentos decorrem de atributos inatos e naturais dos corpos e o construcionismo ligado a um processo de construção histórica e cultural, em que as pessoas LGBTI+ são atravessadas por estruturas que interagem e negociam o seu processo de subjetivação. O período essencialista foi necessário para as pessoas e movimento LGBTI+ no intuito de combaterem questionamentos mais conservadores de que as pessoas não escolhem ser LGBTI+, elas nascem assim. O movimento LGBTI+ adotou argumentos

essencialistas em sua luta política para justificar a naturalidade das relações entre pessoas do mesmo sexo (RENAN QUINALHA, 2022).

Desse modo, é necessário perceber os indivíduos não apenas pelo sexo biológico, mas sim compreendendo como eles se percebem dentro da sociedade. As diferenças são expressas, muitas vezes, nas relações afetivas e sexuais, havendo muitas maneiras de ser feminino, masculino, não binário e agênero. Bruna Irineu (2019) evidencia que saber sobre essa estrutura de gênero, diversidade sexual e sexualidade seria perceber as vulnerabilidades existentes para com a população LGBTI+ e as transversalizações dos segmentos como as intersecções entre território, raça, etnia, classe, geração, deficiências, identidades e expressões de gênero como marcadores sociais de diferença, coforme vemos abaixo:

> No âmbito das políticas sociais há um importante conceito, o de "transversalidade", que nasce com os movimentos feministas na Conferência de Beijing (1995) [...] pontua que o reconhecimento da necessidade de ações e programas marcados pela "transversalidade de gênero" [...] se entender gênero enquanto uma categoria que não se aplica exclusivamente às mulheres, mas também aos homens e aos segmentos LGBTI+, a transversalidade deveria abarcar inclusive as questões que versam sobre masculinidade, no sentido de garantir o enfrentamento às formas de dominação das mulheres e da homofobia. (BRUNA IRINEU, 2019, p. 102-103).

Portanto, evidencia-se que há muito tempo as identidades LGBTI+ vêm sofrendo uma tentativa de aniquilamento das suas identidades em nome de discursos conservadores e cristãos, que classificam essas identidades como sendo atravessadas pela falha de moral, por desvio de caráter e pecado. Diante disso, essa população tenta encontrar diversas formas de continuar sobrevivendo, sendo necessário destacar a importância do movimento LGBTI+ no decorrer da história, que teve que se organizar a partir do movimento de pertencimento, buscando na resistência a luta pelos seus direitos e garantia de existência

2.2 A história do movimento LGBTI+

Nesta sessão, evidenciamos a trajetória do movimento LGBTI+ em nível nacional e local. Iremos ressaltar o seu surgimento e suas lutas a partir de autores como James Green (2000), Regina Facchini (2009) e Renan Quinalha (2009), que ao longo de suas pesquisas vêm fazendo um levantamento da presença de LGBTI+, seja em movimento organizado ou individual, ao longo dos anos.

É necessário ressaltar que a organização das peças da história do movimento LGBTI+, sejam coletivas e/ou individuais, é carregada de lacunas e principalmente de imagens negativas, pois mesmo com avanços legais, as pessoas LGBTI+ ainda são discriminadas e hostilizadas por uma parcela significativa da sociedade. Assim, o surgimento das identidades LGBTI+ antecede os acontecimentos com registro no Brasil, sendo preciso refletir de forma crítica sobre a

possível ausência de fatos registrados nesse território. Portanto, resgatar essa memória histórica faz parte do processo de identificação e de visibilidade da luta para legitimar a existência, enfrentar a LGBTIfobia, e garantir direitos para ter acesso a políticas públicas.

Sabe-se que Stonewall é um grande marco na história da luta da comunidade LGBTI+ – sobre o qual desenvolveremos mais à frente. Entretanto, no mundo se têm várias contribuições de pessoas LGBTI+ que enfrentaram as amarras tanto da sociedade quanto do Estado bem antes desse marco, como Alemanha na virada do XIX para o XX e nos Estados Unidos por volta do século XIX. Alguns autores como James Green (2003), Hiro Okita (2007) e Edward MacRae (2011) citam que a luta contra a discriminação dos homossexuais surgiu na Europa, ainda no século XIX, mais precisamente na Alemanha, antes da ascensão do nazismo de Adolf Hitler.

> [..] Entre 1933 e 1935, o movimento homossexual, continuou sendo brutalmente exterminado tanto pelos fascistas, como pelos stalinistas. Mais de cem mil homossexuais foram exterminados nos campos de concentração pelos nazistas. Eles eram diferenciados dos outros cativos por serem obrigados a usar uma estrela cor-de-rosa na roupa [...]. (HIRO OKITA, 2007, p. 61).

Há indícios que só pós-guerra é que grupos de homossexuais que viveram longos períodos de silenciamento e clandestinidade voltaram a se constituir enquanto organizações na Europa. Julio Simões e Regina Facchini (2009, p. 43) expõem que "na Holanda, em 1946, foi fundado o Cultura em Ontspanningscentrum (COC); na Dinamarca, foi o Forbundet, em 1948 e na França, o Arcadie, em 1954." Na década de 40 surge uma das primeiras organizações a fim de desconstruir a imagem negativa do termo homossexualidade: "O espaço chamado Center for Culture and Recreation (COC), em Amsterdam, que foi criado pelo grupo que edita uma publicação mensal sobre homossexualidade, o Levensrecht – cujo título pode ser traduzido para o português como 'Direito de viver'" (REGINA FACCHINI, 2009). Saindo da Europa e indo para os Estados unidos em meados de 1960, James Green (2003) diz que

> [...] grupos relativamente pequenos e isolados, ofereceram as bases para a organização de outros esforços contra a discriminação e homofobia numa época em que os direitos civis e as atividades antiguerra inspiraram uma segunda onda de feminismo e novas organizações pelos direitos dos gays e lésbicas no final da década de 1960. (JAMES GREEN, 2003, p. 24)

No dia 28 de junho de 1969, aconteceu a Revolta de Stonewall, um episódio que marcou para sempre a militância LGBTI+ de todo o mundo. O fato ocorreu na cidade de Nova York, no bar The Stonewall Inn, localizado na Christopher Street, número 53. O espaço era frequentado por gays, lésbicas e travestis, onde cotidianamente aconteciam batidas da polícia e seus frequentadores eram forçados a saírem. Apesar da constante repressão policial, no dia da revolta, "ao invés de fugir, eles, liderados por travestis, trancaram os policiais no bar, incendiaram e atiraram pedras e garrafas quando os policiais tentavam sair" (HIRO OKITA,

2007, p. 73). De acordo com Edward MacRae (2011, p. 26), “a luta foi bastante violenta e os homossexuais, além de evidenciar a fúria inusitada contra seus tradicionais repressores, também gritaram palavras de ordem”. Assim, a Revolta de Stonewall durou cerca de três dias, com intenso confronto da polícia contra os homossexuais nas ruas de Nova York.

Esse episódio transformou-se em um grande marco na história do movimento LGBTI+, influenciando outras organizações políticas do movimento LGBTI+ no mundo todo. James Green (2003) afirma que a batalha dos gays e lésbicas contra a polícia nas ruas de Nova York influenciaram o surgimento de organizações gays em outros países da América Latina. Na Argentina, meses depois do ato de Stonewall, foi fundado o El Grupo Nuestro Mundo, um grupo formado por homossexuais.

James Green (2003) afirma que a forte repressão aos homossexuais aconteceu em diversos países da América Latina em períodos de ditadura militar, sobretudo em Porto Rico, México, Argentina e Brasil. Sobre o último, é perceptível que ainda existe muito a se descobrir sobre a história das identidades e dos movimentos LGBTI+. Assim, desenvolveremos sobre o assunto no tópico a seguir.

2.3 O protagonismo da história LGBTI+ brasileira

José Gomes (2016) relata que o Movimento LGBTI+ no Brasil – anteriormente conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) – tem pouco mais de trinta e cinco anos de existência. Ao longo desses anos, o movimento sofreu inúmeras mudanças, inclusive a modificação de sua nomenclatura, passando de MHB para a sigla LGBT e agora LGBTI+. Júlio Simões & Regina Facchini (2009, p.14) organizam essa trajetória do movimento LGBTI+ em três ondas. A primeira onda, ocorrida no período que corresponde ao final do regime militar, é chamada de “abertura política”; a segunda onda ocorre durante a redemocratização dos anos 1980 e a mobilização em torno da Assembleia Constituinte, que coincidem com a eclosão da epidemia do HIV/AIDS. Depois, tem-se a "terceira onda", a partir de meados dos anos 1990, em que a parceria com o Estado, gestada no período anterior, se consolida e dá impulso à multiplicação de grupos ativistas, promovendo a diversificação dos vários sujeitos do movimento na atual designação LGBT.

Na ditadura militar no Brasil, iniciada em 1964, já havia relatos de que a orientação sexual era vista como imprópria e muitas pessoas LGBTI+ foram perseguidas, torturadas, jogadas em manicômios e, em muitos casos, assassinadas. Concomitantemente, no final dos anos 1960 e início da década de 1970, boates, bares, espaços de pegação e sociabilidade entre

homossexuais masculinos, lésbicas e pessoas trans cresciam e conviviam com a repressão do Estado nos lugares públicos.

> Os desejos e afetos entre pessoas do mesmo sexo também foram alvo do peso de um regime autoritário com pretensão de sanear moralmente a sociedade e forjar uma nova subjetividade à imagem e semelhança da família nuclear, monogâmica, patriarcal e heterossexual. (JAMES GREEN ET AL., 2017, p. 38).

Júlio Simões e Regina Facchini (2009) relatam que, na década de 70, todas as pessoas pertencentes ao movimento eram chamadas de homossexuais. Assim, em 1978, surge o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), representando um marco no Brasil. Ainda no mesmo ano, ocorre uma reunião de um grupo que logo assumiria o nome "Somos - Grupo de Afirmação Homossexual". Para James Green et al. (2017), o grupo Somos foi o coletivo pioneiro na articulação do MHB, que logo se espalharia Brasil afora com o surgimento de diversos grupos em outros estados da Federação, surgindo, em seguida, o Somos/RJ, o Grupo Gay da Bahia, o Dialogay de Sergipe, o Atobá e Triângulo Rosa no RJ, o grupo Lésbico – Feminista de São Paulo, Dignidade de Curitiba, o Grupo Gay do Amazonas etc.

O Lampião, jornal em formato tabloide que circulou no período de 1970 a 1980, é o primeiro veículo de comunicação que pautava a identidade LGBTI+ de forma positiva que se tem registro no Brasil. O jornal fazia parte da imprensa alternativa no período da ditadura militar, com enfoque social e político na homossexualidade e divulgava temas políticos afins e então considerados minoritários, como o feminismo e o movimento negro (JULIO SIMÕES & REGINA FACCHINI, 2009). Segundo Elton Rozario, o jornal Lampião da Esquina[3]

> Foi publicado em diversas cidades, tornando-se referência para as lutas contra a homofobia no Brasil. Destinado ao público LGBTI+ trazia consigo uma linguagem acessível e muita das vezes irônicas e ricas, com uma variedade de discussão e exposição, dentre eles debates, artigos, entrevistas e denúncias, para além de uma visão pornográfica no qual os LGBTI+ eram taxados como sujeitos anormais e desviantes. Encerrou com sua última publicação em 1981 às vésperas da redemocratização e construção da Constituição de 1988 do Brasil. (ELTON ROZARIO, 2016, p. 41).

Em dezembro de 1979 a realização do 1º Encontro Nacional do Povo Gay, realizado na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, contando com a presença de cerca de 60 pessoas.

> Durante o verão de 1980, foi realizada em São Paulo uma reunião de vários grupos homossexuais de diversos estados. Visava promover a militância e, entre os temas discutidos, destacavam-se: a questão da identidade homossexual, as relações entre os membros do movimento homossexual com os partidos políticos, assim como temas

[3] Jornal Lampião da Esquina foi uma das primeiras grandes publicações destinadas ao público homossexual no Brasil. O grupo dignidade disponibiliza em seu acervo algumas edições do Lampião da Esquina para consultas. Disponível em https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/

> relacionados aos seus procedimentos e organização. (EDWARD MACRAE, 2017, p. 44).

Os guetos se tornaram um lugar para além da busca do acolhimento entre pares e de encontros sexuais e românticos das pessoas homossexuais. Os lugares eram ponto de encontro para movimentos de articulação política e militância homossexual, o que despertou muita visibilidade negativa, pois empoderar pessoas homossexuais era a busca para desconstruir os preconceitos e estigmas que a sociedade já empurrava para esse grupo.

Esses encontros no gueto causavam incômodos para a sociedade conservadora patriarcal, um dos casos mais memoráveis foi o episódio da operação policial de "limpeza" do centro de São Paulo, comandada pelo então delegado José Wilson Richetti no ano de 1980. Esse é um caso emblemático das relações tensas entre Estado e sociedade civil dessa época:

> Wilson Richetti era um delegado que já havia se tornado conhecido por ter expulsado as prostitutas de São Paulo e criado a zona de prostituição de Santos. Transferido para a Terceira Seccional (Centro) iniciou uma ação contra os frequentadores noturnos do centro da cidade que ficou conhecida como Operação Limpeza. A campanha e a manifestação contra Richetti estão entre as principais atividades realizadas pelos militantes da primeira onda do movimento paulistano, mobilizando forças de esquerda e os movimentos negro e feminista contra a violência repressiva do Estado. (REGINA FACHHINI, 2003, p.91).

Ainda em 1980, o movimento se reestabeleceu por uma questão maior do que a identidade. Tachados pela Aids, que retirava a vida de milhares de homossexuais, e que era considerada a "peste gay", os homossexuais viram-se assombrados por um lado obscuro das relações familiares, destacando-se abaixo:

> Vários homossexuais que foram rejeitados pela família, na saúde e na doença, que trilharam suas vidas à margem desta tão honrada instituição, estabeleceram duradouros relacionamentos, e eram amparados exclusivamente pela comunidade homossexual e por seus companheiros, ao morrerem tinham seus parceiros alijados do processo sucessório, excluídos de sua história. Os meios de comunicação noticiavam casos de demandas judiciais entre as famílias e os parceiros, que muitas vezes eram impedidos de voltar a entrar no lar em que viveram, mesmo para retirar os próprios pertences. A homossexualidade deixou de ser apenas caso de polícia, para passar a ser também caso de saúde e caso de justiça. (MICHELE CONDE, 2004, p. 99).

Essas situações que o MHB vinha passando na década de 80 evidenciam as grandes tensões que o Estado tinha com movimento/pessoas LGBTI+. Dessa forma, como mostra Cleyton Feitosa (2017), onde o Estado era visto como inimigo, os canais institucionais de comunicação se encontravam fechados, contribuindo para um movimento social mais comunitarista e antiautoritário.

Durante os anos 1980, apesar da redução expressiva da quantidade de grupos e das dificuldades trazidas pela associação entre Aids e homossexualidade, há mudanças significativas que influenciam o movimento contemporâneo: a atuação passa a ser vista de modo mais pragmático, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais, e há menor resistência à institucionalidade (REGINA FACCHINI, 2005; JÚLIO SIMÕES e REGINA FACCHINI, 2009). Também em 1980, com a iniciativa do antropólogo Luiz Mott, surgiu na capital baiana o Grupo Gay da Bahia (GGB), primeiro no Brasil a ser registrado como Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos em 1983, e declarado de utilidade pública em 1987 pela Câmara Municipal de Salvador – BA.

Na década de 1990, houve o surgimento de outros movimentos LGBTI+. Entre outras entidades importantes, podemos citar, com surgimento em 1993, no Rio de Janeiro, a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL), e em 1995 a ABGLT, movimentos que aglutinam representações de pessoas LGBTI+ no Brasil. Ainda nos anos 1990, temos a luta para a exclusão do termo "homossexualismo" para ser substituído por "homossexualidade", pois o sufixo "ismo" tinha uma ideia de doença. Essa é uma grande conquista para o movimento LGBTI+, visto que, junto a ela, a afetividade LGBTI+ (romântica e sexual) passa a estar fora do rol de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da classificação internacional de doenças – CID 10. Ademais, houve a significativa mudança do termo de "opção sexual" para "orientação sexual".

Em 2000, foi fundada a Articulação Nacional de Transgêneros, que posteriormente passou a denominar-se Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA). Em 2003, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi criada a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), e em 2004 a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), organizações estratégicas para a luta em defesa da diversidade e de políticas públicas para grupos invisibilizados e marginalizados da comunidade LGBTI+.

Bruna Irineu (2019) destaca que as cisões promovidas pela "política de identidade" e o chamado "gaycentrismo" do movimento GLBT[4] culminaram na criação da primeira rede nacional de lésbicas, a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), no ano de 2003, durante o Seminário Nacional de Lésbicas (Senale). Assim, até 1993 o movimento aparece descrito predominantemente como Movimento Homossexual Brasileiro e depois como Movimento de Gays e Lésbicas (MGL). Após 1995, aparece primeiramente como um Movimento De Gays, Lésbicas e Travestis (GLT) e posteriormente, a partir de 1999, figura também como um

[4] Nomenclatura utilizada antes de 2008.

Movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLBT), passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos.

Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o "B" de bissexuais à sigla utilizada pelo movimento e convencionando que o "T" referindo-se a travestis, transexuais e transgêneros. Em 2008 realizou-se a I Conferência Nacional GLBT, onde foi aprovado o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a visibilidade do segmento de mulheres lésbicas na frente devido a todo debate sobre gênero, machismo e violência contra as lésbicas. Cleyton Feitosa (2017) relata que o evento trouxe importantes reconhecimentos, tanto para militância quanto para academia, do ponto de vista do governo federal em escutar a sociedade civil organizada. Essa conferência contou com o pronunciamento do ex-presidente Lula, que trouxe uma grande visibilidade do governo federal para as pautas LGBTI+, principalmente após o lançamento do programa Brasil Sem Homofobia (BSH), conforme exposto abaixo:

> Coroando importantes iniciativas anteriores, a convocação da Conferência Nacional remonta ao ano de 2004, quando foi criado, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Programa "Brasil sem Homofobia", cujas ações possibilitaram a implantação de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia em todas as unidades da Federação, além de financiar Núcleos de Pesquisa e Promoção da Cidadania GLBT e projetos de capacitação em Direitos Humanos para o combate a homofobia. (BRASIL, 2008b).

Cleyton Feitosa (2017) aponta que, em 2011, no governo Dilma, ocorreu a II Conferência Nacional LGBT, tendo um papel mais monitorador das políticas LGBT por meio de balanços sobre as ações apontadas na conferência anterior. O autor explicita que a segunda conferência conseguiu ter mais participação popular, chegando aos municípios e regiões distantes do centro-oeste e sudeste. Um fator curioso é que a presidenta Dilma não participou da conferência, o que trouxe reprovação por boa parte da plenária.

A III Conferência LGBT foi a última realizada pelo governo federal, ocorrido em 2016 com o tema voltado para a criminalização da LGBTfobia. Essa conferência teve um diferencial das outras, pois aconteceu nos moldes de uma conferência conjunta, sendo a realização de cinco Conferências Nacionais, simultaneamente: a X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a III Conferência Nacional LGBT e a XII Conferência Nacional de Direitos Humanos.

> A experiência das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos tanto pode ser avaliada positivamente pelos seus aspectos integrativos entre diferentes segmentos vulneráveis da sociedade brasileira, valorizando uma política de alianças, de

> diversidade e de reconhecimento e solidariedade mútuas, quanto pode ser vista negativamente pela falta de foco em que tudo é prioridade, pelas tensões e discriminações atravessadas entre os segmentos e pela crítica da sociedade civil organizada de que a realização das Conferências Conjuntas havia sido uma estratégia do governo federal para economizar verbas públicas, precarizando os espaços participativos. (CLEYTON FEITOSA, p73-74, 2017).

As conferências são bases importantes para a população LGBTI+, pois através delas pode-se discutir pautas mais específicas voltadas para as mais variadas áreas sob a responsabilidade dos governos municipal e estadual. A principal dificuldade é que essas demandas, na maioria das vezes, não são acolhidas pelas gestões, o que faz com que as problemáticas não tenham resolutividade, deixando a população LGBTI+ às margens do acesso a políticas públicas.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo iremos debater sobre os conceitos de políticas públicas, bem como sua relevância para a sociedade. Também descreveremos o conceito de ciclo de políticas públicas, dando ênfase no conceito de implementação e aprofundarmos na construção das políticas públicas LGBTI+ com retrocessos e avanços.

3.1 Políticas Públicas

Para o desenvolvimento desta pesquisa, é necessário compreender o que são as políticas públicas e para que servem na sociedade. Muito se vem estudando sobre o assunto no intuito de avaliar a formulação e a importância das políticas públicas, analisando o alcance dos objetivos esperados. Leonardo Secchi (2013) aponta que as políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões. As políticas públicas afetam todas as cidadãs, independente de sexo, raça, religião, orientação sexual e classe social e mesmo que ela possa interferir na vida privada das pessoas, ela continua sendo pública.

> Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e que possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público, em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (LEONARDO SECCHI, 2013, p. 2).

Quando se fala em decisão política, logo se pensa em assuntos ligados ao processo eleitoral. Entretanto, Maria das Graças Rua (2009) desmistifica o entendimento da palavra política para além do vinculado a esse processo. A autora afirma que dentro desse entendimento superficial a política tende a se confundir com governo, ou seja, ela se relaciona, diretamente, com as ações governamentais. Em paralelo a expressão *politics*, a autora elucida o entendimento

das ações desenvolvidas por um governo, trazendo outra expressão, *policy*, utilizada para referir-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas a partir do processo da política e *politics* são as atividades e comportamentos políticos.

> O termo "política", no inglês, politics, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas. (MARIA DAS GRAÇAS RUA, 2009, p. 18).

Um dos obstáculos para o estudo de uma política pública é a definição da abordagem escolhida no que tange ao protagonismo dos atores envolvidos. Dessa forma, evidencia-se duas abordagens: a estatista e a multicêntrica. A abordagem estatista concentra seu olhar nos atores estatais, considerando que esses possuem o monopólio na execução das ações referentes às políticas públicas. Essa característica foi atribuída ao ator que protagoniza a ação, logo, apenas o ator estatal é passível de execução de políticas públicas. Enquanto isso, a abordagem multicêntrica trabalha com uma gama quase ilimitada de atores. Nessa abordagem, para que uma ação tenha o caráter de política pública, é necessário que haja um problema público, independente de quem executa a ação, podendo ser Organização Não-Governamental (ONG), organismos multilaterais, entre outros. Essa abordagem permite a qualquer ator social ser protagonista de políticas públicas, desde que o problema a ser enfrentado tenha características públicas (LEONARDO SECCHI, 2013).

Ricardo Agum, Priscila Riscado e Monique Menezes (2015) apontam que não basta que o problema seja socialmente relevante, é preciso que seja alçado a uma categoria de alcance dos objetivos propostos; isto é, o problema social nem sempre alcança o status de política pública. Dessa forma, políticas públicas podem ser construídas a partir de programas, ações e decisões tomadas pelos governos e por coletividades, tornando-se políticas de Estado e/ou políticas de governo.

Para Luiz Mello e Daniela Maroja (2010) às políticas públicas deveriam ser globais, em três sentidos: a) por dizerem respeito ao Estado, e não apenas ao governo; b) por não deverem se restringir ao período de um único governo; e c) por necessariamente contarem, em sua elaboração, com a participação do conjunto da sociedade civil, incluindo Organizações não Governamentais (ONG), empresas, igrejas, academia, mídia etc. A política de governo consiste naquela atrelada ao projeto do poder executivo e que sofre, portanto, alternância com a sua

troca, enquanto políticas de Estado são aquelas amparadas por leis e portarias vigentes e que, independentemente da troca de governantes, deve ser cumprida e assegurada.

Debater a questão dos direitos e políticas públicas para a população LGBTI+ implica necessariamente em mudanças dentro dos costumes, moral e padrões sexuais enraizados historicamente na sociedade brasileira.

3.2 Ciclo das políticas públicas: o foco na implementação

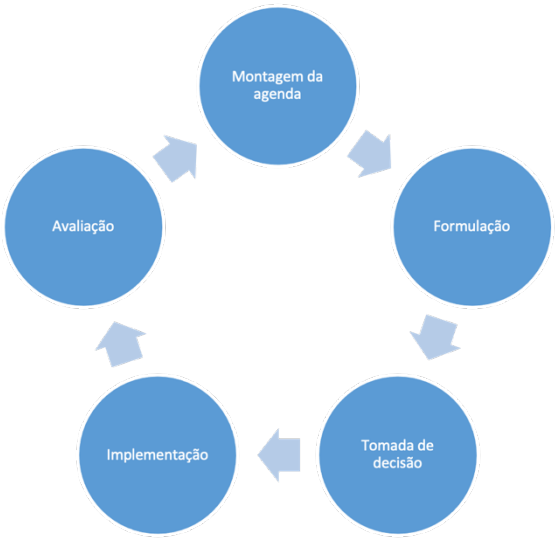
Entender o ciclo das políticas públicas ajuda a compreender seus processos e etapas, explicando o funcionamento do estado e suas ações nas elaborações. Por se tratar de uma resposta às necessidades da população, as políticas públicas se apresentam em várias etapas que iremos discorrer a seguir.

O ciclo de políticas públicas consiste em um processo dinâmico, de análise e interpretação do processo político administrativo, que subdivide em fases ou estágios o fazer político, debatida por autores como Harold Lasswell, Howlett, Secchi e outros.

Para Klaus Frey (2000), o *policy cicle* é um tipo "puro" idealizador do processo político, na prática dificilmente se dá de pleno acordo com o modelo. Entretanto, fornece um quadro de referência para análise processual ao atribuir funções específicas às diversas fases do processo político-administrativo, que mediante a comparação dos processos reais com o tipo puro, obtém-se pontos de referência às possíveis causas dos déficits do processo. O modelo de Lasswell (1956) foi reorganizado por diversos autores, entre eles Gary Brewer que aperfeiçoou o estudo do processo político (*policy process*), introduzindo a noção de ciclo contínuo e expandindo o processo da política para além dos domínios do governo.

Interpretações ligeiramente diferentes foram sendo desenvolvidas a partir desses trabalhos, surgindo diferentes versões como a proposta por Howlett e Ramesh (2003). Essa versão é composta de cinco estágios relacionados à chamada resolução de problemas: montagem da agenda (reconhecimento do problema); formulação da política (proposta de solução); tomada de decisão (escolha da solução); implementação da política (efetivação da solução); e avaliação da política (monitoramento dos resultados). A Figura 1 representa o ciclo de políticas públicas segundo Howlett e Ramesh (2003).

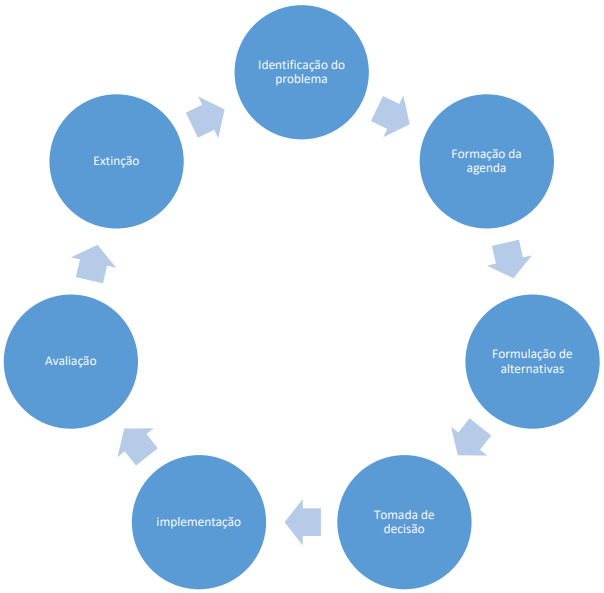
Figura 1 - Ciclo de políticas públicas



Fonte: Howlett e Ramesh (2003).

Já Leonardo Secchi (2013) considera a existência de um ciclo de políticas públicas diferente. Para o autor, o processo de elaboração de políticas públicas é organizado em sete fases, sendo elas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção, como disposto na Figura 2.

Figura 2 - Ciclo de políticas públicas Secchi (2013)



Fonte: SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

A identificação do problema consiste em admitir a existência de uma inconexão do *status quo* à situação tida como possível ideal. Podemos entender o problema público no caminho entre a realidade existente e o que se pretende dela. A formação de agenda trata da agenda institucional. Nela, estão contidas as questões já tornadas constantes do enfrentamento público, levando em consideração os problemas e os atores sociais. A formulação de alternativas está relacionada a procurar e formular alternativas frente ao problema e estabelecer o que será abordado ou contemplado dentro dele. Nesse momento, geralmente são elaborados os programas e estratégias da ação, quando podem ser estabelecidos de maneira concreta. A tomada de decisão consiste em, ao tomar a decisão de implementar uma política pública, encontrar o equilíbrio entre as forças existentes no período anterior à tomada de decisão. Na avaliação, o avaliador, com base em medidas valorativas, indicará se a política pública está funcionando ou não.

Esse ciclo de políticas públicas é comumente utilizado para entendimento na hora da elaboração dessas. O ciclo de Secchi (2013) é fundamental para perceber as fases que essa política vai passar, quais os agentes que participaram do processo e, consequentemente, para futuras avaliações, de modo a saber se essa alcançou seu objetivo. Um fator importante é que as fases nem sempre serão seguidas na mesma ordem, podendo se apresentar misturadas ou alternadas, o que apresenta uma possível flexibilidade para o desenvolvimento.

Para organização deste trabalho, iremos focar na parte do processo de implementação. Leonardo Secchi (2013) considera que é importante estudar essa fase para visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase do processo. O autor ressalta que estudar a fase de implementação significa poder visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados e otimismos exagerados.

> A importância de estudar a fase de implementação está na possibilidade de visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase do processo nas diversas áreas de política pública: saúde, educação, habitação, saneamento, políticas de gestão etc. (LEONARDO SECCHI, 2014, p. 45).

Os estudos de Pressman e Wildavsky em 1973 se tornam o ponto de partida para os estudos sobre a implementação de políticas públicas, com o livro *Implementação: Como grandes expectativas de Washington são frustradas em Oakland*. Sullivan Fischer (2019) relata que os autores deste livro descrevem o fracasso surpreendente do programa para o desenvolvimento econômico da cidade de Oakland. Para os autores, "a implementação é um

processo de interação entre a gama de objetivos e as ações definidas para atingi-los" (*Oakland*. Sullivan Fischer, 2019, p15).

Para Silva e Melo (2000), a implementação de programas governamentais tem sido entendida como uma das dimensões cruciais para a explicação do insucesso dos governos em atingir os objetivos estabelecidos no desenho das políticas públicas. Por isso, faz-se necessário entender como as políticas públicas voltadas para pessoas LGBTI+ estão sendo priorizadas ou não e de que forma essa implementação ocorreu. A implementação corresponderia "à execução de atividades [...] com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas" (PEDRO SILVA & MARCUS MELO, 2000, p. 4). É importante manter a política objetiva, evitar ambiguidades na definição do objetivo, identificar o financiamento, responsabilidades e manter controle efetivo sobre os implementadores. Com isso, os implementadores teriam margem de manobra limitada.

Autores como Pressman e Wildavsky (1973), Leonardo Secchi (2013) e Sullivan Fischer (2019) classificam os estudos em modelos de implementação como: *top-down* e *bottom up.* Sullivan Fischer (2019) descreve o modelo *top-down* como o *modelo de cima para baixo*, que considera a implementação como um processo linear, procurando controlar as ações dos implementadores por meio de normas estabelecidas a partir de preceitos legais, de forma a definir como o processo de implementação deve ocorrer. Para Leonardo Secchi (2013), o modelo de cima para baixo parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política, sendo a implementação apenas um mero esforço administrativo. O autor aprofunda ao dizer que esse modelo se trata de uma estratégia política chamada de "lavar as mãos" em relação aos problemas de implementação, sendo que os problemas existentes na implementação são de responsabilidade dos agentes. Já o *bottom up* – que significa *de baixo para cima* – considera as informações vindas da base como parte importante para o êxito do programa. Nesse modelo, como o nome diz, o mapeamento da implementação é realizado de baixo para cima, ao invés de se desdobrar do topo. Leonardo Secchi (2013) relata que, nesse modelo, os implementadores têm maior participação na observação do problema e na prospecção de soluções durante a implementação e que, posteriormente, os tomadores de decisão reconhecem as práticas já experimentadas. Esse modelo permite trabalhar com remodelação da política pública mudando seu formato a partir da necessidade daquelas que se deparam com o problema. Entender sobre esses modelos de implementação poderá ajudar no processo de compreensão das etapas dentro da implementação, identificação dos agentes participantes e na possibilidade de êxito.

> Sua concepção é que à medida que o plano está sendo implementado, novas situações emergem e exigem mudanças no curso de ação. O nível micro, em que a implementação ocorre, nesse modelo, têm oportunidades para redefinir o processo de implementação considerando o seu contexto e os atores. (SULLIVAN FISCHER, 2019, p. 76).

Luciana Lima e Luciano D'Ascenzi (2013), abordam que se pode sistematizar quatro tipos de variáveis que influenciam o êxito do processo de implementação. O primeiro tipo refere-se à natureza do problema alvo da política: a existência de tecnologia de intervenção disponível e acessível, de uma teoria causal válida e o tamanho da população-alvo. O segundo forma-se pelas normativas, que se referem ao grau em que o plano estrutura a implementação. O sucesso da implementação decorre da clareza dos objetivos, soma-se a isso a previsão e disponibilidade de recursos, financeiros principalmente. O terceiro bloco alude a variáveis contextuais. O contexto social é comumente relacionado ao apoio do público à política e muitas vezes é considerado uma variável crítica porque esse apoio mostra-se instável e não perdura. O contexto econômico influencia a disponibilidade de recursos, essencial para o sucesso da implementação. O contexto político diz respeito, fundamentalmente, a mudanças de governo e ao apoio das elites. Já o quarto grupo de variáveis refere-se à organização do aparato administrativo: disponibilidade e qualidade dos recursos humanos e da estrutura organizacional, basicamente.

O parâmetro de sucesso são os objetivos definidos no plano. As variáveis referem-se à arena de formulação e focam elementos considerados estruturantes da implementação segundo Luciana Lima e Luciano D'Ascenzi (2013). Para Pressman e Wildavsky (1984) (apud LUCIANA LIMA E LUCIANO D'ASCENZ, 2013), existe uma imprevisibilidade no processo de implementação, ocorrida devido a algumas características. Em primeiro lugar, há uma multiplicidade de atores de diferentes tipos de organizações com interesses diversos, que são agregados para operar a política. Tais atores interagem em uma trajetória de pontos de decisão nos quais suas perspectivas se expressam. Em segundo lugar, os atores mudam com o passar do tempo. Isso faz com que a interação também mude, pois mudam as perspectivas e a percepção que um ator tem do outro. Essa mudança de atores insere pontos de descontinuidade e de necessidade de novas e mais negociações.

Portanto, a implementação revela o elo perdido nas discussões sobre a eficiência e eficácia da ação governamental, o que levanta a hipótese de que existem problemas na implementação das políticas públicas no Brasil, evidenciando um olhar de expectativas para a implementação satisfatória. Assim, reconhecer a importância de garantir políticas públicas para pessoas LGBTI+ se faz necessário, visto que a essas iniciativas estão relacionadas como

políticas de governo, muitas vezes resultante de constante sensibilização do movimento social LGBTI+, o que demanda de benevolência desses gestores e dificulta a efetividade da implantação devido a mudança de autores, a garantia de orçamento público, tendendo a serem ações frágeis.

3.3 Políticas públicas para pessoas LGBTI+ no BRASIL

Como já visto, as políticas públicas têm papel fundamental na organização da vida em sociedade. Percebe-se que as conquistas das políticas públicas voltadas para a população LGBTI+ estão relacionadas com os momentos históricos de posicionamento e com o enfrentamento à LGBTIfobia dessa população. Desse modo, evidencia-se que, neste tópico, discutiremos acerca do percurso das políticas públicas para a população LGBTI+ no Brasil, momentos esses que dialogam com a história do movimento social em resistências e lutas.

Para desenvolver o tema, focaremos no período denominado como a terceira onda do movimento LGBTI+. Para Júlio Simões e Regina Facchini (2009), esse momento converge com sentido hegemônico de deliberação e criação dos conselhos. Tal período se inicia em 1995, quando ocorre a Conferência Mundial de Beijing. No evento, o tema da discriminação com base na orientação sexual foi formalmente suscitado, pela primeira vez, pela delegação da Suécia. Em seguida, o debate sobre a não-discriminação com base na orientação sexual foi retomado de forma organizada durante o processo preparatório para a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância. Ainda, o governo brasileiro levou o tema para a Conferência Regional das Américas, realizada em Santiago do Chile, em 2000, preparatória para a Conferência de Durban. A Declaração de Santiago compromete todos os países do continente com texto que menciona a orientação sexual entre as bases de formas agravadas de discriminação racial e exorta os Estados a preveni-la e combatê-la. Durante a Conferência Mundial de Durban, em 2001, o Brasil introduziu o tema da discriminação sobre a orientação sexual em plenária, bem como um diagnóstico sobre a situação nacional e uma lista de propostas, ambos incluídos no relatório nacional.

> Atuando em áreas como a saúde, a educação e a justiça, os homossexuais brasileiros organizados têm enfrentado a histórica situação de discriminação e marginalização em que foram colocados no seio da sociedade brasileira. E, para além da luta pelo reconhecimento de seus legítimos direitos civis, sociais e políticos, sua atuação tem se desdobrado em um notável engajamento no enfrentamento de graves problemas de interesse público. (BRASIL, 2004, p. 15).

As lutas que antecederam o I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 1) ocorreram na década de 90 com a epidemia do HIV/AIDS. Regina Facchini (2009) explica que se organizou uma resposta coletiva à epidemia do HIV/AIDS: a implementação de uma política

de prevenção às DST/AIDS baseada na ideia de parceria entre Estado e sociedade. sendo reforçado abaixo:

> A população LGBTI+ só vislumbrou a possibilidade de ter suas lutas como garantia de direitos, para além da gestão em torno do HIV/aids, em 1996 com o PNDH1, que de forma difusa possuía duas propostas voltadas a prevenção de violência e discriminação contra a população vulnerável, incluindo a população homossexual. (BARBARA PIRES, ARNALDO LAURENTINO E CLAUDIO SILVA, 2021, p. 124).

A partir de 2001, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), vinculado ao Ministério da Justiça, foi uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementação das recomendações oriundas da Conferência de Durban. As ações dos grupos de ativismo LGBTI+ no Brasil começaram também a priorizar a reivindicação de políticas públicas voltadas à promoção de sua cidadania e de direitos humanos, para além da esfera de prevenção da epidemia de HIV/AIDS e de apoio a suas vítimas.

> as ações dos grupos de ativismo LGBT no Brasil começaram também a priorizar a reivindicação de políticas públicas voltadas à promoção de sua cidadania e direitos humanos, para além da esfera de prevenção da epidemia de HIV/AIDS e de apoio a suas vítimas, que já vinham ocorrendo desde meados da década de 1980. (LUIZ MELLO, BRUNO AVELLAR e DANIELA MAROJA, 2012, p. 295).

Apenas em 2002, na segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos- (PNDH 2), entre as 518 ações, cinco tratavam orientação sexual como uma dimensão da garantia do direito à liberdade, opinião e expressão e dez eram relativas à garantia do direito à igualdade de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais. Luiz Mello, Walderes Brito, Daniela Maroja (2012b) evidenciam que o prefácio do PNDH 2 foi um marco para a população LGBTI+, visto que consta que os direitos dos homossexuais passaram a integrar a pauta das políticas públicas do Governo Federal.

> É no início da década de 2000 que o Movimento LGBT passa a atuar fortemente junto ao Poder Executivo Federal para a gestação de políticas de direitos humanos e não mais apenas no campo da saúde. Contribuíram para isso tanto o financiamento de agências internacionais para as ONGs brasileiras na área de direitos humanos assim como a vitória eleitoral do PT em nível nacional, que passaria a incluir cada vez mais as pautas do Movimento LGBT no Governo Federal. (CLEYTON FEITOSA, 2016, p. 122).

Em novembro de 2003, o CNCD criou um grupo de trabalho destinado a elaborar o Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação a Gays, Lésbicas, Travestis, Transgêneros e Bissexuais e de Promoção da Cidadania Homossexual, que tinha como objetivo "prevenir e reprimir a discriminação com base na orientação sexual, garantindo ao segmento GLTB o pleno exercício de seus direitos humanos fundamentais" (BRASIL, 2004).

O Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), elaborado no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi a primeira política pública direcionada especificamente à promoção e defesa dos direitos de LGBT na América Latina (GUSTAVO SANTOS E CLEYTON FEITOSA, 2017; LUIZ MELLO E DANIELA MAROJA, 2010). Destaca-se que apenas em 2004 que o Estado reconhece e legitima as políticas públicas voltadas para população LGBTI+, com o BSH.

> As propostas apresentadas não mais se restringiam ao universo do combate à epidemia de aids, como ocorria até então. Todavia, ao longo dos últimos anos, "as ações e programas esboçados pelo Governo Federal – e pelos governos estaduais e municipais – parecem marcados pela fragilidade institucional e por deficiências estruturais". (LUIZ MELLO E WALDERES BRITO, 2012b, p. 416).

O programa motivou diversos estados e municípios a criarem políticas públicas voltadas ao segmento LGBTI+. Essas vitórias legais representam importantes avanços na luta pela cidadania plena de pessoas LGBTI+, a despeito dos enfrentamentos cotidianos que o movimento social tem sofrido nos últimos anos no Congresso Nacional (GUSTAVO SANTOS E CLEYTON FEITOSA, 2017).

> Neste Programa, portanto, estão envolvidos Ministérios e Secretarias do Governo Federal que, além de serem coautores na implantação de suas ações, assumem o compromisso de estabelecer e manter uma política inclusiva em relação aos homossexuais, garantindo, assim, a promoção de um contexto de aceitação e respeito à diversidade, de combate à homofobia e de mudança de comportamento da sociedade brasileira em relação aos gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais. (BRASIL, 2004, p. 27).

Bruna Irineu (2019) explica que o BSH inaugura não somente o campo das políticas públicas específicas para a população LGBTI+, mas também o uso do termo "homofobia" como categoria política central no enfrentamento à violência contra este segmento social. O programa foi uma resposta à luta incessante do movimento social LGBTI+, que estava há muito sem resposta e sem direito a uma cidadania plena.

> Embora emblemático e simbólico as diretrizes do PNDH 1 e 2 voltadas a população LGBTI+, nunca foram efetivadas de, maneira plena, somente depois de 56 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e 16 anos da promulgação da Constituição Federal é que a população LGBTI+ teve acesso a um programa de combate a discriminação e de promoção da cidadania LGBTI+ com o programa Brasil sem Homofobia, que se tornou uma base fundamental para a construção de politicas públicas e garantidora de cidadania. (BARBARA PIRES, ARNALDO LAURENTINO E CLAUDIO SILVA, 2021, p. 124).

O BSH prevê 60 ações, distribuídas em onze áreas, envolvendo oito secretarias e ministérios, voltadas para fortalecimento de instituições públicas e não governamentais de "promoção da cidadania homossexual" e combate à homofobia, capacitação de profissionais e representantes do movimento LGBT, divulgação de informações sobre direitos e promoção da

autoestima e incentivo à denuncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT. Além disso, os três princípios fundamentais que estruturam o BSH são: a) inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de LGBT, nas políticas públicas e estratégicas do Governo Federal; b) produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas destinadas ao combate à violência e à discriminação por orientação sexual e c) entendimento de que o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira (BRASIL, 2008a, p. 11-12).

> (i) as que visam a capacitar o Estado, especialmente instituições escolares, policiais, judiciais, de saúde e de fiscalização do trabalho, a atuar de modo não discriminatório, seja através da mudança de suas práticas, seja através da criação de novos dispositivos, como DDHs e centros de referência nas secretarias estaduais de Segurança Pública, especialmente desenhados para coibir a violência e a discriminação; (ii) o incentivo à participação de lideranças do movimento nos diferentes conselhos e mecanismos de controle social do Governo Federal; (iii) a produção de conhecimento sobre violência e discriminação homofóbicas e sobre as condições de saúde de gays, lésbicas e transgêneros; e finalmente, (iv) o apoio às iniciativas brasileiras no plano internacional, no sentido do reconhecimento e proteção dos direitos GLBTs e à criação de uma Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Reprodutivos. (ADRIANA VIANNA e PAULA LACERDA, 2004)

Em 2005, foram implantados 15 Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH) e, no ano seguinte, outros 30 em todas as capitais estaduais e em algumas das principais cidades do país, com o objetivo de prestar assistência jurídica, psicológica e social à população LGBTI+. Gustavo Santos e Cleyton Feitosa (2017) evidenciam que

> O Programa "Brasil Sem Homofobia", elaborado no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi a primeira política pública direcionada especificamente à promoção e defesa dos direitos de LGBT na América Latina. Em decorrência, o referido Programa motivou a que diversos estados e municípios criassem políticas públicas voltadas ao segmento LGBT. Essas vitórias legais representam importantes avanços na luta pela cidadania plena de LGBT, a despeito dos enfrentamentos cotidianos que o movimento social tem sofrido nos últimos anos no Congresso Nacional. (GUSTAVO SANTOS E CLEYTON FEITOSA, 2017, p. 271).

Foi realizado em Brasília, em 2008, o III Seminário de Capacitação dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e dos Núcleos de Pesquisa e Promoção da Cidadania LGBT, organizado pela Secretária de Direitos Humanos (SDH).

> Em meio a uma tentativa de avaliação dos trabalhos desenvolvidos nos centros e núcleos, a tônica dos discursos de representantes dos diversos estados foi a descontinuidade dos trabalhos, tendo em vista a escassez de recursos e a dificuldade de sustentabilidade (Luiz Mello, Bruno Avelar e Daniela Maroja, 2012a)

No ano de 2009, houve também o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNDCDH-LGBT). Os princípios que orientaram o documento foram a igualdade e o respeito à diversidade, equidade, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos e controle social. Segundo Luiz Mello e Walderes Avelar (2012b), o PNDCDH-LGBT sequer chegou a ser instituído pelo governo na forma de decreto ou de portaria, reproduzindo a inexistência formal que também caracterizou o Brasil sem Homofobia.

Apesar do plano apresentar os órgãos responsáveis pela implementação de cada ação, estabelecendo prazos para as execuções, tais definições de prazos e competências não foram garantias de efetividade. Isso se deve à ausência de qualquer mecanismo coercitivo no caso de descumprimento delas. A vista disto, para implementação das ações previstas no plano, não houve estipulação da origem dos recursos orçamentários necessários, considerando a inexistência de previsão legal e a dificuldade de utilização dos recursos decorrentes de emendas de parlamentares, o que evidencia novamente a fragilidade da ação governamental. Nesse aspecto, Camila Souza (2015) discorre que enquanto não se dispõe de instrumentos jurídicos de maior segurança e eficácia – como as leis – é importante que se utilize tais planos e programas na disputa por efetividade das políticas públicas e garantia de direitos e cidadania LGBT. Luiz Mello e Daniela Maroja (2010) evidenciam que as iniciativas para políticas públicas podem se resumir em cinco tópicos.

> 1) um marco jurídico que ampare a formulação da política pública, explicitando a necessidade de proteção dos direitos de um grupo/segmento populacional específico ou de atenção prioritária a uma área da vida social, como educação, saúde e previdência social, por exemplo; 2) um programa/plano que traga princípios, diretrizes, objetivos, metas e eixos estratégicos claros, capazes de orientar a formulação, implementação, o monitoramento e a avaliação das ações; 3) um órgão responsável pela mediação da elaboração e execução das políticas, pautadas na intersetorialidade e transversalidade das ações; 4) um conselho composto por representantes da sociedade civil e do governo, responsável pelo controle social do programa/plano que materializa as políticas públicas propostas; e 5) dotação orçamentária que assegure a realização das ações propostas no programa/plano. (LUIZ MELLO E DANIELA MAROJA, 2010, p.7).

Com o tempo, foram articuladas outras políticas públicas afirmativas, como a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (PNSILGBT), instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Além dela, houve a institucionalização do processo transexualizador, com a Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, a validação do nome social através do Decreto Presidencial nº 8.727 de 2016, o direito de mudança de identidade de gênero no registro civil, pelo Provimento nº 73 de 2018 e até mesmo a criminalização da

LGBTfobia decretada pelo Superior Tribunal Federal em 2019, que passou a ser punida e equiparada à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.[5]

Em 2019, a pesquisa do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou a primeira Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) abordando o quesito orientação sexual, que investigou – pela primeira vez e em caráter experimental – essa característica da população brasileira, cerca de 2,9 milhões de pessoas declararam a sua orientação sexual. Esse censo foi divulgado em 2022, o que traz um grande passo para dados estatísticos, visibilizando um possível reconhecimento das políticas públicas voltadas para essa população. Além disso, com a divulgação dos dados, é possível reconhecer e/ou sanar possível negligência da cidadania das pessoas LGBTI+ ao acesso a direitos básicos já garantidos na Constituição Federal. A PNS não coletou dados sobre identidade de gênero, mas o IBGE estuda metodologia para incluir esse tema em suas pesquisas, pois mais de 3,6 milhões de pessoas não declaram sua orientação sexual.

Em 2020 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a inconstitucionalidade de dispositivos da Portaria 158 de 2016 do Ministério da Saúde e da Resolução RDC 34 de 2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre a proibição para doação de sangue dos homens que tiveram relações sexuais com outros homens.

> A relação consolidada de uma perspectiva de política pública de direitos humanos relacionada com a homolesbotransfobia institucional e sistemática brasileira reflete-se na dicotomia "realidade x discurso", onde a realidade da baixa disponibilidade de estrutura pública e de dotação do orçamento coabita no mesmo espaço do discurso institucional de modelo de gestão e política gay friendly de boa vizinhança (BRUNA IRINEU, 2017, apud BARBARA PIRES, 2021, p126).

Cleyton Feitosa (2016) organiza os marcos políticos de caráter transversal como principal missão a articulação de outras políticas, políticas de direitos humanos que fortaleçam as identidades LGBTI+ e busquem superar a violência e que visem a construção de uma política nacional LGBTI+, desta forma ressalta-se a importância do processo de monitoramento e avaliação das políticas públicas para pessoas LGBTI+ levando em consideração os conselhos LGBTI+ e os planos municipal/ Estadual.

[5] Lei do Racismo que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

4 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

Neste capítulo, abordaremos a invisibilidade das pessoas LGBTI+ diante da construção da cidadania, assim como a importância da resistência do movimento social para a garantia das políticas públicas.

4.1 Cidadania e a invisibilidade de pessoas LGBTI+

O maior conceito de cidadania está presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que também adota o princípio da dignidade humana. A Constituição afirma ter como objetivo fundamental, entre outros, a promoção do "bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Tendo em seu artigo 1º a cidadania como um direito fundamental, entende-se que essa é um conjunto de direitos e deveres civis e políticos de um Estado.

Thomas Marshall (1976) concebe três elementos de direitos da cidadania que se interligam – direitos civis, direitos políticos e direitos sociais – reforçando o entendimento de que, para ser cidadão, é necessário ter consciência da interseccionalidade desses três elementos. Bruna Irineu (2019) faz uma crítica a essa perspectiva de Marshal ao questionar o conceito de cidadania pautado em uma perspectiva de universalidade, desconsiderando a dimensão de gênero e invisibilizando àqueles que não se conformam na ideia de "sujeito universal" – homem, europeu, branco, cristão, cisgênero e heterossexual.

Caio Pedra (2020) afirma que ser cidadão é (e era) ser alguém, em qualquer que fosse o contexto histórico, enquanto a cidadania traz em si uma relação direta com a igualdade, valor supremo que abre o texto constitucional brasileiro. Já Adela Cortina (2005) amplia a discussão sobre cidadania, abordando que é preciso pensar sobre cidadania pela dimensão histórica, social, civil, econômica e intercultural:

> o conceito de cidadania plena envolve: um status legal (um conjunto de direitos), um status moral (um conjunto de responsabilidades) e uma identidade, pela qual uma pessoa sabe e sente que pertence a uma sociedade, e o direito civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual. O direito político é o direito de participar no exercício do poder político, e o direito social se refere a tudo que vai desde o direito mínimo de bem-estar, econômico e segurança ao direito de participar por completo da herança social. (ADELA CORTINA, 2005, p. 139).

É necessário, portanto, pensar de forma crítica que direitos são esses e para quem eles se dispõem. Para Marilena Chauí (2007), "ter direitos é também ter poder", o que implica na possibilidade de falta de acesso de parcela da população aos direitos dispostos na constituição, por exemplo. Dessa forma, um direito não é concedido, mas é, portanto, conquistado e cultivado, por ser uma forma de poder.

> [...] na sociedade brasileira, a maioria da população está desprovida de direitos porque está desprovida de poderes. E que, portanto, o processo político no Brasil, ao ser um processo de criação de direitos, é um processo de constituição de poderes, populares, sociais, culturais – que se exprimem como poderes políticos. (MARILENA CHAUÍ, 2007, p. 41).

Através da Constituição Federativa do Brasil é possível presumir que todos os sujeitos são cidadãos e possuem igualdade de acesso a todos os direitos garantidos em constituição. Porém, Caio Pedra (2020, p. 17) reflete sobre isso ao dizer que "a garantia legal da igualdade não tem o poder de assegurar na sociedade que todos tenham sempre as mesmas oportunidades e direitos".

Quando procuramos referências que abordam a sociedade de forma inclusiva, logo encontramos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhece em cada indivíduo o direito à liberdade e à dignidade. Essa declaração se torna um marco importante para as pessoas LGBTI+ em reconhecimento da orientação sexual e garantia de direito. A DUDH preconiza em seu artigo 1° que "todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade" (BRASIL, 2008a, p. 4).

Como já explicitado anteriormente, também se têm os princípios de Yogyakarta, um documento internacional que aborda sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Em seu princípio 2º, sobre direito e igualdade, o documento dispõe que

> Todas as pessoas têm o direito de desfrutar de todos os direitos humanos livres de discriminação por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Todos e todas têm direito à igualdade perante a lei e à proteção da lei sem qualquer discriminação, seja ou não também afetado o gozo de outro direito humano. A lei deve proibir qualquer dessas discriminações e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer uma dessas discriminações. A discriminação com base na orientação sexual ou identidade gênero inclui qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero que tenha os objetivos ou efeito de anular ou prejudicar a igualdade perante a lei ou proteção igual da lei, ou o reconhecimento, gozo ou exercício, em base igualitária, de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais. A discriminação baseada na orientação sexual ou identidade de gênero pode ser, e comumente é agravada por discriminação decorrente de outras circunstâncias, inclusive aquelas relacionadas ao gênero, raça, idade, religião, necessidades especiais, situação de saúde e status econômico. (PRINCÍPIO DE YOGYAKARTA, 2007, p. 11).

Assim, é interessante refletir sobre a efetividade na garantia de direitos e de cidadania de pessoas LGBTI+. Segundo dados do relatório de 2021 realizado pelo Grupo Gay da Bahia, o Brasil ainda está entre os países que mais violam os direitos humanos das pessoas LGBTI+,

sendo o país que mais mata pessoas travestis e transexuais. O relatório expõe que "a cada 29 horas um LGBT é assassinado ou comete suicídio no Brasil" (GGB, 2021). Com isso, entendemos que o movimento de libertação LGBTI+ surge com o objetivo de enfrentar a discriminação contra os LGBTI+ no que chamamos hoje de Estado. Para Adela Cortina (2005), esse é um aspecto da natureza da cidadania política, em que:

> [..] o cidadão é o que se ocupa das questões públicas e não se contenta em se dedicar a seus assuntos privados, mas também quem sabe que a deliberação é o procedimento mais adequado para tratar dessas questões, mas que a violência, mas que a imposição, mas até que a votação, que será apenas o recurso último, quando já se tiver empregado convenientemente a força da palavra [...]. (ADELA CORTINA, 2005, p. 35).

Essa vinculação política presente no movimento LGBTI+ ocorre desde os primórdios desse e é um dos fortes elementos de identificação e constituição da militância. Os movimentos sociais LGBTI+ buscam reconhecimento de sua cidadania política, para que mesmo aqueles que não estejam engajados na luta tenham direito à dignidade – mesmo tendo que enfrentar a opressão e a discriminação da aristocracia, do poder, das forças militares, da mídia e do Estado (JOSÉ GOMES, 2016, p. 37).

Nesse aspecto, Caio Pedra (2020) reforça que a valorização da cidadania tem longa trajetória e que sempre foi um *status* almejado. Ser cidadão é ser alguém na sociedade, trazendo uma relação direta com igualdade e pertencimento. Essa afirmação evidencia as vulnerabilidades da cidadania LGBTI+ no Brasil, principalmente pelos índices de violações dos direitos e muitas vezes ineficácias das políticas públicas implementadas.

Para que se tenha acesso pleno aos direitos, é preciso existir o tripé da cidadania LGBTI+, que consiste em uma coordenadoria para planejar, formular, coordenar e monitorar as políticas públicas LGBTI+; os conselhos de direito LGBTI+ (municipal e estadual) para fiscalizar, monitorar e avaliar as políticas públicas implementadas e um plano estadual e/ou municipal LGBTI+ para propiciar subsídios para construção e implementação de políticas públicas LGBTI+.

Souza (2012, apud CAIO PEDRA, 2020) relata que, em países periféricos como Brasil, existe uma "classe de pessoas excluídas e desclassificadas" que adquirem um "status sub-humano" reforçando crenças que "justificam" a deslegitimação da humanidade, que por muitas vezes também não se reconhecem como cidadãs. Assim, evidenciam-se negligências do acolhimento do Estado a pessoas LGBTI+ em que muitas vezes ele é o principal violentador, sendo que deveria ser o principal cuidador. Nesse contexto, destacam-se pontos que reforçam essa negligência, como a concepção da sexualidade como algo exclusivamente biologizante e moralista, uma bancada religiosa dentro do legislativo e do executivo que acaba propagando a

LGBTfobia e dificultando possíveis avanços nas políticas públicas e na promoção da cidadania para as pessoas LGBTI+.

> [...] pessoas LGBT ainda são vistas por muitos como sujeitos não legítimos para reivindicar ou até mesmo como não humanos o suficiente para terem sua integridade física, autonomia moral e liberdade existencial protegidas pelo Estado. esse pensamento existe devido a uma percepção normativa da sociedade incluindo o legislativo e o executivo. (LUIZ MELLO, WALDERES BRITO E DANIELA MAROJA, 2012b, p. 410).

Luiz Mello, Walderes Brito e Daniela Maroja (2012b) ressaltam que novos cenários afetivos, sexuais e familiares se colocam como desafio perante o conservadorismo da sociedade cisheteronormativa, implicando a necessidade de reflexão sobre os significados das disputas entre éticas particularistas e universalistas, discursos sobre o público e o privado e entre visões de mundo.

Desse modo, fica explícito que, apesar das conquistas já estabelecidas e das normativas internacionais acerca dos direitos da população LGBTI+, ainda se têm muitas faltas e violações de direitos no Brasil. É necessário construir um país que disponha do direito à cidadania LGBTI+ plena, protegendo essa população das mais variadas violências – seja por ação ou por omissão. Nesse aspecto, os movimentos sociais LGBTI+ continuam construindo sua luta para a garantia desses direitos.

4.2 O movimento social LGBTI+ como identidade e resistência

Conforme visto anteriormente, a luta e resistência do movimento social LGBTI+ se faz de forma constante. Segundo Maria Gohn (2011, p. 335), os movimentos sociais se expressam pela cidadania coletiva em ações concretas em que "adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas". Nesse meio, é possível observar os chamados "repertórios de interação", que consistem na incorporação da "diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas" (ABERS, SERAFIM E TATAGIBA, 2014, p. 331-332 apud CLEYTON FEITOSA, 2020). Olívia Perez e Gustavo Santos (2019), em seu estudo a respeito da produção acadêmica sobre a participação social no Brasil, se dividem em quatro ondas desse processo de identificação dos movimentos sociais.

> a primeira apostava no potencial dos movimentos sociais para a redemocratização do país; a segunda refletia sobre o papel da sociedade civil e das ONGs na recém-

> democracia brasileira; a terceira destaca as potencialidades, os problemas e os desafios das instituições de participação; e, por fim, a quarta "onda" abarca pesquisas sobre as diversas formas de interação sócioestatal e seus impactos, especialmente nas políticas públicas. Essa última onda não está acabada:

Os membros do segmento LGBTI+ se organizam alicerçados na necessidade individual e coletiva de autoproteção. Essas são acessadas a partir de um sentimento de pertencimento identitário que os torna um bloco, um grupo com capacidade de se mover na busca do reconhecimento da necessidade de garantir o acesso aos direitos de modo geral e aos canais de participação social pela conquista legal, como por exemplo, o acesso aos serviços sociais e às políticas públicas (JOSÉ GOMES, 2016).

> Em face da ausência de uma legislação federal que explicitamente assegure direitos civis para a população LGBT, o movimento social tem encontrado alternativas, ainda que parciais e de alcance limitado, recorrendo ao apoio de governadoras, prefeitas, secretarias de governo e gestoras públicas sensíveis às suas demandas. (LUIZ MELLO, BRITO E MAROJA, 2012, p. 411).

Cleyton Feitosa (2016) relata uma ampliação nas articulações do ativismo LGBTI+ com os governos estaduais e municipais e com parlamentares em todas as federações do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, considerados mais abertos às demandas LGBTI+. Entretanto, o autor explica que "junto a isto também existe um crescimento oposição religiosa-conservadora que se tornam oposicionistas a cidadania LGBTI+".

> Tal configuração reverbera em outros Poderes interferindo na implementação de políticas públicas LGBT, além de travar matérias legislativas do interesse de LGBT no Parlamento. Retrocessos podem ser vistos como a propositura de projetos de lei LGBTfóbicos/reacionários e o boicote à políticas elaboradas no Executivo. (CLEYTON FEITOSA, 2016).

Libni Souza e Olívia Perez (2021), ao realizarem pesquisa com entrevistas com participantes do movimento social, mostram a importância da judicialização para o movimento LGBTI+ no que tange a garantia de direitos dessa população. Além disso, destacam o uso da judicialização pelos movimentos sociais como parte de uma agenda política.

> A opção de judicializar uma demanda específica conforme pontuou o entrevistado E1 "não significa que você vai diminuir enquanto movimento social sua ação política". Complementando a afirmação, o entrevistado E2 disse que" a judicialização, entra como uma estratégia política, que para além de assegurar o direito, cria o fato político de visibilidade, não só para o fato específico em questão, mas para o que é envolvido com o fato político em questão ". E ainda mais o E3 citou que "os ganhos em judicialização foram talvez as grandes conquistas do movimento do ponto de vista de encontrar na justiça, de encontrar na lei a legitimação das suas demandas históricas". Nessa lógica, as entrevistas indicam que o Grupo Matizes pretende continuar com a estratégia de judicialização. (LIBNI SOUZA E OLÍVIA PEREZ, 2021, p. 5).

Desse modo, é necessário compreender de que forma os movimentos sociais do Amapá se comportam em relação à luta por direito à cidadania por meio de sua organização política.

Para isso, discutiremos os resultados desta pesquisa no tópico seguinte, destrinchando as entrevistas realizadas com membros do movimento social LGBTI+ amapaense.

5 RESULTADOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas nove entrevistas com representantes do movimento social LGBTI+ e com pessoas LGBTI+ que estiveram ou estão na gestão do Governo do Estado do Amapá e do Município de Macapá. As entrevistas foram previamente agendadas para elucidação de dúvidas e o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi realizado também de forma prévia, com encaminhamento por link do Google Formulário. As entrevistas foram realizadas pela plataforma Google Meet, sendo todas gravadas e seguindo o roteiro semiestruturado que se encontra nos apêndices.

De modo a apresentar os resultados, precisaremos compreender as dinâmicas que atravessam a cidade de Macapá para, então, entender de que forma o movimento social LGBTI+ se organiza na cidade. Além disso, compreenderemos também de que forma as políticas públicas para a população LGBTI+ se dispõem na cidade, entendendo como o movimento social se relaciona com a implementação delas. Assim, as falas das pessoas entrevistadas serão dispostas na pesquisa em formato de citação direta, sendo diferenciada das referências por estarem em itálico.

5.1 Onde está Macapá?

O estado do Amapá está localizado no extremo norte do Brasil e possui dezesseis municípios, sendo Macapá a capital. Segundo o IBGE, o estado possui um índice populacional de aproximadamente 877.613 pessoas. Conforme a música do artista local Zé Miguel, Macapá se localiza "na esquina do rio mais belo com a linha do equador". A canção *Meu endereço* retrata a cidade de Macapá, é conhecida turisticamente por se encontrar dividida ao norte pela linha do Equador, o que permite que seus habitantes e visitantes possam transpor os hemisférios norte e sul do planeta com um passo. Macapá é a única capital brasileira banhada pelo Rio Amazonas e tem na sua paisagem grande diversidade de palmeiras, que remete a origem de um de seus primeiros nomes, Macapaba.

O estado do Amapá foi domínio da Espanha até 1640, quando Portugal voltou a ser uma nação independente da Espanha. Então, a região do Amapá é anexada à Capitania do Grão-Pará. Depois disso, vieram anos de disputas entre Brasil e França sobre o domínio da região do Amapá e o estabelecimento da fronteira, devido à proximidade com a Guiana Francesa, que faz parte do domínio francês. As disputas resultaram em muita briga política, em tentativas de acordos e em derramamento de sangue. "A situação só foi resolvida em 1900, com uma decisão

que estabeleceu o rio Oiapoque como demarcação da fronteira entre os dois países e, por consequência, que a região do Amapá também pertencia ao Brasil, como parte do estado do Pará" (MARIA RODRIGUES & MARCELO SOARES, 2008).

O Amapá foi desmembrado do estado do Pará em 1943, quando foi criado o Território Federal do Amapá (TFA) por decisão do governo federal, que na época tinha Getúlio Vargas como presidente. O acontecimento se deu em plena II Guerra Mundial. Maria Rodrigues e Marcelo Soares (2008) retratam que existia um interesse para o governo ter o Amapá como Território Federal, pois tal mudança significava que:

> a) os governadores do território seriam escolhidos pelo presidente; b) não existiria uma Assembleia Legislativa, tampouco eleições e leis específicas para a região; c) haveria liberdade total para exploração das riquezas locais, que atendiam primeiramente aos interesses do Governo Federal; d) a segurança da região seria de responsabilidade do Governo Federal, que se interessava pela proteção e pelo domínio direto das áreas de fronteira, devido à guerra. (MARIA RODRIGUES E MARCELO SOARES, 2008, p. 75).

Desse modo, o estado permaneceu nesta condição até 1988, quando a atual Constituição Federal o elevou a estado da Federação. Maria Rodrigues & Marcelo Soares (2008) explicam que a transformação em estado definiu que os amapaenses poderiam eleger seus próprios representantes, a Assembleia Legislativa seria organizada para criar a primeira Constituição do estado e aprovar leis locais, a organização e o foco da economia local seriam de responsabilidade do Governo do Estado e da população amapaense.

Segundo Paulo Morais e Jurandir Morais (2011), o perfil demográfico resultante dessas modificações na estrutura econômica intensificou a urbanização descontrolada ocorrida nestes últimos anos. Com a elevação do então TFA a estado em 1988, a dinâmica social da capital passou a se modificar ainda mais com o fenômeno das migrações, grande parte impulsionadas pela transformação do Território Federal, e pelas oportunidades de emprego no serviço público e da tão divulgada política de criação das zonas de livre comércio na década de 1990. Diante dessas mudanças, o Amapá passa a acumular graves problemas sociais, políticos e educacionais como qualquer estado brasileiro.

Renan Almeida (2018) apresenta recortes para evidenciar, para além de fragilidades, as duras repressões e lutas que ocorrem nesse período. Para o autor, o movimento social LGBTI+ também sofre as consequências da forma como foi estabelecido o estado do Amapá. O aparecimento dos movimentos sociais coincide com as transformações que estavam ocorrendo no próprio estado, "transformações que os sujeitos do movimento LGBT do Amapá, evidenciando a construção social e as mudanças de concepções ao qual foi realizando a sua

trajetória" (RENAN ALMEIDA, 2018). Para aprofundamento na questão, discutiremos, na seção seguinte, acerca do movimento LGBTI+ em Macapá.

5.2 A resistência do movimento LGBTI+ em Macapá

No que tange ao histórico dos movimentos LGBTI+ no estado do Amapá, apesar dos limites de acesso aos acervos bibliográficos e produção científica na discussão dessa temática, buscamos extrair ao máximo o debate dos teóricos que ressaltam a peculiaridade nesse estado. A história do movimento LGBTI+ no estado do Amapá foi organizada através da coleta de dados utilizando entrevistas com ativistas e agentes governamentais que vivenciaram o período de surgimento do movimento LGBTI+ no Amapá, além da coleta de documentos disponíveis sob os arquivos pessoais desses indivíduos e em domínio público, como documentos oficiais e materiais produzidos pela imprensa, também usando os métodos da história oral.

Uma observação a ser feita é que grande parte do levantamento histórico do movimento LGBTI+ do Brasil encontra-se concentrada nas regiões sul, nordeste e sudeste, o que se destaca a importância do resgate de forma científica de outras regiões que também tiveram protagonismo com seu ativismo LGBTI+. Assim, destacamos que o ativismo LGBTI+ no Amapá começou com a união de um pequeno grupo de pessoas ainda em 1990, segundo Thomé Azevedo (2014) essa movimentação chega ao Amapá, mais precisamente em Macapá, junto com o desenvolvimento sociopolítico da cidade. Renan Almeida (2018) descreve que a vivência de ser LGBT no estado não é diferente da realidade nacional no que tange a LGBTIfobia estrutural. Nas entrevistas realizadas para a sua pesquisa, o autor constatou a discriminação estrutural sobre essa população em todos os aspectos de sua vida, desde o campo privado, o familiar, o coletivo e no mercado de trabalho.

> Nos anos 1990 e 2000 o Amapá passou por uma série de transformações que esses sujeitos acompanharam e viveram esse momento em que o contexto econômico, político e social da região passara por uma abrupta mudança que modificou o cenário vivenciado pelos amapaenses no período, impactando a vida do cidadão comum e assim consequentemente a vida desses indivíduos. (RENAN ALMEIDA, 2018, p.30)

O pesquisador, também membro do movimento LGBTI+ amapaense, foi um dos entrevistados para esta pesquisa. Sobre a consolidação do movimento em Macapá, Renan afirma que

> *o movimento LGBTI+ de Macapá ele não surge de uma demanda social espontânea, ele surge por figuras que saíram do estado do Amapá e retornam, ao retornar essas pessoas trazem essas demandas que foram vistas em outras regiões e adaptam para o que existia no Amapá no final dos anos 90 e início dos anos 2000, no primeiro momento trazendo uma vivência cultural e identitária, com reivindicações sobre visibilidade e respeito, o que muda com o governo Lula, com o programa BSH de*

> *2004, onde se aponta o caminho para as políticas públicas. (Renan Almeida, registrado em 22/10/2022).*

Como já visto, o desenvolvimento do movimento social LGBTI+ no Amapá se assemelha, em alguns aspectos, à história do movimento nacional. Logo, assim como no contexto brasileiro, os guetos tiveram muita importância para a mobilização de pessoas LGBTI+ em Macapá. Na década de 90 surgem alguns espaços para o público LGBTI+, como a Boate Proibidus e o Bar da Rosa.

> Eram espaços identificados como "GLS" – Gays, Lésbicas e Simpatizantes - ou de "Entendidos", onde essa comunidade que se encontrava ali não se identificava através da sigla LGBT, nessa identificação não havia a representação específica de Travesti, transexual e Bissexual, mesmo assim entendia-se que essas identidades estavam inseridas nos termos "GLS" e "Entendidos", algo usual até fora da comunidade que frequentava esses locais. (RENAN ALMEIDA, 2018, p. 35).

Simone de Jesus, uma das idealizadoras do Bar da Rosa e entrevistada nesta pesquisa, relata que

> *A construção do Bar foi para além de um espaço de pegação, mas para organização de debates políticos e até mesmo estratégias para visibilidade e acesso do público LGBTI+. (Simone de Jesus, registrado em 14/10/2022).*

O movimento LGBTI+ organizado mais antigo registrado no Amapá é o Grupo de Homossexuais Thildes[6] do Amapá (GHATA), com logomarca disposta na Figura 3. Surgido em 2000, o grupo era formado por mulheres lésbicas (THOMÉ AZEVEDO, 2014), sendo as percursoras de debates identitários e em políticas públicas no estado do Amapá. Esse mesmo grupo capitaneou a organização da primeira Parada do Orgulho LGBTI+ em Macapá, no ano 2000. Entretanto, Elioneide Cruz (2016) destaca que não eram apenas mulheres lésbicas que participavam da organização do GHATA, evidenciando que

> Dentre as ativistas que formaram o GHATA em seu surgimento, registra-se as presenças marcantes de Alexia Leblock (transexual) e Samira Zaydan (Drag Queen) ativistas que são consideradas até os dias de hoje figuras importantíssimas em todas as etapas desse processo de enfrentamento às violências contra a população LGBT. (ELIONEIDE CRUZ, 2016, p. xx).

[6]Segundo informações da atual presidente do GHATA Simone de Jesus, a expressão THILDE surge no início da construção do grupo em 1999, devido ao estigma carregado pela palavra lésbica, as fundadoras mais antigas eram chamadas de tias pelas novatas do grupo, buscando uma forma de expressar a lesbianidade sem ser identificada, a palavra THILDES substituiu sonoramente a palavra tia.

Figura 3 - Logomarca GHATA

Fonte: https://www.facebook.com/ongghata

A autora ainda disserta sobre a composição inicial do GHATA, explicando que

> A formação inicial teve presença de 29 mulheres que migraram e/ou nasceram no Amapá, protagonizando até os dias de hoje. Sabe-se que no Amapá, tanto os protagonismos de Ivana Antunes e Maria de Fátima somados aos de outras companheiras de ativismo em defesa dos direitos de mulheres lésbicas, fez do GHATA a maior referência de ativismo do estado. (ELIONEIDE CRUZ, 2016, p. 50).

O fato acima descrito também aparece em entrevista por intermédio da fala de Simone de Jesus, como disposto a seguir:

> *Estamos querendo montar um museu da história do GHATA. Ivana, Fátima, Eunice de Paula, todas elas foram referências nas reivindicações, elas iam para as assembleias para discutir a política pública, elas foram convidando outras mulheres para o ponta pé inicial da construção do GHATA. (Simone de Jesus, registrado em 14/10/2022).*

O GHATA surgiu a partir das reuniões realizadas nos guetos. Assim como todo movimento oriundo das minorias, ele surge da necessidade de transformar as demandas reivindicatórias em políticas ou organizações institucionalizadas (ANA SANTOS, LILIANE VILHENA E PATRÍCIA BARBOSA, 2011). Junto com essa manifestação de mulheres lésbicas, surge o Bar da Rosa, considerado um dos bares LGBTI+ de Macapá mais importantes para a história da população LGBTI+ – principalmente para mulheres lésbicas.

> Dentre os lugares mais conhecidos estavam o Bar da Rosa, o Bar Gaivota, a Boate Proibidus e a Boate Pecatos, a maioria comandada por casais lésbicos. Eram lugares tão movimentados que estabeleceram um tipo de organização: definiram dias específicos para cada grupo, por exemplo, na Boate Proibidus a quarta-feira era frequentada por mulheres lésbicas e o sábado era o dia de homens gays e travestis. Não era uma regra e não impedia a entrada de pessoas de outros grupos, mas ajudava a organizar por conta de interesses afetivos, sexuais e até mesmo musicais. (RENAN ALMEIDA, 2018).

Mais uma vez, o fato disposto em pesquisa aparece na fala da ativista Simone de Jesus:

> *Nós nos escondíamos no Bar da Rosa, queríamos beber, dançar, namorar e naquela época não podia fcar se agarrando, se beijando, não podia nada, éramos muito*

> *perseguidas e nos escondíamos nos guetos (Simone de Jesus, registrado em 14/10/2022).*

Evidencia-se que a GHATA teve participação em eventos nacionais e se filiou a ABGLT, possuindo mais de 20 anos de atuação ininterrupta dentro do movimento LGBTI+ e procurando se reinventar com as transições geracionais.

Além dos bares e boates, as praças eram frequentadas pela população LGBTI+ do Amapá, também em dias e horários específicos. Havia os chamados "Queimadões", eventos com a prática de atividades desportivas com foco na comunidade LGBT+. O jogo mais popular era a queimada, daí o nome do evento. Os jogos iniciavam no meio da noite e seguiam durante a madrugada e reuniam muitas pessoas LGBTI+, como jogadores, telespectadores e empreendedores (RENAN ALMEIDA, 2018).

Aproximadamente no ano de 2005, houve um momento de ruptura no movimento LGBTI+ de Macapá, que culminou no surgimento de novas organizações. Entre essas, estão a Associação de Gays e Travestis do Estado do Amapá (AGTEAP), a Associação de Gays, Lésbicas e Travestis de Santana (AGLTS) e o Movimento Gay do Amapá (MOGAP). Todos com presença predominante de gays e travestis. Débora Lyon, travesti, presidenta da AGTEAP, em uma entrevista concedida em 2008 para página do Vermelho a Esquerda bem-informada, fala sobre a sua candidatura no PCdoB e sobre o movimento social, em que ela relata que em 2005 surge a AGTEAP. Um dos objetivos da associação era realizar debates que contribuíssem na formulação de políticas públicas para o movimento e com base no programa nacional BSH, para assim construir o Amapá sem Homofobia (LYON, 2008).

> *Em 2005 a AGTEAP realiza um debate para discutir ações para além de orientação sexual e identidade de gênero, discussões de políticas públicas, da entrada de LGBTI+ no mercado de trabalho e ambiente escolar. (André Lopes, registrado em 21/10/2022).*

A ruptura supracitada se deu por um momento de divergências dentro do movimento, que crescia e tinha pessoas com maior necessidade de identificação. Renan Almeida (2018) explica sobre o momento de ruptura dentro do movimento social LGBTI+ local:

> Com o crescimento do GHATA e da Parada do Orgulho LGBT de Macapá, houve divergências internas no grupo, em especial entre os segmentos que o integravam, no caso as travestis e gays discordavam da direção predominantemente de Lésbicas e assim buscando uma maior visibilidade para as suas identidades, romperam com o grupo e fundaram outras entidades (Renan Almeida, 2018, p.47)

Essa separação marca novos caminhos para o movimento LGBTI+ em Macapá. O surgimento da Federação Amapaense de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

(FALGBT), com logomarca disposta na Figura 4, dá-se nesse momento. A federação agruparia representantes do movimento organizado LGBTI+ em Macapá

Figura 4- Logomarca FALGBT

Fonte: https://www.facebook.com/UNALGBTAP

A FALGBT[7] é uma entidade de abrangência estadual fundada em 2011, sendo a máxima representação da classe LGBTI+ no estado. Com seu surgimento, a federação teve como objetivo a defesa e promoção da cidadania desse segmento populacional, tendo o compromisso com a comunidade LGBTI+ na construção de políticas afirmativas que primam pela garantia das liberdades fundamentais, estabelecidos em um estado em que a democracia seja plenamente vivenciada para todos, cidadãs e cidadãos. A FALGBT teve grande visibilidade no estado do Amapá, pois era uma organização composta por sociedade civil e por outras entidades LGBTI+. Por muitos anos, esteve à frente da coordenação da Parada do Orgulho LGBTI+ de Macapá e em articulações políticas com o governo local. Atualmente, a FALGBT mudou seu nome para União Nacional LGBT (UNALGBT), ligada a uma instituição nacional.

> *A FALGBT vem na ideia de pluralidade, na tentativa de construção unificada de ideias e pensamentos, congregando diversas instituições. (André Lopes, registrado em 21/10/2022).*

Em 2014, a Articulação Brasileira de Jovens Gays (ARTGAY) passou a ter uma representação em Macapá. Cassio Guilherme (in memoriam) foi um grande ativista LGBTI+ dentro e fora do Partido dos Trabalhadores, ocupando cadeira no Conselho Nacional de Direitos da população LGBT por duas gestões. Cássio faleceu em dezembro de 2017. Tivemos outros destaques, como a Articulação de Mulheres Lésbicas e Bissexuais do Amapá (ALBA) que surge em 2014 dentro do I Congresso da FALGBT em defesa da autonomia das mulheres LBTI com

[7] União Nacional LGBT. Federação Amapaense LGBT, 5 anos de luta. Macapá, 15 de dezembro de 2015. Facebook: UNALGBT. Disponível em: https://www.facebook.com/UNALGBTAP/photos/pb.100064771954075.-2207520000./1086856654692812/?type=3. Acesso em 20 out. 2020.

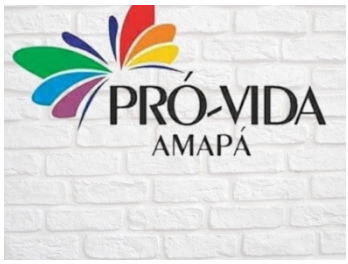
mulheres como Regiane Susarte, Adriana Lopes, Mayê Guedan e esta pesquisadora envolvida. No momento, a ALBA (Figura 5) não está atuando.

Figura 5 ALBA, fonte facebook oficial

Fonte: https://www.facebook.com/albaamapa

A ONG Pró-vida também surge em 2014, primeiramente como um braço do Partido Socialista do Brasil (PSB) e depois saindo desse lugar partidário, com os LGBTI+ como Edem Jardins e Rafaela Steffans. Rafaela é uma mulher trans que já ocupou a presidência do CMLGBT.

Figura 6 Ong pró - vida, fonte facebook da ong



Fonte: https://www.facebook.com/ProVidaLGBTAmapa

A Rede da Juventude LGBT Alexandre Ivo (RDJ LGBT) foi uma entidade fundada em 2014, cujo nome é em referência ao jovem Alexandre Ivo que foi brutalmente assassinado devido a LGBTIfobia em 2010. A RDJ LGBT foi um braço da FALGBT para inclusão de jovens LGBTI+, essa instituição também não está mais atuante. Em seus anos de existência a RDJ LGBT proporcionou vários eventos para o público jovem LGBTI+, como o II e III Encontro de Jovens LGBTI+ (ENJUV LGBTI+), que tratou sobre temas como nome social e saúde mental, uma forma de qualificar a juventude para o debate aprofundado em políticas públicas para jovens e pessoas LGBTI+ em geral.

Em 2015, a FALGBT, depois de cinco anos de atuação na história de Macapá, transformou-se em UNALGBT Amapá, mantendo as integrantes da antiga sigla. A UNALGBT

é uma organização nacional que tem várias filiais no Brasil, trazendo uma nova perspectiva de destaque nacional para o movimento social local.

Em 2018, surge o Coletivo de Homens Trans com o intuito de organizar uma rede de apoio, articulação e defesa dessa população. Sobre isso, o ativista do movimento LGBTI+ Ivo Pantoja relatou que

> *O Coletivo de Homens Trans surge em 2018, para juntar e debater nossas demandas e onde estamos abrindo caminhos, pensar nessa unificação de homens transmasculinos poderia trazer uma maior visibilidade para as demandas. (Ivo Pantoja, registrado em 11/10/2022).*

Uma onda mais atual conta com a participação de pessoas jovens na composição. Exemplos disso são a União Nacional LGBTI+ do Amapá e alguns núcleos LGBTI+ de partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialista (PSOL), que apresentam atuações tímidas no estado.

Desse modo, é possível perceber que a participação social do movimento LGBTI+ é fundamental para ajudar no ganho de visibilidade das pautas da comunidade. Além disso, é indiscutível a importância da atuação do movimento para a construção de políticas públicas para a população LGBTI+ em Macapá.

5.3 Parada do orgulho LGBTI+ de Macapá

Durante a entrevista, perguntamos aos participantes como eles percebiam a importância da Parada do Orgulho LGBTI+ de Macapá. Além das respostas dos participantes, apresentamos, nesta seção, um recorte histórico da marcha, desde o contexto internacional até o local.

Iniciadas em 28 de junho de 1970 nas cidades de Nova Iorque e São Francisco como marchas de teor estritamente político, denunciando a violência contra os homossexuais, as paradas se remetiam a um fato histórico. A revolta do bar nova-iorquino Stonewall foi norteadora para a formação das marchas. Tal revolta ocorreu em 28 de junho de 1969, quando centenas de frequentadores enfrentaram a repressão policial no estabelecimento (DUNLAP, 1999 apud JAQUELINE JESUS, 2013). No Brasil, a primeira manifestação pública pelos direitos de LGBTI+ foi uma passeata contra a violência policial, ocorrida em 13 de junho de 1980, na cidade de São Paulo. Essa programação teria como estratégia a criação de um espaço permanente de discussões e embates contra LGBTfobia (ANA SANTOS, LILIANE VILHENA e PATRÍCIA BARBOSA, 2011).

Nas análises de Regina Facchini e Júlio Simões (2009), o movimento LGBTI+ conseguiu algumas vitórias, contudo enfrentou resistências enormes. Os autores explicam que "[...] diante dos desafios tão formidáveis, as melhores esperanças provêm das imagens das

paradas de orgulho LGBT, em que as diferenças se mostram e convivem de forma estimulante e pacífica no mesmo espaço público" (FACHINNI e SIMÕES, 2009, p. 153-159).

Em Macapá, a Lei nº 1.714 de 2009, de autoria da Deputada Cristina Almeida (PSB AP), introduz no calendário do município a Parada do Orgulho LGBT do Meio do Mundo[8]. O grupo GHATA foi o organizador da primeira Parada do Orgulho LGBTI+ em 2000 (THOMÉ AZEVEDO, 2014; RENAN ALMEIDA, 2018). Renan Almeida (2018) explica que a parada do Orgulho LGBTI+ de Macapá foi o espaço em que, pela primeira vez, a comunidade LGBTI+ pôde se mostrar à luz do dia em um grande evento público, percorrendo as ruas de Macapá. Essa caminhada ficou conhecida como a I Marcha da Cidadania, na qual diversos setores dos movimentos sociais locais construíram pautas políticas unificadas e marcharam unidos nas ruas do centro da capital. Para Lyon (2008),

> Este movimento já acontecia desde 2000 e tinha o nome de Marcha da Cidadania. Porém, a partir de 2004 o movimento resolveu adotar uma nova tática para integrar outros setores da sociedade na luta contra a discriminação contra os homossexuais e dar mais visibilidade ao movimento. Esta parada teve grande apoio do poder público e da iniciativa privada. Por conta disso, foi uma das maiores paradas do orgulho gay da história do movimento no Amapá e se transformou num divisor de águas porque depois dela houve uma explosão da aceitação do movimento. Muitos travestis assumiram publicamente sua orientação sexual, muitos gays assumiram sua sexualidade e acabaram deixando suas casas, pois as famílias não estavam preparadas para aquela enorme mudança. Da mesma forma, o estado e os municípios não estavam preparados para esta mudança no que diz respeito a políticas públicas de inclusão e valorização deste segmento. Assim, logo começou a surgir a prostituição destas travestis que precisavam se sustentar. (LYON, 2008, sp).

Desde 2013, a parada desde 2013 tem um percurso fixo que inicia no Araxá e segue até a Praça Zagury, medindo aproximadamente 3,4 km de extensão na orla de Macapá, banhada pelo Rio Amazonas, com participação de 50 mil pessoas em média. Durante o percurso, o trio oficial da parada norteia a marcha, sendo palco da programação oficial. Além desse, outros trios com representantes do movimento social ou apoiadores – inscritos previamente pela coordenação da comissão da parada LGBTI+ – compõem a parada. O fim percurso consiste na chegada no palco principal com apresentação de artistas locais LGBTI+.

[8] Essa expressão se deve ao monumento do Marco Zero, por onde passa a Linha imaginária do Equador, dividindo o planeta em Hemisfério Sul e Hemisfério Norte.

Figura 7 Parada LGBTI+ 2011, orla do rio Amazonas

Fonte:https://www.facebook.com/paradadoorgulholgbtdemacapa

A comissão organizadora da parada LGBTI+ surge em 2010 no intuito de melhorar a organização da programação, por meio da divisão de trabalho, da articulação com os movimentos sociais e outros. Além disso, a comissão busca estrutura nas secretarias do Município e do Estado. Ela foi composta por representantes dos movimentos sociais e gestão. A coordenação da parada LGBTI+ estruturou, a princípio, uma programação para um período de uma semana, chamada semana da diversidade. Hoje, a semana se transformou no mês da diversidade, com algumas programações preparatórias como a Marcha das Mulheres LBTI, a Quarta Lilás, a Feijoadíssima, os Jogos da Diversidade, palestras, filmes e, no ano de 2022, a corrida pela diversidade.

A Feijoadíssima, os Jogos da Diversidade e a Quarta Lilás são eventos que faziam parte da Pré-Parada[9] há uma década, organizada apenas pelo grupo GHATA. Agora, os eventos fazem parte do calendário oficial da parada. Os Jogos da Diversidade e a Feijoadíssima surgem com o intuito de ter um local para proporcionar socialização das famílias LGBTI+ em um espaço seguro, realizando os jogos que muitas lésbicas se sentiam confortáveis de jogar como futebol e handebol, enquanto alguns gays gostavam de jogar a queimada, também conhecida como Queimadão.

> No Amapá a mais duradoura e conhecida era a que ocorria na "Praça do Barão", no centro da capital. Os jogos iniciavam no meio da noite e entravam a madrugada com times se alternando nas quadras das praças e reunia muitos telespectadores que assistiam a disputa e faziam desse evento um local de encontro entre a própria população LGBT, mas havia a presença de outros públicos que compareciam para assistir e ver de perto o suprassumo do mundo LGBT da capital (RENAN ALMEIDA, 2018, p. 37).

[9] A pré parada, são outras atividades que antecedem o dia oficial da Parada do orgulho LGBTl+ em Macapá.

A Quarta Lilás faz referência a cor lilás existente na bandeira lésbica, sendo um evento que reunia mulheres LBTI+, mulheres do movimento social e da sociedade em geral como forma de visibilidade à união, ao amor e à resistência dessas mulheres.

A parada LGBTI+ de Macapá já teve vários temas versando luta, visibilidade e resistência. É inegável a contribuição do evento para a história da população LGBTI+ do Amapá e por dialogar com a gestão para a criação e efetivação de políticas públicas.

> *A parada ela é importante para pauta da visibilidade e orgulho, mas ela é importante também para avançar em políticas públicas por ser um momento de grande visibilidade e holofote em cima das pautas LGBTI+, a política ela deve servir para mudar a vida das pessoas. (André Lopes, registrado em 21/10/2022).*

Evidencio que esta pesquisadora teve dificuldade de acesso às informações das paradas de 2000 até 2010 em sites de domínio público e até mesmo em arquivos pessoais de pessoas do movimento social, alguns entrevistados relataram possíveis motivos para encontrar essas informações, como disposto a seguir:

> *Nos anos 2000 a imprensa não era tão favorável a nossas pautas e ainda existia um receio do uso da internet, por isso encontramos poucas informações sobre a parada LGBTI+. (André Lopes, registrado em 21/10/2022).*

> *Existe um limbo na imprensa, porque a gente pode observar que a imprensa no nosso Estado ela é controlada por oligarquias, a nossa pauta, ela incomodava esse status conservador, nos jornais da época, a nossa pauta LGBT raramente aparecia, e é uma grande dificuldade de fazer esse resgaste iconográfico e a partir de 2009 pra cá que conseguimos fazer esse resgaste na internet, agora esse resgaste físico de material, a gente só consegue com essas figuras do movimento LGBT: fotos, vídeos, raras matérias que foram produzidas dentro da imprensa na mídia e esse resgaste oral, fora isso não conseguimos fazer esse resgaste da imprensa oficial. (Renan Almeida, registrado em 22/10/2022).*

Abaixo, dispomos os temas das posteriores paradas do orgulho LGBTI+, coletados de sites, páginas oficiais do movimento social – como GHATA, FALGBT (que virou UNA LGBT) e parada LGBTI+ de Macapá – tendo acesso a informações contidas na internet desde 2011.

> *temos que entender que o tema da parada ela define muitas das vezes, a agenda do movimento pelo próximo ano, eu lembro do tema da parada de 2011 que era sobre politicas públicas, que foi nessa parada de 2011 ou 2012, que surge a ideia dos conselhos estaduais e municipais, a ideia que foi germinada lá no fracasso do plano Amapá sem homofobia, temos as pautas eleitoral com o fortalecimento dessas candidaturas LGBT. (Renan Almeida, registrado em 22/10/2022).*

No ano de 2011, o tema foi "Paz, amor e todos os direitos" organizada pelo grupo GHATA e outra organizada pela FALGBT intitulada "Avança Amapá! Políticas públicas para LGBT já!". Em 2012, o tema foi "Parada LGBT no Meio do Mundo", em homenagem ao Marco Zero do Equador. No mesmo ano, houve um evento no monumento e a bandeira LGBTI+ foi hasteada no Marco Zero. No ano de 2013, o tema foi "Tempo de conquista". Conselho LGBT já!", uma reivindicação antiga do movimento social, para monitoramento e avaliação das políticas públicas implementadas. Em 2014, o tema foi "Meu voto, minha cidadania! Não vote

em quem finge te amar", para despertar nos eleitores a consciência de votar em candidatos que apresentassem propostas para a garantia dos direitos LGBTI+.

Já em 2015, o tema foi "Macapá de todas as cores e de todos os amores", com tema voltado para o combate ao preconceito e à LGBTIfobia nos espaços públicos. No ano de 2016, o tema foi "Por mais cidadania, eu voto contra a LGBTfobia", debatendo sobre políticos conservadores que não davam visibilidade a pautas LGBTI. Em 2017, o tema foi "Eu sinto a transfobia: pelo fim da violência e por mais cidadania", com atividades voltadas para a visibilidade de pessoas transexuais e com enfrentamento a transfobia vivenciada. No ano de 2018, o tema da parada foi "Resistir, conquistar, avançar: com elas, por elas e para elas", trazendo reflexões sobre a violência de gênero vivenciada por mulheres LBTI. Em 2019, o tema foi "De mãos dadas por um Brasil de todas as cores". Nesse ano, a comissão organizadora promoveu o 1º Prêmio Orgulho LGBTI+ Brilho de Fogo, com a comenda Cássio Guilherme – ativista LGBTI+, que faleceu de HIV em 2017). O ex-prefeito Clécio Luiz (PSOL) foi o primeiro prefeito a receber esse prêmio, por todo trabalho realizado na defesa dos direitos humanos da população LGBTI+, desde quando vereador na Câmara Municipal de Macapá e pelos dois mandatos como prefeito da capital.

No ano de 2020, o tema foi "20 anos de resistência: colorindo o meio do mundo e conscientizando para a cidadania". O evento foi realizado de forma remota através de live (ao vivo) devido à pandemia de COVID-19, trazendo reflexões sobre a pandemia e os LGBTI+ que sofreram com as consequências do confinamento, com o aumento da LGBTfobia e com as mazelas sociais ampliadas pelo período de isolamento. No ano de 2021 o tema foi "Verás que um filho teu não foge à luta: resistir para poder existir", ainda com restrições devido à pandemia de COVID-19. A parada do orgulho LGBT em Macapá teve suas edições de 2020[10] e 2021[11] de forma remota devido à pandemia da COVID -19 que ocasionou o isolamento social.

> *A parada do orgulho LGBTI+ de 2021 ocorreu em um lugar aberto com inscrição de pessoas para participação levando em consideração as medidas de segurança exigidas (Ivon Cardoso, registrado em 14/10/2022)*

No ano de 2022, a Parada do Orgulho LGBTI+ de Macapá comemora sua vigésima segunda edição com o tema "Defenda a democracia, vote contra a LGBTfobia".

---

[10]Parada do orgulho LGTQIA+ de Macapá. Live do orgulho LGBT de Macapá: só o amor faz o mundo girar. 27 junh 2020. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=290786365308001. Acesso em 22 out.2022.

[11] Parada do orgulho LGTQIA+ de Macapá. 20 anos de resistência: Colorindo o meio do mundo e conscientizando para a cidadania. 27 junh 2020. Facebook. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tVP26Y707t8&ab_channel=ProLIVEGrava%C3%A7%C3%B5es. Acesso em 22 out.2022.

Figura 8 Trio oficial Parada LGBTI+ 2022, fonte: Facebook parada do orgulho LGBT Macapá

Fonte: https://www.facebook.com/paradadoorgulholgbtdemacapa

> *A parada de 2022 teve um grande sonho realizado que foi ter o palco principal na praça onde fica a Fortaleza de São José de Macapá, que foi liberado pelo IPHAN, também percebemos um apoio menos do município para este evento como a falta de apoio da companhia de transporte no percurso da parada (Ivon Cardoso, registrado em 14/10/2022).*

A Parada do Orgulho LGBTI+ é de grande importância para os movimentos que se formaram a partir dos eventos de luta por reconhecimento social, sendo uma manifestação sociopolítica que reivindica direitos básicos e de equidade aos LGBTI+. É o momento em que pessoas LGBTI+, familiares e aliadas saem às ruas em marcha para celebrar o orgulho de ser quem são, de amar quem queremos amar, dando visibilidade às causas que durante séculos vêm sendo sufocadas, exterminadas e invisibilizadas diante da sociedade heteronormatizante.

> *O evento da Parada do orgulho LGBTI+ já faz parte do calendário da sociedade se tornando um movimento orgânico e que muitas vezes acontece sem apoio da gestão. (Ivon Cardoso, registrado em 14/10/2022).*
>
> *A parada do orgulho LGBT passa a ser o terceiro maior evento de rua, em 2019 tivemos um público de quase 60 mil pessoas na rua, as pessoas, as famílias se organizam para fazer parte do evento. (Renan Almeida, registrada em 22/10/2022). A parada do orgulho LGBTI+ é um momento de visibilidade e resistência. (Dandara Souza, registrado em 10/12/2022).*
>
> *Nós podemos olhar a parada de duas perspectivas: uma boa e uma ruim. A boa é que ela nos legitima porque o poder público observa e olha que esse pequeno grupo de pessoas, esse pequeno grupo de militantes de ativista, consegue botar uma massa gigantesca na orla de Macapá. Qual é a outra perspectiva? É que nós precisamos desse processo de mobilização uma vez ao ano para nós podermos ter esses respeitos do poder público, pra poder mostrar de que essa população ela é vulnerável e que precisa de atenção que ela merece do poder público, das prefeituras, governo Estadual. (Renan Almeida, registrada em 22/10/2022).*

Em alguns anos, a Parada do Orgulho LGBTI+ teve sua edição no período de agosto, o que acaba coincidindo com o mês da visibilidade lésbica – com o dia celebrado em 29 de agosto. Seguindo os grandes movimentos nacionais que já realizam marchas que antecedem a parada,

Macapá também incluiu na programação a Marcha de Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sendo uma manifestação direcionada à visibilidade e à manifestação de pautas sociopolíticas específicas às mulheres Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Amapá. A marcha tem como objetivo promover uma reflexão acerca do papel da mulher na política e em espaços de poder, além de reivindicar respeito e tolerância.

Figura 9 - III Marcha LBT (2019)

Fonte: https://www.facebook.com/ongghata

Embora Júlio Simões e Regina Facchini (2009) avaliem positivamente as manifestações, Bruna Irineu (2019) evidencia críticas ao atual formato das paradas LGBTI+. A autora explica que as paradas estão especialmente vinculadas ao mercado e ao consumo. Entretanto, consideramos inegável a dimensão política da saída massiva às ruas com vistas ao questionamento das convenções e normas sociais não apenas nas metrópoles, mas principalmente no interior. Essas reflexões também fazem parte do cotidiano dos militantes do movimento social LGBTI amapaense.

> *A gente tem a maior parada LGBT da Amazônia, ela tem um peso regional e no Norte é muito grande, ela é reconhecida por isso , mas a gente não tem o mínimo de garantia de direitos, como a saúde, isso é um paralelo, por que só a parada tá funcionando? Porque só essa tem parceria, só essa tem padrinho da gestão. Ela também deve ser problematizada, mas não aniquilada, porque o seu peso histórico é um só, mas devemos construir para além da parada a nossa garantia de direito à saúde, emprego e moradia que no momento não estamos tendo. (Alexander Oliveira, registrado em 14/10/2022).*
>
> *Eu acho que a parada do orgulho LGBT ela foi comercializada nos estados do Sudeste, principalmente em São Paulo, então é um palco para grandes marcas, um palco pra artistas que apoiam a nossa causa, artista que são LGBT crescerem, então acho que o capitalismo tomou a nossa pauta, sabe? Eu acho que a gente acaba se perdendo se esvaziando em só falar da parada como uma festa sem significado, por que ela tem muito significado no estado do Amapá e as pessoas não sabem do que se trata. É um momento de visibilidade e de resistência e a gente tem que tomar cuidado pra não se perder no percurso. (Dandara Souza, registrado em 12/10/2022).*
>
> *A parada historicamente é muito importante e necessária para criar essa tradição e na questão cultural, mas parece que é uma coisa muito momentânea, eu acho que a parada talvez não seja exatamente um ponto que efetive as políticas públicas pra gente, mas pode ser uma forma da gente ser visto e da gente não ser violentado*

> *naquele dia, a parada é importante, mas a gente não pode se sustentar somente nela pra gente ser o centro da discussão. (Ivo Pantoja, registrado em 12/10/2022).*

5.4 Movimento social LGBTI+ em Macapá: os desafios da construção das políticas públicas LGBTI+

Apesar da grandiosidade do movimento relatado na seção anterior, muitos ainda são os desafios a serem enfrentados pelo movimento LGBTI+ em Macapá. Durante as entrevistas, as participantes relataram alguns desses desafios e, mesmo as entrevistas terem sido feitas individualmente e em dias separados, muitas das respostas se complementam. Através do levantamento realizado constata-se que existem políticas públicas no Amapá para pessoas LGBTI+, principalmente no papel, pois ainda existe uma grande dificuldade da implementação destas. Percebe-se uma animosidade do Estado, tanto da gestão estadual quanto da gestão municipal para com as políticas voltadas para a população LGBTI+. De acordo com Bruna Irineu,

> essa baixa institucionalização atrelada a também reduzida capacidade de tensionamento e enfrentamento de setores do movimento LGBTT organizado e à homofobia institucional, formatam um contexto que dificulta a implementação de políticas públicas, mesmo em governos mais abertos a essa agenda por direitos humanos a esses grupos. Nas palavras da autora, "a correlação entre uma política de direitos humanos não consolidada e a homofobia institucional refletem uma baixa dotação orçamentária e uma infraestrutura insuficiente". (BRUNA IRINEU, 2016, p. 144).

Ainda sobre o assunto, Antonio Sardinha, Francisca Oliveira e Ana Soares (2021) refletem que

> O vazio institucional que marca a ação estatal no Amapá para a promoção de direitos também é caracterizado pela dificuldade das políticas públicas locais de incorporarem nos seus respectivos processos de implementação, as diretrizes e recomendações estabelecidas nos marcos legais/normativos dessas mesmas políticas públicas que foram deliberados em âmbito nacional, atrasando a implementação das políticas públicas ou em muitos casos tornando essas políticas em assistencialismo de governo. (ANTONIO SARDINHA, FRANCISCA OLIVEIRA E ANA SOARES, 2021, p.100).

Ao observarmos a história do movimento social LGBTI+ em Macapá, é perceptível que, inicialmente, precisou-se lutar para haver reconhecimento da existência da população. Esse processo se inicia apenas no final da década de 90, com a consolidação do movimento LGBTI+ na cidade.

> *a forma como movimento LGBT no Amapá se constitui foi uma forma diferenciada dos outros Estados, é uma característica mais nossa Amazônida, nós temos que perceber que esse movimento LGBT no Amapá ele surge não de uma demanda social espontânea, ele surge de uma demanda social provocada por figuras que saíram do Estado do Amapá e retornam, vão estudar na UFPA, na UEPA, migram pra outros centros universitários e que após passarem por esse processo de formação acadêmica*

> *migram pra cá! Quando elas retornam, elas trazem essa demanda e trazem essa visão de outras regiões e adaptam para o que nós tínhamos aqui no Amapá, que era mais uma vivência cultural, mais cultural do que política, e essa perspectiva que elas trazem no final dos anos 90 e início dos anos 2000 é justamente essa, não de reivindicar políticas públicas, como nós temos hoje em dia, mas de reivindicar visibilidade e respeito, combater a discriminação. (Renan Almeida, registrado em 22/10/2022).*

Olívia Perez e Gustavo Santos (2019) destacam que o período de 1991 a 2001 é marcado pela constituição de 1988, que determina a participação da sociedade civil nas políticas públicas, mostrando o trabalho da sociedade civil junto ao Estado. Outra mudança é com a chegada do governo PT ao poder, quando se tem 14 anos de participação social. Esse contexto de percepção de política pública apenas para o combate à discriminação muda com a chegada do governo PT e após a implementação do PBSH, que aponta um caminho para reivindicação das políticas públicas, ampliando o papel do ativismo. Porém, mesmo como a possibilidade de implementação de políticas públicas específicas para a população LGBTI por meio do PBSH, no Amapá ainda se reivindica visibilidade e respeito para que essas políticas saiam do lugar de pontapé e de fato acolham a população de forma transversal. Henrique Aragusuku e Moisés Lopes (2016) identificam que as políticas públicas voltadas para LGBTI+, seja de combate à discriminação ou de atendimento as especificidades desse grupo social, são marcadas no Brasil por imensas fragilidades e marcante instabilidade.

> *Nós estamos caminhando, mas de fato nós temos somente os pontapés iniciais, infelizmente aqui no Amapá as conferências não conseguiram trazer grandes resultados e não surtiram efeito, nós tivemos pequenos avanços, não em legislação propriamente dita, mas somente em portarias, normativas, instruções e resoluções dentro das universidades e dentro dos municípios com algumas prefeituras, isso nós conseguimos avançar, mas só que isso infelizmente é muito sensível, porque se você muda a gestão esses marcos regulatórios, eles também são ameaçados, diferente do poder que tem a legislação. Nós temos leis sim! Mas são leis muito defasadas, como a lei de criminalização da homofobia de 2009 do Joel Banha, que pune a homofobia, só que pune a homofobia através de multa e só. (Renan Almeida, registrado em 22/10/2022).*

Outra dificuldade encontrada para implementação das políticas públicas é um legislativo ainda conservador e fundamentalista, contribuindo para atrasos, retrocessos e esquecimento da população LGBTI+. Observou-se essa prática inclusive dentro da gestão considerada apoiadora de pautas de esquerda, como a retirada do Projeto Escola Sem Homofobia de dentro das escolas em 2011 no governo Dilma (PT).

> Depois de eleita, a ex-Presidenta Dilma recuou em algumas políticas públicas LGBTI+ sob pressão das bancadas evangélicas e católicas do Congresso Nacional, cuja maior expressão foi o episódio do veto ao programa "Escola Sem Homofobia" do Ministério da Educação, apelidada pelo então parlamentar do "baixo clero" Jair Bolsonaro de "Kit Gay". Não bastasse a interdição de uma política educacional necessária, a ex-Presidenta fez uma fala à imprensa desastrosa, afirmando que seu

> governo "não faria propaganda de opção sexual". (CLEYTON FEITOSA, 2021, p. 77).

De acordo com Mello et al. (2012), logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o movimento LGBT concentrou seus esforços para reivindicar perante o Poder Legislativo medidas para efetivação de seus direitos sexuais e reprodutivos. Contudo, observou-se uma grande resistência para que essas medidas fossem concretizadas, especialmente em função da atuação de parlamentares vinculados a grupos religiosos.

> *O futuro do movimento social LGBTI+ em Macapá é um pouco obtuso, pois as governantes ainda precisam se aliar a bases conservadoras para conseguir votos, o que confronta a garantia da nossa existência e dos nossos direitos fundamentais. (Alexander Oliveira, registrado em 11/10/2022).*
>
> *Mesmo que tenhamos um legislativo que mais aprova leis para a população LGBTI+ é esse mesmo legislativo que também embarga que essas legislações possam ser colocadas em prática, evidenciando a dificuldade de consolidar as demandas da população LGBTI+. (André Lopes, registrado em 21/10/2022).*

Ainda sobre o tema, Henrique Aragusuku e Moisés Lopes versam que (2016)

> A implementação de políticas públicas LGBT está a mercê da "vontade" dos governantes e a negociatas políticas, executadas a partir de frágeis ações do poder executivo e contando com pouquíssimo, ou praticamente nenhum, apoio do poder legislativo. Essa realidade pode ser generalizada para todo o país, tanto em âmbito municipal, estadual e federal. (HENRIQUE ARAGUSUKU E MOISÉS LOPES, 2016, p.244).

A atuação de um legislativo moralista e conservador não foi diferente no Amapá. Hoje, após as últimas eleições (de 2020 e 2022), encontramos um cenário tenebroso para as minorias sociais. Tem-se um governo municipal liderado por um prefeito de direita – Antonio Furlan (Cidadania) – e um governador que sai da esquerda para ter o apoio do centro – Clécio Luiz (Solidariedade).

> *as gestões passadas a nível municipal, ainda sim eram gestões muito conservadoras, mesmo que fossem inclinadas a acenar pro movimento LGBT, então, na gestão passada por exemplo, eu sinto que nós tínhamos mais espaço em relação ao movimento LGBT, do que essa gestão municipal, éramos mais ouvidos de alguma forma. (Alexander Oliveira, registrado em 11/10/2022).*

No que se refere à política pública para a população LGBTI+ no Brasil, o que observamos é uma predominância de políticas de governo com temporalidade e capilaridades reduzidas. Em linhas gerais, as ações ofertadas são construídas sem sustentabilidade orçamentária continuidade, com protagonismo do Poder Executivo Federal (MELLO et al., 2013). Cleyton Feitosa (2021) aponta que os grupos conservadores possibilitaram a alteração do regime político e a mudança na correlação de forças em diferentes subsistemas de políticas

públicas, dentre eles o LGBTI+, que neste momento sofre um paulatino processo de desidratação de suas estruturas.

Ao longo desses anos, vários foram os retrocessos contra a populações historicamente marginalizada devido ao fortalecimento do discurso conservador em prol da moral e bons costumes – discurso esse que se solidifica ainda mais com a chegada do governo Bolsonaro ao poder. Além da encolha da legitimação do Estado das pessoas e políticas públicas LGBTI+, temos o desafio de alocação de recursos para que as coordenadorias e conselhos LGBTI+ possam ter autonomia financeira para ações. Cleyton Feitosa (2017) diz que, na atual conjuntura política brasileira, em que o capitalismo internacional neoliberal é hegemônico, o Estado e principalmente as políticas sociais sofrem grandes percalços com a escassez de recursos.

> *Dentro do município nós temos por exemplo a criação da Coordenadoria da Diversidade Sexual que está dentro da secretaria municipal de direitos humanos, que é um pontapé inicial, só que infelizmente como não há essa alocação de recursos, como ela está restrita dentro da pauta de direitos humanos. Esta secretaria não teve recursos alocados e não teve previsão dentro da LOAS subsequente de 2021e não tem técnicos vinculados a ela, e o principal órgão de controle que é o conselho LGBT não está vinculado a essa coordenadoria. (Renan Almeida, registrado em 22/10/2022).*
>
> *Infelizmente nessa nova gestão municipal as políticas para a população LGBT estão emperradas e a coordenadoria continua sem recurso para desempenhar suas funções (Ivon Cardoso, registrado em 14/10/2022).*

Mello, Avelar e Maroja (2012, p. 297) registraram denúncias e críticas acerca da "descontinuidade dos trabalhos […], e a escassez de recursos e dificuldade de sustentabilidade" de tais ações propostas pelo Programa Brasil sem Homofobia. A situação do orçamento público destinado a ações LGBTI+ ainda se tornou mais complicada ao longo desses quatro anos (2019 – 2022), em que todas as ações do Governo Federal para esse público foram estagnadas, retrocedendo ainda mais no pouco que havia sido alcançado. Outro entrave que as políticas públicas e o movimento social LGBTI+ enfrenta é quanto a falta de dados oficiais ou do movimento, como vemos os relatórios produzidos pelo Grupo Gay da Bahia e pela ANTRA. O descuido é tanto que em muitos relatórios sobre violência contra LGBTI+ o Amapá aparece com nenhum ou apenas 2 casos de violência.

> O estado do Amapá conta com uma delegacia sediada na capital, Macapá, especializada em crimes de natureza discriminatória e violentos em decorrência de raça, orientação sexual e identidade de gênero. O desafio também é gerar no Amapá dados de violência por homofobia, e por isso, foi incluído no Boletim de Ocorrência um campo que identifique o usuário LGBTT. Entretanto, apesar da iniciativa, a falta da qualificação profissional dificulta o acolhimento da vítima, o que, por sua vez, contribui para subnotificação dos casos de violência. (ANTONIO SARDINHA, FRANCISCA OLIVEIRA E ANA SOARES, 2021, p. 102).

Dandara Souza, militante do movimento LGBTI+ amapaense e, à época da entrevista gerente do Núcleo de Acolhimento às Mulheres Amapaenses Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo (AMA LBTI) expõe uma preocupação acerca de dados sobre a realidade LGBTI+ de Macapá.

> *Outro entrave é que não temos dados, é um desafio cada vez mais urgente, as demandas vão chegando no AMA LBTI e como que eu vou solicitar mais quadro profissional pra dentro do núcleo com baixo ou nenhum quantitativo, os dados do AMA são de um ano pra cá (Dandara Souza, registrado em 12/10/2022)*

Outra dificuldade é a rotatividade no quadro da gestão. Cleyton Feitosa (2017) identifica em sua pesquisa, através das entrevistas, que a homofobia institucional que opera dentro das instituições do Estado por meio dos seus agentes é um dos fatores que dificultam os trabalhos. Para o autor, a influência negativa sobre o trabalho realizado pode promover até uma desmobilização para as ações voltadas ao público.

> *A rotatividade das gestoras que estão à frente das secretarias dentro da gestão dificulta o entendimento por parte destas sobre a política, elas sabem que a coordenação existe devido o organograma, porém não sabem para que serve. (Ivon Cardoso, registrado em 14/10/2020).*
>
> *Hoje o conselho está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), tendo como secretária a Rayssa Furlan, esposa do prefeito, ainda temos dificuldade com a rotatividade das cadeiras pertencentes à gestão e a mudança constante de secretária, quando o serviço parece está andando tudo muda e precisamos começar do zero e apresentar as necessidades e pautas do conselho, por conta de mudanças políticas dentro da prefeitura, por causa do envolvimento dos servidores em campanhas do período eleitoral[12] de 2022. (Joane Gomes, registrado em 18/10/22).*

A falta de formação e a falta de uma institucionalidade que receba, trate e encaminhe as demandas em um sistema de atendimento organizado em rede e gerido de forma articulada compõem a cena que impede a estruturação de uma política estadual de atendimento integral aos grupos LGBTI+ (ANTONIO SARDINHA, FRANCISCA OLIVEIRA E ANA SOARES, 2021). Encontrar profissionais qualificados dentro do serviço público para o atendimento ao público LGBTI+ faz parte dessa dificuldade na rotatividade de servidores, bem como o fator cargo dentro da gestão. O caráter político partidário faz com que a pasta fique trancada e a política não ande, o que mais uma vez aponta um olhar de negligência da gestão com atividades

[12] A esposa do prefeito de Macapá foi candidata ao senado.FIGUEIREDO, Fabiana.MDB lança Rayssa Furlan como candidata ao Senado Federal pelo Amapá em 2022. 2022. Disponível em:https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2022/noticia/2022/07/21/mdb-lanca-rayssa-furlan-como-candidata-ao-senado-federal-pelo-amapa-em-2022.ghtml. Acesso em 22 out 22.

pontuais que nem sempre fazem parte do calendário de ações ou apenas em datas de visibilidade.

> *Nós somos enxergadas e enxergados como se a gente fosse só prevenção as IST, como se a gente não tivesse vontade de fazer um planejamento familiar na assistência social por exemplo, como se a gente não precisasse desse tipo de amparo, só se fala de LGBT em dezembro que é o mês de conscientização e prevenção do HIV e no mês de junho que é o mês do Orgulho, onde todo mundo coloca a bandeira LGBT, então as nossas demandas ainda são enxergadas com uma superficialidade, ignorando as nossas demandas que também são complexas, a gente vive o ano todo, essa superficialidade que enxergam nossas demandas é um desafio que temos que superar. (Dandara Souza, registrado em 12/10/2022).*

> *O coordenador da coordenação de diversidade sexual foi o único que ficou da pasta partidária, quando ele chegou ,ele estava sozinho na pasta da diversidade, porque a secretária tinha saído e todos os componentes também e aí ele pediu pra esperar e eu já estou esperando faz tempo que alguma coisa aconteça, e estamos esperando pra saber quem vai pra pasta dos direitos humanos pra que a gente consiga sentar com o coordenador da pasta da diversidade pra ver como continuar esse trabalho. (Joane Gomes, registrado em 18/10/22).*

Uma das dificuldades mencionadas foi a de captação de novos ativistas das pautas LGBTI+, bem como o apoio e conhecimento técnico sobre políticas públicas, história do movimento LGBTI+ nacional, regional e local.

> *O movimento social precisa se abrir para os de fora e mesmo com o esforço do movimento social LGBTI+ a realidade ainda é falar de nós para nós e a gente não consegue ter um alcance. (Dandara Souza, registrado em 22/10/22).*

> *O movimento social passa por uma transição geracional, inclusive na construção da Parada do orgulho, onde a antiga geração se afasta e deixa a nova geração conduzir. (Renan Almeida, registrado em 22/10/2020).*

> *Nós fizemos desde 2003 para 2020, considerar aí 2022 um período de atuação, nós conseguimos fazer um pouco, aquilo que era sempre o meu desejo quando estava fazendo a militância dentro dos meus espaços de trabalho, fazer um trabalho de apoio e assessoramento dentro daquilo que competia a gente a expertise técnica aos movimento sociais pra que eles pudessem, dentro da função deles do ponto de vista político, mobilizar, articular, fortalecer a sua própria militância, pra demandar questões dentro daquilo que a gente chamava de uma agenda de estratégias das políticas públicas. (Antonio Sardinha, registrado em 14/10/2022)*

> *A cultura política do Amapá é assim, as pessoas não identificam com partidos ou grupos, elas se identificam com pessoas, não nos identificamos com uma ideia do coletivo, nos identificamos com aquilo que aquela pessoa representa, tanto é que a entidade mais antiga que temos hoje é o GHATA, tirando elas nós não temos entidades com mais de uma década de atuação. (Renan Almeida, registrado em 22/10/2022).*

Antonio Sardinha, Francisca Oliveira e Ana Soares discutem sobre o assunto, expondo que

> a necessidade de instituir as bases institucionais e técnicas para incorporar os LGBTTs de forma mais protagônica e central na cena das políticas públicas estaduais. Essa proposta culmina na construção do Plano Estadual de Políticas Públicas para a

> População LGBT, uma iniciativa de pesquisadores do Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá e do Conselho Estadual de Direitos Humanos da População LGBTT do Amapá
>
> *Um fosso entre o conhecimento social dessa militância para essa agenda, porque não era uma agenda de militância estrategicamente falando, e o desafio foi conectar a militância LGBT pra essa agenda de lutar pela política pública, para além daquilo que a gente tinha como histórico, uma militância restrita aos direitos civis no âmbito mais legalista regulatório e partir pra outra, partir pra frente, porque a gente começou a perceber que era uma agenda distante. (Antonio Sardinha, registrado em 14/10/2022) .*
>
> *Eu vou nos interiores e explico direitinho o que é cada conceito e quando eu vou aprofundar o debate alguém levanta a mão: "ah! Eu não entendi direito!" Aí volta e fala tudo de novo, vários questionamentos que não são pertinentes para o debate para um servidor público, "por que que você não tá fazendo o seu papel?" E isso é grave porque essas pessoas são linha de frente. (Dandara Souza, registrado em 12/10/2022).*

A última dificuldade elencada é a própria negligência da gestão quanto às causas e, principalmente, à implementação das políticas públicas para essa população.

> *A banalização e a superficialidade com que o poder público enxerga a gente, não é só distribuir camisinha e falar sobre as formas de prevenção. É falar sobre assistência social, segurança pública, saúde, emprego, principalmente, porque as pessoas ultimamente depois da pandemia muita gente perdeu o emprego e pessoas LGBT normalmente não têm empregos informais, não têm carteira assinada, não têm contrato de trabalho, nada disso. E nada disso é pensado pelo poder público. (Dandara Souza, registrado em 12/10/2022).*

O papel do movimento social frente a implementação das políticas públicas atravessa áreas que em muitos momentos fogem da atuação e tensionamento do próprio movimento LGBTI+. As políticas públicas são estratégias de governo que não surgem naturalmente do Estado para a população, mas são resultado de relações de força, pressão dos movimentos sociais, jogos de poder, interesse do Estado etc. (BRENDA COSTA E MARIA LIMA, 2021). A pressão para criação de políticas públicas dirigidas à população LGBT tem como marco as reinvindicações do movimento social. Para Antonio Sardinha, Francisca Oliveira e Ana Soares,

> Detalhando um pouco mais, pontuamos que os LGBTI+ não existem para as políticas públicas locais, pela ausência de ações específicas que considerem as dinâmicas de violação de direitos a esse segmento e pela presença de serviços de natureza universalizante que desconsideram o gênero e a sexualidade como produtores de vulnerabilidade, configurando-se como marcadores que, além de diferença, produzem desigualdades no acesso a uma série de direitos sociais. (ANTONIO SARDINHA, FRANCISCA OLIVEIRA E ANA SOARES, 2022, p. 105).

Os membros do movimento social expõem suas opiniões acerca da importância do papel dos movimentos sociais na luta por políticas públicas voltadas a esse público:

> *O papel do movimento social é disputar a pauta, mesmo que a gente não consiga aprovar a pauta que a gente consiga falar, debater e entrar na discussão. (André Lopes, registrado no dia 21/10/2022).*
>
> *O papel do movimento social é estar acompanhando constantemente em todos os espaços de construção democrática de políticas públicas, para que seja compreendida em sua totalidade e das respectivas identidades. (Alexander Oliveira, registrado em 11/10/2022).*
>
> *O movimento social constrói tudo para a população LGBTI+ no estado do Amapá, o AMA LBTI, a coordenadoria LGBTI+ dentro da secretaria de direitos humanos, se não fosse o movimento social está pressionando nada teria saído, o movimento social vem para romper esse imaginário de que não temos demandas urgentes a serem tratadas. (Dandara Souza, registrado em 12/10/22).*
>
> *A resistência dos movimentos sociais é necessária para a garantia das políticas públicas. (Ivon Cardoso, registrado em 14/10/2022).*
>
> *Ele foi fundamental, se não houvesse movimento LGBT, não haveria essa provocação do poder público, as legislações, as resoluções elas não saíram da cabeça dos deputados e dos gestores, foi o movimento LGBT provocando e dialogando, como por exemplo, foi a comunidade acadêmica que ajudou a construir nosso conselho municipal. (Renan Almeida, registrado em 22/10/2022).*

Desse modo, pode-se perceber que se faz necessário uma visão macro para as demandas da população LGBTI+ de Macapá. Em outras palavras, é preciso que o Estado tenha uma visão de forma integral das necessidades e individualidades que atravessam essa população, para que se possa incidir sobre os problemas existentes.

5.5 Mapeamento das políticas públicas LGBTI+ em Macapá

No Amapá, mais especificamente no município de Macapá, o debate sobre políticas públicas para pessoas LGBTI+ se iniciou no final da década de 90, intensificando-se nos anos 2000 com a Marcha pela Cidadania que, em seguida, tornaria-se a Parada do Orgulho LGBT+ de Macapá.

> O Movimento LGBT é um movimento rico, plural e composto por uma infinidade de sujeitos/as e práticas que visam, de um modo ou de outro, modificar o campo da cultura, efetivar e ampliar direitos e superar o quadro de violências motivadas pela discriminação e ódio contra aqueles/as que escapam às normas hegemônicas de gênero e de sexualidade, historicamente construídas no tecido social. (CLEYTON FEITOSA, 2016, p. 119).

Com os avanços políticos, a visibilidade do movimento LGBTI+ cresceu na sociedade e assim o número de pessoas interessadas em fazer parte, ou até mesmo em defender, aumentou, isso levou a aprofundar a rede de contatos com outros movimentos.

> através das estruturas de controle social, entre elas os conselhos. No Amapá não foi diferente, várias coordenadorias e assessorias foram criadas para implantação de políticas públicas para a população LGBT, mas todas limitadas à esfera municipal, na qual as prefeituras através de diálogo com o movimento criaram coordenarias e

> assessorias com a função da implementação de políticas públicas voltadas para a população LGBT (RENAN ALMEIDA, 2018, P.48).

Através das entrevistas e do levantamento documental, o mapeamento das políticas públicas foi dividido em quatro categorias: políticas públicas de participação social e ordenamento administrativo; políticas públicas de visibilidade e orgulho; políticas públicas com o Poder Judiciário e políticas públicas no combate às violências LGBTIfóbicas. Iremos versar sobre cada uma delas nas seções subsequentes.

5.6 Políticas Públicas de participação social ordenamento administrativo

A Política Nacional de Participação Social (PNPS) é o conjunto de conceitos e diretrizes relativos às instâncias e aos mecanismos criados para possibilitar o diálogo, a aprendizagem e o compartilhamento de decisões entre o governo e a sociedade civil. Ressalta-se que a Constituição Federal de 1988 garante a participação da sociedade na gestão de políticas e programas promovidos pelo governo, o chamado controle social. Dessa forma, elenca-se políticas públicas que envolvam a participação da população LGBTI+ e possíveis diálogos com a gestão.

A Lei Complementar nº 080 de 2011 cria o Departamento da Promoção da Igualdade e Orientação da Diversidade Sexual (DEPIR) dentro do fluxograma da Secretaria Municipal de Mobilização, Assistência Social e Trabalho. Esse departamento ficou responsável pelas pautas LGBTI+ do município de Macapá. Mesmo tendo feito um trabalho de abrir portas dentro da gestão, ainda existiam muitas dificuldades para sua manutenção – sendo uma delas o fato do DEPIR não ter uma autonomia financeira.

Em 2020, temos a criação da Secretaria de Direitos Humanos, através da Lei Complementar nº 136 de 2020, do Prefeito Clécio Luiz (REDE/AP) em seu artigo 93, extinguindo o DEPIR e criando a Coordenadoria Municipal de Políticas de Diversidade. Tanto o DEPIR quanto a Coordenadoria possuem limites de autonomia dentro do organograma de atuação, inclusive financeira, o que frustra as possíveis articulações dentro da prefeitura. Sobre isso, os militantes dos movimentos sociais afirmam que

> *A secretaria de direitos humanos foi uma proposta do movimento LGBTI+ no primeiro PPA participativo no governo do Clécio, e em 2020 quando é feito a reforma administrativa e a gente consegue essa alteração. (André Lopes, registrado em 21/10/2022).*
>
> *A coordenadoria de diversidade sexual, hora fica na pauta de direitos humanos, hora na secretaria de assistência social, ela não consegue ter esse poder de articulação dentro da prefeitura, sendo que o ideal seria ela estar vinculada ao gabinete do*

> *prefeito para poder ter esse poder de diálogo institucional transversal com os mais variáveis debates na segurança pública, saúde, educação, só que ela não consegue(Renan Almeida, registrado em 22/10/2022).*
>
> *Ainda em 2011 temos a criação do DEPIR, através de um decreto ainda no governo do prefeito na época Roberto Góes (PDT). o DEPIR surge enquanto organização do tripe da cidadania, o primeiro diretor foi Arthur Lopes, seguido por Alexandro Colares (in memoriam), Ivon Cardoso, Anne Pariz e nos últimos anos da gestão eu (André Lopes) assumo. Ressalto que o DEPIR era um departamento dentro de uma secretaria existindo limites dentro do organograma de atuação, inclusive financeira. (André Lopes, registrado em 21/10/2022).*
>
> *O DEPIR não tinha uma equipe, era apenas um assistente e um assessor, se aproxima do movimento social para discutir sobre as políticas, organiza a conferência municipal. (Ivon Cardoso, registrada em 14/10/2022).*
>
> *O próprio departamento surge na época do Roberto Góes, na última reforma administrativa dele, que foi fruto de um processo de tensionamento da Federação com a prefeitura. (Renan Almeida, registrada em 22/10/2022).*

A respeito dos Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais surgem após seis anos de criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da População LGBT (CNCD/LGBT). Em 2016, houve a homologação da Lei nº 1.999, da Deputada Cristina Almeida (PSB/AP) que autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do Estado do Amapá (CELGBT/AP). Já através da Lei nº 2.375, a Prefeitura de Macapá cria o Conselho Municipal de Direitos da População LGBT (CMLGBT).

> *O fato de o CELGBT ter sido aprovado enquanto lei, traz o lugar de política de Estado e não política de governo, dando a possibilidade dessa política não ser colocada pra debaixo do tapete. (Ivon Cardoso, registrado em 14/10/2022).*
>
> *O conselho enquanto formulação de políticas públicas deve estar alinhado ao tripé da cidadania que é: plano estadual LGBTI+, conselhos e a coordenadoria LGBTI+. (André Lopes, registrado em 21/10/2022).*
>
> *No Amapá temos poucas entidades LGBTI+ organizadas, o que traz um diferencial na composição dos conselhos serem por representatividade e não por entidade. (André Lopes, registrado em 21/10/2022)*

Antonio Sardinha, Francisca Oliveira e Ana Soares (2021) apontam que, apenas após um ano, o governador Waldez Góes (PDT/AP) empossa a primeira gestão do CELGBT/AP e em 2021 tiveram seu regimento interno aprovado.

Em 2013 foi realizado o I Seminário Pactuando Ações Em defesa da Diversidade Sexual. Esse seminário ocorreu articulado pela FALGBT e por outras entidades devido a inércia na execução de políticas no âmbito do governo estadual (RENAN ALMEIDA, 2018). Contou com a presença de secretários de Estado e do próprio governador, na época Camilo Capiberibe

(PSB/AP), bem como ativistas do movimento social do Amapá. Esse foi um momento de escuta das demandas da população LGBTI+ e uma tentativa de responsabilizar o estado para cumprir ações.

Figura 10 Arquivo pessoal

Fonte: arquivo pessoal.

A II Conferência Estadual LGBTI+[13] ocorreu em 2011 e seu tema foi "Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais". Em março de 2016, ocorreu a III Conferência Estadual de Direitos Humanos LGBTI+, com o tema "Amapá: consolidando as políticas públicas dos direitos humanos LGBT". Essa conferência teve como objetivo discutir a consolidação das políticas públicas, destacando os direitos humanos da comunidade LGBTI+ no Amapá. A respeito da I Conferência LGBTI+ durante a entrevista André Lopes que foi um dos participantes da Conferência se remete a lembranças.

> *A I Conferência Estadual de Direitos Humanos GLBT, realizada em 2008, foi coordenada pela AGTEAP. (André Lopes, registrado em 21/10/2022).*

Durante a III Conferência houve a aprovação da sociedade civil e do poder público do Plano Estadual de Direitos Humanos LGBT[14], que prevê políticas públicas para essa população em todas as secretarias de Estado, para contribuir nas ações do governo. O objetivo era que esse plano entrasse no plano de governo do governador Waldez Góes (PDT), porém as ações não saíram do papel assinado.

[13] Nos documentos e sites acessados não foi encontrado registros sobre a primeira Conferência Estadual LGBT

[14] http://observatoriodh.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Resoluc%CC%A7a%CC%83o-N%C2%BA-07_2020-Plano-Estadual-LGBTQIA-CELGBT-AP.pdf

As conferências são bases importantes para a população LGBTI+, pois através delas pode-se discutir pautas mais específicas voltadas para as mais variadas áreas sob a responsabilidade dos governos municipal e estadual. A principal dificuldade é que essas demandas não foram acolhidas pelas gestões, o que faz com que as problemáticas vivenciadas não tenham resolutividade.

A Secretaria Municipal de Saúde de Macapá, em 2020, através da Portaria nº 579[15], dispõe sobre o Plano Operativo de Saúde Integral da População LBGT da Secretaria Municipal de Saúde.

> Art. 1º Esta Resolução do Plano Operativo Municipal de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Macapá, com o objetivo geral de promover a saúde integral da população LGBTQIA+, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

Evidencia-se que, nove anos após a criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT) pelo Governo Federal, a Secretaria de Saúde de Macapá regulamenta um plano operativo. Entretanto, ainda não se sabe como esse plano vai ser implementado na saúde pública de Macapá. Ressalto que, até o momento, a saúde da população LGBTI+ do Amapá vive em colapso, sem nenhuma ação contínua para o acesso dessa população em seus cuidados essenciais com saúde.

> *O CELGBT, retoma a discussão sobre o ambulatório trans junto à prefeitura de Macapá, devido ao plano operativo e ao comitê de implementação do plano e ninguém sabe quem está nessa composição e não existe efetivamente a implementação desta política. (Ivon Cardoso, registrado em 14/10/2022).*
>
> *O processo transexualizador não existe em Macapá, uma pessoa trans sem condições financeiras vai ter muitas dificuldades de encontrar na rede pública, os profissionais que atuam são da rede particular. (Ivo Pantoja, registrada em 12/10/2022).*

Em 2020 com o advento da pandemia, a Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social (SIMS)[16], junto com o CELGBT/AP, abriu cadastro para população LGBTI+ em vulnerabilidade social para construção de uma base de dados que facilite a inclusão do público em programas de proteção e assistência social. Em 2021, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SEMDH), por meio da Coordenadoria Municipal de Políticas de Diversidade (COPDI), deu início também a um cadastro de pessoas LGBTQIA+[17] que estavam em

[15] http://observatoriodh.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Portaria-n%C2%BA-579-2020.pdf

[16] https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/07/08/ap-abre-cadastro-de-publico-lgbt-em-base-de-dados-para-facilitar-assistencia-e-protecao-a-comunidade.ghtml

[17] https://macapa.ap.gov.br/campanha-voltada-a-populacao-lgbtqia-realiza-cadastro-social-e-acoes-de-saude/

vulnerabilidade social devido a pandemia da Covid-19. Essas campanhas vêm com o objetivo de combater a LGBTIfobia em Macapá e de promover políticas públicas para essa comunidade. Chama atenção que todas essas ações voltem a um ponto inicial de cuidados com a população LGBTI+, apesar de pouco se ver a efetividade das ações para diminuição dessas vulnerabilidades.

Outra problemática identificada é o relato de servidoras e servidores públicos que não sabem como atender essa demanda LGBTI+. Dessa forma, em 2020 temos uma Emenda Parlamentar do deputado federal Camilo Capiberibe (PSB) que, através do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, destina um recurso para investimento em capacitação de funcionários públicos do município de Macapá para o atendimento ao público LGBTI+. O deputado acredita que esse recurso deve garantir que a prefeitura esteja preparada para receber os segmentos LGBTI+ dentro de suas especificidades. Em julho de 2021, a prefeitura lançou um edital por pregão eletrônico para selecionar a empresa responsável por oferecer a capacitação aos servidores. A C2 Empreendimentos foi a contemplada, e aguardava apenas a assinatura do repasse para definir a dinâmica da capacitação, com duração, datas e módulos a serem aplicados. Atualmente o curso segue para finalização. A respeito do curso a atual presidenta do CMDLGBT relata o seguinte:

> *Este é um curso muito importante para nossa luta e o conselho teve que tomar a frente pois estávamos com poucos inscritos no curso, lembrando que o curso era apenas para servidores municipais, para essas pessoas saberem nos atender, porque eles representam a maior barreira no nosso atendimento. O conselho que foi atrás de articular para a prefeitura fazer a divulgação e mostrar a importância, pois a baixa de inscritos me preocupou, propomos uma mudança de horário no sábado e folga para esses servidores, no intuito de tentar garantir a participação. (Joane Gomes, registrado em 18/10/22).*

Ainda a respeito da capacitação

> *O curso foi descaracterizado, quando ele foi pensado ele era para capacitar dentro das secretarias municipais, os agentes que fazem o primeiro contato com o público LGBTI+, selecionando secretarias onde a população LGBTI+ tem mais dificuldade como: guarda municipal, secretaria de educação, de saúde. E essas pessoas capacitadas seriam multiplicadores dentro de suas secretarias, sendo uma rede, e o conselho seria o agente de monitoramento (Simone de Jesus, registrado em 14/10/2022).*

De qualquer modo, espera-se que esse investimento possa colocar as políticas públicas de fato dentro da sociedade e, assim, cuidar dessa população que há muito tempo vem sendo marginalizada e invisibilizada perante o Estado.

Ao analisar o Plano Plurianual de 2014 a 2017[18] do ex-prefeito Clécio Luiz (PSOL/ AP), identificou-se o capítulo V sobre a participação social:

> Art. 18 Os Poderes Executivo e Legislativo promoverão a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações do Plano de que trata esta Lei. Parágrafo único. As audiências públicas regionais ou temáticas, realizadas durante a apreciação da proposta orçamentária, com a participação dos órgãos governamentais, estimularão a participação das entidades da sociedade civil.
> Art. 19. A Secretaria Municipal do Planejamento garantirá o acesso, pela Internet, às informações constantes do sistema de informações gerenciais e de planejamento para fins de consulta pela sociedade. (MACAPÁ, 2013).

Ao ler o PPA de 2014 a 2017, percebeu-se que não houve menção a quais entidades da sociedade civil serão participantes e não houve menção a população LGBTI+, invisibilizando mais uma vez essa população dentro das políticas públicas.

> *O Estado ainda ignora as demandas da população LGBTI+, só lembrando da gente em datas específicas como dia do orgulho, conscientização do HIV, negligenciando nossas demandas mais complexas e deixando de garantir as políticas públicas básicas. (Dandara Souza, registrado em 12/10/22).*

Já no Plano Plurianual de 2018 a 2021, também na gestão do ex-prefeito Clécio Luiz (REDE/AP):

> O PPA 2018-2021 do Município de Macapá apresenta um conjunto de diretrizes que perpassa pelo Plano de Governo do Prefeito Clécio para nortear a Administração Municipal para os próximos quatro anos, que são decorrentes das propostas políticas do Governo e da análise do cenário apresentado
> a) O povo no comando: Conferir ao povo o papel principal na condução dos destinos da cidade, com participação e decisão sobre a aplicação dos recursos e a condução das políticas públicas de Macapá; (MACAPÁ, 2017)

Nos objetivos estratégicos do PPA, consta assegurar a efetividade da proteção dos direitos humanos de forma transversal, com oferta continuada de serviços e ampliação de acessos e cobertura, implantando o Conselho LGBT e conduzindo ações com participação e mobilização. Outro destaque está no tópico sobre desenvolvimento humano:

> Políticas públicas para o segmento LGBT com promoção do atendimento humanizado para a população LGBT, informando e conscientizando a sociedade profissionais da saúde, trabalhadores e gestores do SUS sobre garantias atendimento considerando as especificidades da saúde dessa população. (MACAPÁ, 2017).

O PPA de 2022 a 2025, encontrou-se apenas a Lei 2.539/2021[19], que institui o plano plurianual de investimentos da administração pública municipal de Macapá, para o quadriênio

[18] Lei n° 2.116 de 2014 – Prefeitura Municipal de Macapá.
[19] Macapá, Lei 2.539/2021[19], que institui o plano plurianual de investimentos da administração pública municipal de Macapá, para o quadriênio de 2022 a 2025 e dá outras providencias. Câmara dos Vereadores, 2021. Disponível em: https://macapa.ap.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/PPA-2022-2025-1.pdf. Acesso em 30 dez 2022.

de 2022 a 2025 e dá outras providencias não foi encontrado na página oficial da prefeitura de Macapá.

> Art. 3° O PPA 2022-2025 define, a partir de uma etapa preliminar de consulta popular e de acordo com as*análises internas do governo, os prognósticos da administração pública municipal, seus valores, diretrizes, objetivos, metas e Indicadores, com o propósito de evidenciar a viabilidade das políticas públicas de governo, orientando a definição de suas prioridades, de maneira a auxiliar na promoção do desenvolvimento local sustentável do Município de Macapá.

Ressalta-se que nesse documento não possui menção de forma direta a população LGBTI+, o que mais uma vez evidencia a negligencia com esta população dentro de um governo lido de direita.

5.6.1 Políticas Pública de visibilidade e orgulho

No Amapá, vive-se um ciclo de ações pontuais, implementadas no intuito de sanar o problema de forma momentânea. Destacamos aqui inúmeras ações alusivas a datas celebrativas ou de visibilidade da comunidade LGBTI+. Porém, a prática apresenta algumas divergências.

Uma política de visibilidade identificada são as normativas relacionadas ao nome social para a população transgênero. No ano de 2014, o Conselho Estadual de Educação do Amapá institui a Resolução nº 055[20], que dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos das escolas públicas e privadas da educação básica e do ensino superior do sistema estadual de ensino do Amapá. Em novembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação, por intermédio de seu Conselho Pleno, junto aos autos 23001.000054/2016-36[21], expediu o Parecer nº 14 de 2017, que culminou com a elaboração de um projeto de Resolução que "Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares". É apenas em 2018 que o Ministério da Educação[22] institui a Resolução.

> *Tem mais de 5 anos que o movimento questiona sobre a ficha de matrícula na Secretaria Estadual de Educação sobre a inclusão do nome social, pois tem professor que não quer chamar pelo nome social, ignorando a existência da lei e se questiona o porquê de não estar sendo denunciado, essa pauta está dentro do plano estadual. LGBT. (Simone de Jesus, registrado em 14/10/2022).*

A Lei nº 2.032, de maio de 2016[23], de autoria da deputada Cristina Almeida (PSB AP), dispõe sobre a realização anual de atividades direcionadas ao enfrentamento do HIV/AIDS

[20] https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CEE-AP_Resolucaon552014.pdf

[21] https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN142017.pdf

[22] http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192

[23] AMAPÁ. LEI N° 2.032, DE 10 DE MAIO DE 2016. Dispõe sobre a realização anual de atividades direcionadas ao enfrentamento do HIV/AIDS durante o mês de dezembro.Câmara dos deputados. Disponível em: ttp://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=56139. Acesso em 25 de nov de 2022.

durante o mês de dezembro. Em 2017, temos o Decreto Estadual nº 2930, que institui o registro de identificação social para pessoas travestis e transexuais, um ano após o Decreto Presidencial nº 8.727[24], que institui o nome social no âmbito Federal. É frustrante perceber a ineficácia das leis, resoluções e normativas com as pessoas travestis e transexuais. Esse desrespeito à identidade de gênero reforça a forma como o Estado cuida dessa população, evidenciando o descaso e as violações vivenciadas diariamente, muitas vezes devido a crenças conservadoras e fundamentalistas.

Em 2020, pelo Conselho Superior Universitário da Universidade Estadual do Amapá (CONSU/UEAP), através da resolução n° 437 (Alterada pela Resolução n° 451, de 2020), a UEAP inclui cota de 5% das vagas oferecidas nos Processos Seletivos Discentes para estudantes Transgêneros e Transexuais para os cursos de graduação. Em 2009, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) através da Resolução nº 013/2009[25] implanta o uso do nome social para os seus discentes. Apesar de a universidade ter sido uma das pioneiras para implementação do nome social, até os dias de hoje existem dificuldades da inserção deste nos registros do sistema.

> *Mesmo a UNIFAP tendo sido a primeira universidade a ter a resolução para o nome social, ainda existe muitas dificuldades lá dentro, parece que a própria instituição não sabe das suas resoluções e não tem ferramentas para essas demandas, quando estudei em 2017 foi um grande estresse. (Ivo Pantoja, registrado em 12/10/2022).*

Para Antonio Sardinha, Francisca Oliveira e Ana Soares

> Embora tenha havido o reconhecimento do Governo Estadual sobre a importância da identidade de gênero, ao oficializar o uso do nome social e tomar medidas no âmbito legal-administrativo, o protagonismo em ofertar serviços com financiamento público e ações ligadas à promoção, atendimento e defesa de direitos no Amapá não se concretizaram. O atendimento do setor público, seja nas áreas de segurança, trabalho e empreendedorismo, assistência social, saúde ou educação, ainda é universalizante, sem garantir as especificidades de demanda dessa comunidade. (ANTONIO SARDINHA, FRANCISCA OLIVEIRA E ANA SOARES, 2021, p. 100).

É possível enxergar, portanto, que mesmo com todas essas normativas que asseguram o nome social, ainda existem muitas dificuldades de acesso e respeito por parte das instituições. Assim, dificulta-se cada vez mais o acesso a direitos básicos dessa população, visto que a garantia do respeito ao nome social é uma demanda básica de pessoas trans e travestis.

---

[24] BRASIL Decreto Nº 8.727, De 28 De Abril De 2016.Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Câmara dos deputados, 2016. Disponível em: .https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html. Acesso em 22 out 22.

[25] UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. RESOLUÇÃO Nº 013 /2009-CONSU De 19 de outubro de 2009. Disponível em: https://www2.unifap.br/consu/files/2011/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-013-09-Travestis-e-Transexuais.pdf. Acesso em 25 de nov de 2022.

5.6.2 Políticas Públicas com poder Judiciário

O cenário de judicialização a ser descrito nesta seção surge a partir do movimento do Supremo Tribunal de Justiça ao ter um parecer positivo com pautas urgentes demandadas pelo movimento social, como a criminalização da LGBTIfobia, o casamento LGBTI, adoção, a alteração do registro de certidão nascimento para pessoas trans sem a compulsoriedade de dois anos. No Amapá não foi diferente, instituições do judiciário como o Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), a Defensoria Pública do Estado do Amapá (DPE-AP) e o Ministério Público do Amapá (MP-AP), vêm sendo demandados pelo movimento social para a garantia de direitos e acessos das políticas públicas.

Em 2015, o Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) realiza o primeiro casamento LGBTI+ comunitário. A cerimônia ocorreu no Monumento Marco Zero e teve a participação de cinquenta casais LGBTI+. Já houve duas outras edições, sendo uma em 2019 e outra agora em 2022, com organização do TJAP em parceria com o CELGBT.

Figura 11- I casamento comunitário LGBTI+.

Fonte:https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/07/casamento-comunitario-pretende-unir-50-casais-homoafetivos-no-amapa.html.

O casamento LGBTI+ teve sua legalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio de 2011. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou uma resolução que proíbe cartórios de se negarem a realizar casamentos homoafetivos.

Em 2019 uma transexual [26]sofreu transfobia ao tentar utilizar o banheiro feminino de um shopping em Macapá. Assim, através de provocações do movimento LGBTI+, da UNIFAP e da UEAP, o MP-AP coloca em debate o uso de banheiros públicos e vestiários por transexuais e travestis. O documento foi encaminhado a shoppings, supermercados e órgãos públicos do estado, para que colocassem em prática a Resolução nº 12, de março de 2015 do CNCD LGBT.

[26]FIGUEIREDO. Fabiane. Após caso de discriminação no AP, MP reforça uso de banheiros conforme identidade de gênero.2019. Disponivel em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/10/02/apos-caso-de-discriminacao-no-ap-mp-reforca-uso-de-banheiros-conforme-identidade-de-genero.ghtml. Acesso em 20 de set em 2022.

Nessa, recomenda-se a utilização de banheiros e vestiários por pessoas trans conforme sua identidade de gênero. Recentemente, a Defensoria Pública do Amapá começou a abordar pautas da população LGBTI+, inclusive promovendo audiências para a retificação de nome e gênero de pessoas Trans, tendo como primeiro caso a retificação do registro de um adolescente [27]de 15 anos.

Desse modo, refletimos que o judiciário se torna um grande parceiro do movimento LGBTI+ na garantia e nas cobranças de direitos, principalmente no que tange às políticas públicas já definidas, mas que não estão sendo implementadas.

5.6.3 Políticas Públicas no Combate as violências LGBTfóbica

No ano de 2004 inicia-se o Programa Brasil Sem Homofobia, um marco na política pública pensada para promoção de cuidados com a população LGBTI+. O programa é implementado para manter uma política inclusiva em relação aos LGBTI+, garantindo, assim, a promoção de um contexto de aceitação e respeito à diversidade, de combate à LGBTIfobia e de mudança de comportamento da sociedade. Seguindo as propostas do PBSH, Renan Almeida (2018), relata que em 2006 se iniciou o diálogo com o governo do estado para o desenvolvimento do Programa Amapá Sem Homofobia, mas o grupo de trabalho dentro da Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) não avançou. As propostas foram apresentadas para a possibilidade de implementação, porém o projeto não deu seguimento.

> o programa "Amapá Sem Homofobia", com 180 propostas elaboradas em todos os municípios. O programa, agora, deixou de ser uma reivindicação do movimento e passou a ser o programa de Estado para políticas públicas para a população GLBT. Apresentamos também a proposta de criação da Secretaria de Estado de Políticas Públicas para GLBT e do Fundo de Combate à Discriminação, que tem por finalidade financiar as ações contra todo e qualquer tipo de discriminação. No caso específico dos homossexuais, ele servirá para financiar ações já aprovadas e que constam no programa "Amapá sem homofobia", mas que sua execução esbarra na ausência de verbas destinadas à sua aplicação. (LYON, 2008, s.p.).

Tratando-se de leis de combate à LGBTIfobia, o legislativo do Amapá vem fazendo esse debate há bastante tempo. Assim, destacamos aqui algumas que foram encontradas em sites da Assembleia e da Câmara.

A primeira Lei aprovada no Amapá foi Lei nº 1.417[28], de 04 de dezembro de 2009, de autoria do ex Deputado Joel Banha (PT AP), beneficiando a comunidade LGBTI+ e impondo

---

[27] MACIEL, Jeane. "Que o exemplo dos meus pais inspire outros", diz adolescente trans após retificar nome em ação da DPE-AP, 2022. Disponivel em: https://ap.def.br/noticias/que-o-exemplo-dos-meus-pais-inspire-outros-diz-adolescente-trans-apos-retificar-nome-em-acao-da-dpe-ap%20. Acesso em 26 de out de 2022.

[28] AMAPÁ. LEI Nº. 1.417, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2009. Dispõe sobre sanções administrativas a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. Assembleia Legilstaiva. disponível em:

regras no âmbito administrativo. Essa lei penaliza administrativamente a pessoa jurídica, privada ou pública, com ou sem fins lucrativos, cidadãos civis ou militares que pratiquem discriminação em razão da orientação sexual.

Em 2010, houve a publicação da Lei nº 1.512[29], do ex-deputado Leury Farias (PP AP), que institui, no calendário cívico do estado, a Semana de Combate à Intolerância e à Homofobia com efeito comemorativo na última semana do mês de maio. Antonio Sardinha, Francisca Oliveira e Ana Soares (2021) evidenciam que essa lei considera que a intolerância é todo e qualquer ato que atente contra a diversidade, incluindo a sexual, dando visibilidade a problemas recorrentes enfrentados pela população LGBTI+. Já em 2012 há publicação da Lei nº 1.680[30], de autoria da Deputada Cristina Almeida (PSB AP), institui o Dia Estadual de Combate à Homofobia. No Artigo 1º, fica instituído no âmbito do Estado do Amapá o Dia Estadual de Combate à Homofobia, a ser comemorado anualmente no dia 27 de maio, durante a Semana Estadual de Combate à Intolerância e à Homofobia.

A Lei nº 2.713, de autoria do Deputado Kaká Barbosa (PL AP), cria o Código Amapaense da Mulher (CAM). Essa Lei consolida a legislação amapaense relativa à proteção e defesa da mulher, criando a Consolidação das Leis de Proteção e Defesa da Mulher. Em seu artigo 83, diz que é vedada a utilização de recursos públicos estaduais para contratação de artistas que, no cumprimento do objetivo do contrato, apresentem músicas que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres à situação de constrangimento. No inciso 1º aplica-se também a manifestações de homofobia ou discriminação racial.

Antonio Sardinha, Francisca Oliveira e Ana Soares (2021) evidenciam que apesar da inclusão dos LGBTI+ nas leis já citadas, não se promovem programas ou ações no âmbito das políticas públicas locais, confirmando que infelizmente essas leis não estão sendo usadas para proteger essa população.

Em 2020, através da Resolução nº 07/2020, que houve a assinatura pelo Governador Waldez Góes (PDT AP) do Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBT do

---

http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=buscar_legislacao&n_leiB=1417,%20de%2004/12/09. Acesso em 21 de set 2022.

[29] AMAPÁ. LEI N. 1.512, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010. Institui a "Semana de Combate à Intolerância e à Homofobia", 2010. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=27257. Acesso em 21 de set de 2021.

[30] AMAPÁ. LEI Nº 1.680, DE 14 DE JUNHO DE 2012. Institui o Dia Estadual de Combate a Homofobia, a ser comemorado anualmente no dia 27 de maio e dá outras providências. Assembleia Legislativa. Disponívem em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=29698. Acesso em 22 de out de 2022.

Amapá[31]. O plano foi implementado com o objetivo de orientar o poder público estadual no processo de criação da Rede de Atendimento Integral à População LGBT, estabelecendo ações integradas e intersetoriais. André Lopes, que estava presidente do CELGBT/AP na época, relata:

> *Ainda não conseguimos tudo, conseguimos escrever um documento que é composto pela sociedade civil e pelo poder público que norteia a execução de políticas públicas que versam sobre: promoção de direitos, a consolidação de direitos e a construção de uma rede de proteção para a população LGBTI+. (André Lopes, registrado em 21/10/2022).*

Ressalta-se que, no artigo 3º, diz que o Plano Estadual prevê ações para o período de dois anos, voltadas a atender a demandas da população LGBTI+ na competência de cada política pública com função/escopo direto no âmbito da proteção integral. Até o momento, nenhuma ação foi realizada. No momento da criação do plano, o Conselho propõe a criação do Comitê Gestor do plano para a avaliação. Infelizmente, nem todas as secretarias participaram, com exceção a Secretaria Estadual de Educação, que ainda organizou junto com CELGBT e o professor Antonio Sardinha um Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos[32], lançado em 2021. Houve uma consulta pública para receber contribuições de toda sociedade para ampliar e qualificar a versão do documento antes do envio ao Conselho Estadual de Educação para discussão e aprovação. O objetivo do Plano é sugerir um conjunto de ações que possibilitem tornar a escola espaço de inclusão e respeito aos direitos humanos, à democracia e às diferenças.

> *Conseguimos formular, mas não implementar. (Simone de Jesus, registrado em 14/10/2022).*

Em 2021, foi criado o Núcleo de Acolhimento às Mulheres Amapaenses Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo (AMA LBTI), um centro de atendimento vinculado à Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres (SEPM), voltado para acolher mulheres vítimas de violência LGBTIfóbica ou em vulnerabilidade social. Atualmente funciona na mesma sede do Centro de Atendimento à Mulher (CRAM).

> *" O AMA LBTI foi articulação do movimento de mulheres LBTI, junto com a SEPM na figura de Renata Apostolo, e minha enquanto ex presidenta da UNA LGBT e de Simone de Jesus, presidenta do GHATA, pensamos na estrutura do núcleo, construímos o regimento interno, apresentamos para o governador "(Dandara Souza, registrada em 12/10/22).*

[31] http://observatoriodh.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Resoluc%CC%A7a%CC%83o-N%C2%BA-07_2020-Plano-Estadual-LGBTQIA-CELGBT-AP.pdf

[32] http://observatoriodh.com.br/wp-content/uploads/2022/01/PLANO-ESTADUAL-DE-EDUCACAO-EM-DIREITOS-HUMANOS-DO-AMAPA.pdf

Figura 12- Núcelo AMA LBTI

Fonte:https://portal.ap.gov.br/noticia/2806/amapa-inaugura-nucleo-de-acolhimento-as-mulheres-lesbicas-bissexuais-transexuais-e-intersexuais

Ressalta-se que o AMA LBTI atua dentro Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, sendo um núcleo dentro da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. O Núcleo trabalha com capacitação de servidores públicos para atenderem a temática e até palestras em escolas da rede estadual.

> *Toda mulher que chega até nós é encaminhada para essa rede, e nós trabalhamos com mulheres LBTI que estão em vulnerabilidade social, que sofreram ou não violência LGBTfóbica, trabalhando com ações educativas a respeito de violência de gênero , que entra a LGBTfobia.[...] Nós tivemos o projeto gênero, sexualidade e educação, que foi levado para escola a pauta LGBTI+, onde conversamos com as turmas do primeiro ano de ensino médio sobre várias temáticas a respeito do movimento LGBTI+ em Macapá, consentimento, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. Foi um projeto bem aceito pela comunidade escolar, passamos dois meses na escola, indo toda semana, gostaríamos de poder estender esse projeto às demais escolas. (Dandara Souza, registrado em 12/10/22).*
>
> *O GHATA fez parte dessa articulação do AMA LBTI, com atendimentos que são importantes para a população, que ainda não é o ideal, mas que esse serviço pode não ser excluído devido aos dados produzidos pelos atendimentos e pela referência. (Simone de Jesus, registrado em 14/10/2022).*

O AMA LBTI se torna a única referência dentro do estado do Amapá para acolhimento à população LGBTI+, principalmente para a população trans, realizando atendimentos a mulheres trans, homens trans e pessoas não binárias. A realização desses atendimentos é uma abertura encontrada dentro da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, na prevenção, no enfrentamento e no combate da violência de gênero.

É necessário destacar que o Amapá possui Legislação de combate a LGBTIfobia desde 2009, dez anos antes do Supremo Tribunal Federal (STF) criminalizar a LGBTfobia, dando a entender que o Amapá é pioneiro dentro da região Norte em cuidados com sua população

LGBTI+. Entretanto, elucidamos mais uma vez que, ao nos depararmos com a prática, ainda se identifica que pouco vem sendo feito

6 CONCLUSÃO

Entende-se por cidadania o direito à igualdade de acesso a direitos por todos os cidadãos e compreende-se que políticas públicas passam por processos de construção política, além da construção e da atuação das decisões, três conceitos que atravessam a população LGBTI+. A legitimação das identidades LGBTI+ perante o Estado e a sociedade civil percorrem o conceito de cidadania reconhecendo a importância histórica e social dessa população. Assim, leva-nos à construção de políticas públicas tardias dentro do campo de validação política – no legislativo – em que, consequentemente, teremos dificuldades nessa construção e atuação das políticas públicas voltadas para a população LGBTI+.

É importante evidenciar, novamente, que o PBSH surge em 2004 e, apenas em 2011, têm-se registros de um departamento voltado para as pautas LGBTI+ em Macapá. Em 2017 temos a criação do Conselho Estadual LGBT e em 2019 o Conselho Municipal. Percebeu-se que as ações propostas pelo programa em Macapá não foram efetivas, sendo aquelas que aconteceram ações pontuais e com muito tensionamento do movimento social. Mesmo tendo registro da articulação de criação do Programa Amapá sem Homofobia, identifica-se que esse não foi levado à frente pelo poder público, faltando assessoria legislativa para estabelecer e implantar estratégias de sensibilização dos operadores de direito e gestores de políticas públicas sobre os direitos LGBTI+.

O estado do Amapá possui legislações de políticas públicas para a população LGBTI+, porém é o que menos trabalha na implementação dessas, evidenciando uma amorosidade do Estado, de parlamentares e de gestores. Tal fato é concomitante com o moralismo e com o conservadorismo dos gestores, atrasando as pautas, sem assessoria para tratar das políticas para essa população.

Dentro das políticas públicas de participação social e ordenamento administrativo, percebe-se uma caminhada a passos lentos com pouca participação das representações do governo trazendo uma desmobilização dos conselhos, diminuindo a autonomia na atuação e dos trabalhos. A respeito das políticas públicas de visibilidade e orgulho, salienta-se que muitas ações pontuais ocorrem e podem até diminuir a frustração da comunidade LGBTI+ , porém não resolve as dificuldades enfrentadas, sinalizando uma invisibilidade do Estado perante este público. Em relação às políticas públicas com o Poder Judiciário, percebe-se um movimento de

judicialização de pautas em prol da população LGBTI+. Porém, no Amapá, essa judicialização ainda ocorre de forma tímida na garantia de acesso a direitos básicos. Enquanto isso, com as políticas públicas no combate às violências LGBTfóbicas, identificam-se legislações vigentes no Amapá que asseguram o combate contra LGBTIfobia. Apesar da inclusão dos LGBTI+ nas leis identificadas, não se promovem programas ou ações no âmbito das políticas públicas locais. Sobre os planos operativos, destaca-se a existência de políticas públicas formuladas e homologadas que, se estivessem implementadas com eficiência, teríamos cuidados contínuos com a população LGBTI+, um compromisso e responsabilidade com essa população.

Ao analisar o levantamento das políticas públicas, realça-se o compromisso dos movimentos sociais na implementação de políticas públicas para pessoas LGBTI+ no município de Macapá, constatando-se a grande relevância desta importante atuação local nesses mais de vinte anos. Ressaltamos que todas as políticas públicas formuladas e implementadas tiveram a inquietante atuação e articulação do ativismo LGBTI+ local. Realizamos o mapeamento dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil consideradas importantes para a implementação das políticas públicas LGBTI+ em Macapá ao longo dos mais de vinte anos de atuação, organizando um resgate histórico desse ativismo. Também foram identificadas quais políticas públicas resultaram de processos de interação socio-estatal, catalogando as políticas públicas e analisando quais repertórios, rotinas ou estratégias foram mobilizados por ativistas para avançar valores e interesses do movimento no Estado.

Ainda se ressalta a animosidade da gestão pública – seja no âmbito estadual ou municipal – destacando que em muitas situações existe apenas ação e dedicação de um grupo reduzido de gestores sensíveis à causa e que, se não estão articuladas a instrumentos de planejamento potencialmente capazes de assegurar efetividade, em especial o orçamento público, se materializam em ações frágeis e sem continuidade. Outra dificuldade percebida são as relações que o movimento social exerce com a gestão, que em muitos momentos pode se tornar uma moeda de troca. Essa relação sócio estatal evidencia uma maneira de tentar apagar o fogo do problema e até mesmo um silenciamento do movimento, pois a pessoa que luta pelo movimento pode ser a mesma pessoa que está construindo a política pela gestão. A implementação revelou o elo perdido nas discussões sobre a eficiência e a eficácia da ação governamental, o que levanta a hipótese de que existem problemas na implementação das políticas públicas no Brasil, evidenciando um olhar de expectativas para a implementação satisfatória.

Com isso, concluímos que existe uma grande falha na implementação e na avaliação dessas políticas públicas. Esse fato corrobora para a existência de um problema no acesso dessas políticas, desconsiderando os contextos de homofobia institucional que reproduzem – pela via

das instituições e dos atores que atuam nos serviços – os mesmos dispositivos de gestão de corpos e subjetividades que compreendem e significam gênero e sexualidade sob matrizes da heteronormatividade.

7 REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão**. Revista Agenda Política, p. 12 - 42 . Vol.3 – n.2 – julho/dezembro – 2015 | ISSN: 2318-8499.

ALMEIDA, Renan. **A trajetória do movimento LGBT no Amapá: Dos anos 1990 a 2013**. Orientadora: Julia Monnerat Barbosa. 2018. 61f. TCC (graduação), Curso de história. Universidade Federal do Amapá.

AMAPÁ. **LEI N° 2.032, DE 10 DE MAIO DE 2016.** Dispõe sobre a realização anual de atividades direcionadas ao enfrentamento do HIV/AIDS durante o mês de dezembro.Câmara dos deputados, 2016. Disponível em: ttp://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=56139. Acesso em 25 de nov de 2022.

AMAPÁ. **LEI N. 1.512, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.** Institui a "Semana de Combate à Intolerância e à Homofobia", 2010. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=27257. Acesso em 21 de set de 2021.

AMAPÁ. LEI Nº. 1.417, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2009. Dispõe sobre sanções administrativas a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. Assembleia Legilstaiva. 2009. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=buscar_legislacao&n_leiB=1417,%20de%2004/12/09 . Acesso em 21 de set 2022.

AMAPÁ. LEI Nº 1.680, DE 14 DE JUNHO DE 2012. Institui o Dia Estadual de Combate a Homofobia, a ser comemorado anualmente no dia 27 de maio e dá outras providências. Assembleia Legislativa, 2012. Disponívem em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=29698. Acesso em 22 de out de 2022.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LOPES, Moisés. **Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT: Políticas Públicas em Mato Grosso e no Brasil**. ACENO, Vol. 3, N. 5, p. 242-258. Jan. a Jul. de 2016. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3853. Acesso em outubro de 2022.

AZEVEDO, Thomé. **Um arco-íris no meio do mundo**. Direção: Thomé Azevedo. Produção: Ana Vidigal, Amapá, Macapá. 2014. Disponível em: https://youtu.be/jrYawAADIHU.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas**. Letras escreve. Macapá, v. 7, n. 1, 1º semestre, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/viewFile/3073/pdf>. Acesso em julho de 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade Sexual na Escola**. 2 ed – Rio de Janeiro – UFRJ, 2008.

BRASIL. **60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Cartilha. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008a.

BRASIL. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT**. Brasília, 2008b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Programa Brasil sem Homofobia**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 2004.

BRASIL. **Decreto Nº 8.727, De 28 De Abril De 2016**.Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Câmara dos deputados, 2016. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html. Acesso em 22 out 22.

CONDE, Michele Cunha Franco. **O Movimento Homossexual Brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania.** Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás: UFG, 2004.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. Trad. de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

COSTA, Brenda Motta; LIMA, Maria Lúcia Chaves. Mapeamento de políticas públicas destinadas a pessoas LGBT: algumas conquistas e muitos desafios. **Revista de estudos indisciplinares em gêneros e sexualidades**. Periódicos, Salvador, n. 16, v. 3, out. 2021-dez. 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso em duas falas.** São Paulo: Moderna, 2007.

CRUZ, Elioneide Cardoso. **Educação e Travestilidades, no foco: trajetórias escolares das travestis em situação de "pista" na cidade de Macapá**. Elioneide Cardoso Cruz. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**, Natal, v. 3, n. 4, p. 131-158, jan./jun. 2009.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth** (UNICAMP), V 10, n. 18/19, p. 79-123, 2003.

FEITOSA, Cleyton. Do "Kit Gay" ao "Ministério da Família": a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. **Cad. Gên. Tecnol**., Curitiba, v. 14, n. 43, p. 74-89, jan./jun. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/download/11487/7839>. Acesso em Jan. 2022.

FEITOSA, Cleyton. **A participação social nas políticas públicas LGBT: a experiência do Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco**. 2020.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. 1ed. Curitiba. Appris. 2017.

FEITOSA, Cleyton. **Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil.** 2016. Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137.

FISCHER, Sulivan Desirée. **Implementação de políticas públicas: autonomia e democracia, teoria e prática**. Curitiba: Appris, 2019.

FIGUEIREDO, Fabiana. **MDB lança Rayssa Furlan como candidata ao Senado Federal pelo Amapá em 2022**. 2022. Disponível em:https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2022/noticia/2022/07/21/mdb-lanca-rayssa-furlan-como-candidata-ao-senado-federal-pelo-amapa-em-2022.ghtml. Acesso em 22 out 22.
FIGUEIREDO. Fabiane. Após caso de discriminação no AP, MP reforça uso de banheiros conforme identidade de gênero.2019. Disponivel em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/10/02/apos-caso-de-discriminacao-no-ap-mp-reforca-uso-de-banheiros-conforme-identidade-de-genero.ghtml. Acesso em 20 de set em 2022.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GOHN, Maria. da Gloria. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-362, 2011.

GOMES, José Cleudo. **Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT: uma análise das ações do Programa Brasil sem Homofobia em João Pessoa/PB.** (Dissertação – Mestrado em Educação). João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal da Paraíba, 2016. 145p.

GREEN, James, Renan QUINALHA, Marcio CAETANO, e Marisa. FERNANDES. **História do Movimento LGBT no Brasi**l. São Paulo: Alameda, 2017.

Grupo Gay da Bahia. (2021). **Relatório 2021**. Disponível em https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf. Acesso em jan de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE ; **Pesquisa nacional de saúde**: 2019: orientação sexual auto identificada da população adulta /, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. - Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 24 p. - IRINEU, Bruna Andrade. "Exercendo a "crítica lesbofálica" às demandas por uma "cidadania LGBT" no contexto brasileiro (2003-2016)". Revista Periódicas, v. 1, n. 7, p. 78-101, 2017.

IRINEU, Bruna Andrade. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014):homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social**. 2016. 277f. Tese

(Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

IRINEU, Bruna Andrade. **Nas tramas da política pública LGBT: um estudo crítico acerca da experiência brasileira** (2003-2015) / Bruna Andrade Irineu. – 1. ed. –Cuiabá: EdUFMT, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Alegria momentânea: paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.** 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n1/v6n1a05.pdf. Acesso em jan 2022.

JESUS, Jaqueline, Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2ed. Brasília, 2012. 42p.

Laurentino, Arnaldo Cezar Nogueira. **Políticas Públicas De Saúde Para a População LGBT: Da Criação Do SUS à Implementação Da Política Nacional De Saúde Integral De LGBT.** 2015. Disponível em : https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/12194. Acesso em: 27 jun 2021.

LYON. Debora. PCdoB lança primeira candidata travesti do Amapá. **Vermelho a esquerda bem-informada**. Macapá 05/08/2008. Disponível em: https://vermelho.org.br/2008/08/05/pcdob-lanca-primeira-candidata-travesti-do-amapa-2/. Acesso em outubro de 2022.

MACAPÁ. Prefeitura Municipal de Macapá. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Plano Plurianual - Participativo. - Macapá**: PMM, SEMPLA, 2017.1v. - 170 pag.

Macapá, Lei 2.539/2021, que institui o plano plurianual de investimentos da administração pública municipal de Macapá, para o quadriênio de 2022 a 2025 e dá outras providencias. Câmara dos Vereadores, 2021. Disponível em: https://macapa.ap.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/PPA-2022-2025-1.pdf. Acesso em 30 dez 2022.

MACIEL, Jeane. **“Que o exemplo dos meus pais inspire outros”, diz adolescente trans após retificar nome em ação da DPE-AP**, 2022. Disponivel em: https://ap.def.br/noticias/que-o-exemplo-dos-meus-pais-inspire-outros-diz-adolescente-trans-apos-retificar-nome-em-acao-da-dpe-ap%20. Acesso em 26 de out de 2022.

MACRAE, Edward. 2017**. “Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da "Abertura".**” Em História do Movimento LGBT no Brasil, por James GREEN, Renan Quinalha, Marcio CAETANO e Marisa FERNANDES, 39 - 62. São Paulo: Alameda.

MACRAE, Edward. **Os respeitáveis militantes e as bichas loucas**. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende. Bruno; BRITO, Walderes. **Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil.** Estudos Feministas, Florianópolis, v.22, n.1, p. 416, jan-abr. 2014. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ref/a/VvyXFkwTzjKXd6JHTDyQmBk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05abr. 2021.

MELLO, Luiz.; AVELAR, Bruno Rezende; MAROJA, Daniela. P**or onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil.** Revista Sociedade e Estado**,** v.27, n.2, p. 289-312, 2012a. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/xZP7MNQxfysrJX53QTdcXsD/?lang=pt#. Acesso em: 27 jun. 2021

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades**. In: Cadernos Pagu. nº 39, jul-dez de 2012b. p. 403-429.

MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela. **Políticas Públicas para população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar.** Revista Fazendo Gênero. Nº 9. 2010

MINAYO, Maria. Cecilia. Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. Rua, Maria das Graças Políticas públicas / Maria das Graças Rua. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

MORAIS, Paulo Dias; MORAIS, Jurandir Dias. **Geográfica do Amapá – Macapá**. JM Editora Gráfica, 2011. 114 p.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

Parada do orgulho LGTQIA+ de Macapá. **Live do orgulho LGBT de Macapá: só o amor faz o mundo girar.** 27 junh 2020. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=290786365308001. Acesso em 22 out.2022.

Parada do orgulho LGTQIA+ de Macapá. **20 anos de resistência: Colorindo o meio do mundo e conscientizando para a cidadania**. 27 junh 2020. Facebook. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tVP26Y707t8&ab_channel=ProLIVEGrava%C3%A7%C3%B5es. Acesso em 22 out.2022.

PEDRA, Caio Benevides. **Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil**. 1ed. Curitiba. Appris, 2020.

PEREIRA, Matheus. Mazzilli. **Trazendo os governos de volta: a chefia do executivo e os resultados do ativismo institucional LGBT (2003-2014)**. Sociologias, Porto Alegre, ano 22, n. 53, p. 228-263, jan-abr. 2020.

PIRES, Barbara Gomes; LAURENTINO, Arnaldo Cezar; SILVA, Cláudio Nascimento (org.). ALIANÇA NACIONAL LGBTI+ **Relatório Final da Pesquisa de Mapeamento do Projeto Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ no Estado do Rio de Janeiro**/Aliança Nacional LGBTI+ & Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, 2021. 192p.

PEREZ, Olívia Cristina; SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **A produção acadêmica sobre participação social no Brasil: trajetória e agendas de pesquisa,** 2019**.** Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/488/466.

PIRES, Barbara Gomes; LAURENTINO, Arnaldo Cezar; SILVA, Cláudio Nascimento (org.). **ALIANÇA NACIONAL LGBTI+ Relatório Final da Pesquisa de Mapeamento do Projeto Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ no Estado do Rio de Janeiro**/Aliança Nacional LGBTI+ & Grupo Arco-íris de Cidadania LGBT, 2021. 192p.

Princípios de Yogyakarta. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, 2007**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. Belo Horizonte. Autêntica, 2022.

RODRIGUES, Maria Emília Brito; SOARES, Marcelo André. **Amapá: vivendo a nossa história**. Curitiba: Base Editora, 2008.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do. **MOVIMENTO LGBT E LUTAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS: conquistas, desafios e lutas sociais** LGBT. 2011 Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/MOVIMENTO_LGBT_E_LUTAS_POR_POLITICAS_PUBLICAS_CONQUISTAS_DESAFIOS_E_LUTAS_SOCIAIS_LGBT.pdf . Acesso em out 2022.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do. **Para além das plumas e paetês : a atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia** / Elton Santa Brígida do Rosário; orientadora, Sandra Helena Ribeiro Cruz. - 2016.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. 2009.

SANTOS, Gustavo, Gomes. da Costa; FEITOSA, Cleyton. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO BRASIL: uma análise das percepções dos gestores da política LGBT em Pernambuco.** Estudos de Sociologia, Recife, 2017, Vol. 2 n. 23. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/237061. acesso em 03 jan 2022.

SANTOS, Ana Paula Silva dos; VILHENA, Liliane Brito de; BARBOSA, Patrícia Soares**. A Homossexualidade feminina: um estudo de caso sobre o Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá (GHATA)**. Professora Iraci de Carvalho Barroso Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011. Disponível em: http://repositorio.unifap.br/bitstream/123456789/1109/1/TCC_HomossexualidadeFemininaEstudo.pdf. Acesso em set 2022.

SARDINHA, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Francisca de Paula de; SOARES, Ana Cristina de Paula Maués. **A Implementação de Políticas Públicas para a População LGBTT do Amapá: Diagnóstico, Metodologia e Experiência de Formulação do Plano Estadual de Políticas Públicas**. Política, deliberação pública e organizações sociais na contemporaneidade/ Organizadores: Antônio Carlos Sardinha; Delamar José Volpato Dutra; Dilnéia Rochana Tavares do Couto. Macapá: Editora da UNIFAP, 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Cassandra. R. O. **Metodologia do trabalho científico**. Fortaleza: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto. **O processo de implementação das políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. UNICAMP, caderno nº 48, 2000. Disponível em https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf. Acesso em janeiro 2022.

SILVA. Amanda. de Cassia. Azevedo. da; ALCÂNTARA, Anelise. Montañes; OLIVEIRA, Daniel. Cavanese. de; SIGNORELLI, Marcos. Claudio. **Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil**. Interface, comunicação, saúde e educação, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/FFrYJnPRddNv6s69ZbLJgCt/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, 196p

SOUZA. Camila Cristina de Castro. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL: do estado de coisas ao problema político.** 2015. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/politicas-publicas-para-populacao-lgbt-no-brasil-do-estado-de-coisas-ao-problema-politico-.pdf. Acesso em jan 2022

SOUZA. Libni Milhomem; PEREZ, Olívia Cristina. Grupo Matizes e Direitos LGBTQIA+: um estudo sobre o uso da judicialização pelo movimento social em Teresina (PI), 2021. Disponível em : https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_SA_ID_10122021235947.pdf.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. RESOLUÇÃO Nº 013 /2009-CONSU De 19 de outubro de 2009. Disponível em: https://www2.unifap.br/consu/files/2011/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-013-09-Travestis-e-Transexuais.pdf. Acesso em 25 de nov de 2022.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.

8 APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é sobre **A participação dos movimentos sociais na implementação de políticas públicas para pessoas LGBT no município de Macapá** e está sendo desenvolvida por CARLA ISADORA BARBOSA CANTO, aluna do mestrado profissional do Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, sob a orientação do PROF. DR°. José Raulino Chaves Pessoa Júnior.

O objetivo do estudo é analisar a participação dos movimentos sociais na implementação de políticas públicas para pessoas LGBTI+ no município de Macapá, identificando as interfaces do movimento LGBTI+ com as políticas públicas.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a promoção da cidadania LGBTI+ avaliando possíveis entraves para a implementação das políticas públicas voltadas para a população LGBTI+.

Solicitamos a sua colaboração para entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmicos e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

De acordo com a Resolução n° 466/12 da CONEP/MS, considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. Entretanto, este estudo emprega técnicas de pesquisa em que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam da pesquisa, entre os quais se consideram: questionários, entrevistas, revisão bibliográfica e documental, nos quais não se identifique nem seja invasivo à intimidade do indivíduo.

Evidenciamos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigada/o a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora está a sua disposição para qualquer explicação que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente orientado e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Macapá,_____, de_____ 2022

_____

Assinatura do participante

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entre em contato com a pesquisadora: Endereço: Rua Barão de Mauá, 121ª, espaço Transcender, buritizal ou (96) 99165-2634 - E-mail: psicologaisadoracanto@gmail.com

_____

Assinatura da pesquisadora

9 APÊNDICE 2

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA COM ATIVISTAS LGBTI+

1. Qual a sua orientação sexual e identidade de gênero?
2. Qual a sua cor?
3. Qual a sua idade?
4. Qual a sua escolaridade?
5. Fale um pouco sobre sua trajetória de militância no Movimento LGBTI+?
6. Qual a pauta de reivindicações do Movimento LGBTI+ nos últimos anos em Macapá?
7. Qual a relação do Movimento LGBTI+ com as políticas públicas?
8. O Movimento LGBTI+ participou da formulação de alguma política pública em Macapá?
9. Você identifica alguma ação ou projeto que foi desenvolvido em Macapá ou no Estado do Amapá, a partir do Programa Brasil sem Homofobia? Quais? Como foram realizadas? Com quem?
10. Como você analisa o papel do Estado com a população LGBTI+?
11. Como você analisa o papel do movimento social na implementação de politicas públicas para população LGBTI+?
12. Qual a importância da parada do orgulho LGBTI+ para o movimento social?

10 APÊNDICE 3

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA COM GESTOR

1. Fale um pouco sobre sua trajetória profissional nesta instituição (IES ou Instâncias do Poder Público)?
2. Qual a sua cor?
3. Qual a sua idade?
4. Qual a sua escolaridade?
5. Qual o trabalho desenvolvido pela instituição para a população LGBTI+? Por que a instituição realizou ações voltadas para a população LGBTI+?
6. Quais as ações educativas que foram desenvolvidas para o enfrentamento a LGBTfobia?
7. Como você analisa o papel desta instituição na implementação das ações de Políticas Públicas? Quais foram os principais desafios?
8. Você participou de alguma implementação de política publica para a população LGBTI+? Qual?
9. Como se deu a participação do movimento LGBTI+ no planejamento e execução destas ações?
10. Quais os avanços e desafios para implementação de políticas públicas para a população LGBT?

11 ANEXOS

Figura 14 Parada LGBTI+ 2011, fonte, facebook UNALGBT

Figura 13 Parada LGBTI+ 2011, fonte facebook GHATA

Figura 15 Parada LGBTI+ 2012, fonte, facebook GHATA

Figura 16 Parada LGBTI+ 2013, fonte facebook UNALGBT

Figura 17 Parada LGBTI+ 2014, fonte facebook oficial da parada

Figura 18 Parada LGBTI+ 2015, fonte facebook UNALGBT

Figura 19 Parada LGBTI+ 2016, fonte UNALGBT

Figura 20 Parada LGBTI+ 2017, fonte facebook UNALGBT

Figura 21 Parada LGBTI+ 2018, fonte facebook UNALGBT

Figura 22 Parada LGBTI+ 2019, fonte facebook UNALGBT

Figura 23 Parada LGBTI+ 2020, fonte facebook oficial da parada

Figura 24 Parada LGBTI+ 2021, fonte facebook oficial da parada

Figura 25 Parada LGBTI+ 2022, fonte facebook oficial da parada LGBTI+